

ANTONIETA WEZA FIGUEIREDO BERNARDO

**COOPERAÇÃO BILATERAL ANGOLA E CHINA:
MITOS E VERDADES**

Orientador: Professor Doutor Sérgio Vieira da Silva

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais**

Lisboa

2019

ANTONIETA WEZA FIGUEIREDO BERNARDO

**COOPERAÇÃO BILATERAL ANGOLA E CHINA:
MITOS E VERDADES**

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do grau de Mestre em Diplomacia e Relações Internacionais, no programa de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 13 de Maio de 2019, segundo o Despacho Reitoral nº 73/2019, de 28.02.2019, com a seguinte composição de Júri:

Presidente: Prof. Doutor João de Almeida Santos

Arguente: Prof. Doutor Fernando de Sousa Campos

Orientador: Professor Doutor Sérgio Vieira da Silva

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais

Lisboa

2019

*Quando a China despertar,
o mundo tremerá*

Napoleão

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho indiscutivelmente aos meus pais, Manuel Martins Figueiredo e Isabel Figueiredo Bernardo, pelo amor incondicional, pelo apoio imensurável que sempre me proporcionaram, por acreditarem nas minhas capacidades e nunca me terem desamparado.

AGRADECIMENTOS

“Salmo 23: O senhor é meu pastor e nada me faltará” (Melo, 2009, p.577).

A ti senhor meu Deus direcciono os meus mais humildes agradecimentos, pela força que me granjeaste todas as vezes que orei pedindo o teu auxílio para que fosse possível a concretização desta obra.

Agradeço a todos aqueles que directamente ou indirectamente contribuíram para que este trabalho fosse possível. Agradeço desde já aos meus pais pelo apoio que sempre me quiseram dar e nunca recuaram mesmo em momentos difíceis.

Dirijo um especial agradecimento às minhas tias, tios e irmão, que mesmo indirectamente estiveram sempre presentes quando precisei. Agradeço também à minha cunhada Sílvia Beatriz por me acolher quando eu mais precisei. A todos, muito obrigada.

Agradeço especialmente ao meu orientador Professor Doutor Sérgio Vieira da Silva, pela sua disponibilidade em orientar este trabalho, pelas suas indicações devidamente direccionadas para a sua melhoria.

E a todos vocês, *ngasakidila*, pois sem o vosso apoio a concretização desta etapa da minha vida seria mais complexa.

RESUMO

Nesta dissertação pretendo analisar a cooperação entre a República de Angola e a República Popular da China, nos seus principais pontos de actuação, bem como, destacar as verdades e mitos desta cooperação sob diversos pontos de vista.

A cooperação sino-angolana foi oficialmente estabelecida em 1983, porém a China esteve presente nas principais épocas históricas de Angola aquando da luta pela libertação da metrópole e de seguida durante a guerra civil.

A cooperação entre Angola e China passa a ganhar destaque com o fim da guerra civil em Angola, em 2002, quando a China, foi o país que mais cedo compreendeu a situação de Angola proporcionando, assim, financiamentos para a reconstrução do país.

No entanto, este trabalho pretende a partir deste ponto de vista, analisar se de facto a ajuda financeira chinesa tem contribuído para o desenvolvimento do país. Desmistificar assim as verdades e mitos desta cooperação a partir deste ponto de vista.

Palavras-chave: Angola, China, Cooperação, Financiamento, Verdades e Mitos

ABSTRACT

This dissertation intends to analyze the cooperation between the Republic of Angola and the Popular Republic of China in its main points of action, as well as, to highlight the truths and myths of this cooperation from different points of view. The Sino-Angolan cooperation was officially established in 1983, but China was present in the main historical periods of Angola in the struggle for the liberation of the country and during its civil war. Cooperation between Angola and China is gaining strength with the end of the civil war in Angola, in 2002, when China was the first country to understand the situation in Angola, providing funding for the country reconstruction. However, this dissertation intends from this point of view, to analyze whether in fact the Chinese financial aid has contributed to the development of the country. So it is intended to demystify the truths and myths of this cooperation from this point of view.

Keywords: Angola, China, Cooperation, Financing, Truths and Myths

SIGLAS e ACRÓNIMOS

APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
AVIC-ENG	China National Aero-Technology Engineering Corporation
BM	Banco Mundial
BRICs	Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul
CAN	Campeonato Africano das Nações
CCB	China Construction Bank
CDB	China Development Bank
CFL	Caminho-de-ferro de Luanda
CIF	China International Fund Limited
CIRGL	Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos
CITIC	Construction China International Trust Investment Corporation
CMEC	China Machinery Engineering Corporation
CNOOC	China National Offshore Oil Corporation
CNPC	China National Petroleum Company
COVEC	Chinese Overseas Engineering Company
COVED	China Overseas Engineering Group Co.
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRBC	China Road and Bridge Corporation
CRECG	China Railway Engineering Corporation
CTCE	China Tiesiju Civil Engineering
EUA	Estados Unidos da América
EximBank	Export-Import Bank of China
FLEC	Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional para a Libertação de Angola
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África
GAT	Grupo de Acompanhamento Técnico
HGL	Hospital Geral de Luanda
ICBC	Industrial and Commercial Bank of China
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IEA	International Energy Agency
INE	Instituto Nacional de Estatística de Angola
IOCs	International Oil Companies
LCC	Linha de Crédito Chinesa
MINEA	Ministério de Energia e Águas

MINFIN	Ministério das Finanças de Angola
MINPET	Ministério dos Petróleos Angolano
MPLA	Movimento Popular para a Libertação de Angola
NAIL	Novo Aeroporto Internacional de Luanda
NOCs	China's National Oil Companies
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PIP	Programa de Investimento Público
PNR	Programa Nacional de Reconstrução
RPC	República Popular da China
SINOPEC	China Petrochemical Corporation
SONANGOL	Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
TCC	China Tiachen Engineering Corporation
UA	União Africana
UNIPEC	China International United Petroleum & Chemicals Co.
UNITA	União Nacional para a Libertação Total de Angola
UPA	União dos Povos de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS	11
ÍNDICE DE GRÁFICOS	12
INTRODUÇÃO	13
1. Pertinência do Tema	14
2. Campo de Intervenção do Tema. Objectivos Geral e específicos	15
3. Metodologia de Análise de Pesquisa	16
4. Estrutura e Organização do Trabalho	19
CAPÍTULO I - COOPERAÇÃO CHINA-ÁFRICA	21
1. História	21
1.1. Anos 1950	21
1.2. Anos 1960	24
1.3. Anos 1970	25
1.4. Anos 1980	26
1.5. Anos 1990	27
1.6. Anos 2000 até actualidade	29
2. Política Externa Chinesa em África	32
3. Interesses Chineses em África	39
3.1. Interesses Políticos	39
3.2. Interesses Económicos	41
3.2.1. A Busca dos Recursos Naturais em África	42
3.2.2. Financiamento de Infra-Estruturas	46
3.2.3. Segurança Alimentar	47
4. Breves Considerações	49
CAPÍTULO II - COOPERAÇÃO BILATERAL ANGOLA-CHINA	52
1. Os Primórdios da Relação Sino-Angolana	52
1.1. A China no Cenário da Colonização, Descolonização e Guerra Civil de	52

Angola: Posição e Alinhamento, 1960-1970	
1.2. Década de 1980 a 1990: Cooperação Diplomática e Política	56
2. Interesses e Motivações da Cooperação Sino-Angolana	60
2.1. O Olhar Chinês Para Angola	60
2.1.1. Importação de Petróleo e Participação de Exploração Petrolífera	60
2.1.2. As Empresas Chinesas e o Acesso ao Novo Mercado Angolano	65
2.2. O Olhar Angolano em Relação à China	70
2.2.1. O Financiamento Chinês e a Sua Importância	70
2.2.2. China Como Meio Para a Abertura de Angola ao Sistema Internacional	73
3. Cooperação Económico-Financeira	76
3.1. Acordos Financeiros Sino-Angolanos (2004-2016)	78
3.2. Condicionalidades do Financiamento: Petróleo como Forma de Pagamento	87
4. Verdades e Mitos da Cooperação	89
4.1. Verdades	90
4.2. Mitos	92
CONCLUSÃO	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
ANEXOS	I

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Fórum Ministerial de Cooperação China-África.....	31
Quadro 2 - Visitas Periódicas entre a China e Angola (1983-2016)	57
Quadro 3 - Financiamento Chinês a Angola (2004-2016)	79
Quadro 4 - Padrões de Acesso a Água em Angola.....	95

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Necessidade Futura de Petróleo pela China.....	43
Gráfico 2 - Fornecedores de Petróleo à China.....	44
Gráfico 3 - Produção e Consumo de Petróleo na China (1980-2013).....	62

INTRODUÇÃO

O mundo bipolar perdeu peso com a intervenção política e económica da República Popular da China (RPC) como nova potência mundial, fazendo frente às tradicionais potências, os Estados Unidos da América (EUA) e a Federação Russa (FR), formando uma nova ordem internacional multipolar.

Nos anos 1980 a China passou por uma reforma protagonizada por Deng Xiaoping, com a abertura da China ao mercado externo, exportando as suas empresas, o seu poder económico e político para o mundo, na qual África não lhe ficou indiferente.

A China passa por uma reforma económica e com ela a demanda por recursos naturais, devido ao aumento do consumo interno no país. Assim sendo, as matérias-primas em África tornaram-se um ponto geoestratégico da intervenção chinesa no continente. A partir deste ponto, África torna-se um parceiro indiscutível da China. O gigante asiático passa a direccionar um novo discurso para o continente africano, ao passo que, os países africanos passam a receber um forte investimento e financiamento chinês, reestruturando assim, o mercado africano com um novo parceiro comercial, tornando-o gradualmente independente do mercado ocidental.

A China diante das dificuldades africanas passa a ver a África como um mercado propício e passa a disponibilizar inúmeros investimentos em diversos sectores, sobretudo sociais: construção de hospitais, escolas, caminhos-de-ferro e estradas. Com efeito, de acordo com *The Chinese State Council's official White Papers from 2011 and 2014*, "the vast majority of Chinese aid flows to Africa, rather than other regions of the world. African countries received a large proportion (59 percent) of the total number of projects financed by China between 2000 and 2014. Seven of the top-ten recipient countries are African countries" (Dreher et al, 2017, p.9).

Ao mesmo tempo, importa salientar que tais investimentos e financiamentos devem ser pagos ao Governo chinês, em recursos naturais, sobretudo, petróleo, pois, financiando várias obras em infra-estruturas recai-lhe o direito de explorar os recursos naturais de muitos países africanos. A forte interacção China-África nos últimos anos tem levado a um interesse por parte da comunidade científica. Assim, este trabalho procura focar-se nas vantagens e desvantagens desta cooperação.

1. PERTINÊNCIA DO TEMA

A China ao tornar-se num dos principais parceiros comerciais e financeiros da maioria dos países africanos, em particular em Angola, o seu principal parceiro comercial no continente, passou a ser um campo de estudo de grande relevância na conjuntura actual. A China sempre esteve presente no desenvolvimento histórico, político e económico de Angola ainda que algumas vezes de forma inibida. A China, esteve presente na luta contra a colonização portuguesa em Angola, na guerra civil angolana após a sua descolonização, apoiando os diferentes movimentos de libertação nacional. Após o fim da guerra civil em 2002, a China, torna-se num dos principais anfitriões na nova fase angolana, quando Angola necessitou de doadores ou financiadores internacionais para a reconstrução do país.

A partir deste ponto, entende-se que a relevância do tema recai no processo de desenvolvimento que a relação sino-angolana conheceu. Assim, o tema é relevante para compreendermos o processo de evolução da relação sino-angolana, desde o seu apoio na luta de intervenção até aos actuais financiamentos que a China tem dado a Angola, bem como, descrever a posição em que esta cooperação se encontra.

A relação sino-angolana pode ser vista como um exemplo de cooperação Sul-Sul, conceito este que a China tem procurado descrever como sendo a base da sua cooperação com a África, sobretudo com a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) em 2000. A partir deste ponto, procura-se estudar a projecção e evolução da cooperação entre destes dois Estados.

Estudar a relação ou a cooperação Angola-China torna-se relevante pois a China passou a ser presença incontestável no país em vários domínios, nomeadamente no financeiro e comercial. A China é hoje o principal parceiro comercial de Angola, que precisa de parceiros comerciais e financeiros que possam dar resposta à estratégia de reestruturação e reconstrução do país. Em contrapartida, a China precisa de parceiros que possam dar resposta à sua procura de recursos naturais, particularmente o petróleo. *“Bilateral cooperation between Angola and China in the oil sector is pivotal to China’s strategic interest in the country”* (Corkin, 2008, p.163). Angola também é um mercado propício para as empresas chinesas e o país tem conseguido representar bem este papel, formando uma cooperação conveniente entre os dois Estados.

2. CAMPO DE INTERVENÇÃO DO TEMA. OBJECTIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Embora a presença Chinesa em África, em particular em Angola seja inevitável pelos inúmeros negócios e investimentos interdependentes, alguns académicos preocupam-se com a interdependência que esta cooperação possa causar. Alguns defendem que esta cooperação venha trazer desenvolvimento em vários domínios por um lado, por outro lado, alguns cépticos, acreditam que o excesso de financiamento, possa ser visto como uma colonização moderna.

Neste sentido, a ideia de que a intervenção chinesa em África possa levar ou não ao desenvolvimento económico, depende da visão e projecção dos objectivos de cada participante nesta cooperação, o que suscita diferentes opiniões.

Deste modo, procura-se estudar a cooperação entre Angola e China e os seus campos de intervenção destacando os financiamentos obtidos com esta cooperação, bem como, as verdades e mitos da mesma.

À luz disso, este trabalho procurou responder à seguinte problemática: Quais às verdades e os mitos da cooperação sino-angolana? Que objectivos serão traçados para se responder à essa questão?

Em termos de objectivos geral e específico, definiu-se:

O **objectivo geral** da pesquisa procura:

- Responder se de facto a cooperação Angola e China tem trazido desenvolvimento para o país? Para tal, é necessário:

1. Perceber o potencial de cada um destes países: China e Angola.
2. Conhecer o enquadramento histórico que originou esta relação.
3. Compreender a relação bilateral e seus requisitos: mais-valias e condicionalidades dos acordos estabelecidos.

Como **objectivos específicos** procurou-se:

- Compreender a cooperação sino-angolana;
- Analisar o financiamento chinês em Angola e seus principais campos de actuação;
- Investigar sobre as verdades e mitos desta cooperação de acordo com estes financiamentos.

3. METODOLOGIA DE ANÁLISE DE PESQUISA

A metodologia é originada por estudos já realizados e que nos ajudam a resolver a problemática de uma nova pesquisa científica.

Num trabalho de investigação científica com uma perspectiva académica, a abordagem metodológica pode ser classificada de acordo com o propósito da pesquisa, a abordagem da pesquisa e os procedimentos técnicos da investigação. Para esta pesquisa acrescentaram-se, também, os resultados esperados com esta investigação na metodologia de análise.

a) Propósito da Pesquisa

Um trabalho sobre um tema actualmente debatido eleva a escassez de documentos directos que abordem preponderantemente este tema. A cooperação Angola-China é a prova dessa escassez, assim, a pesquisa exploratória passa a ser inevitável para, a realização desta dissertação. Este tipo de pesquisa proporciona-nos uma melhor compreensão dos objectivos tendo em conta o fenómeno social estudado. “Os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar a sua experiência em torno de um determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes e maior conhecimento” (Triviños, 1987, p.109).

Numa pesquisa exploratória, nenhuma teoria precisa ser tratada ou descoberta necessariamente, mas sim explorar o fenómeno em si, podendo desta forma revelar novos aspectos dos mesmos. Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objectivo de proporcionar a compreensão inicial de um problema pouco explorado, amplo e desconhecido (Ganga, 2011, p.248).

Sendo um dos objectivos desta dissertação investigar as verdades e mitos da cooperação Angola-China, a pesquisa exploratória foi de grande utilidade para que se chegasse a determinadas conclusões sobre esta temática. A pesquisa desta dissertação é exploratória porque existe pouco material sobre um tema tão actual e em particular no caso de Angola onde as fontes de investigação para esta temática são escassas.

b) Abordagem da pesquisa quanto ao problema

A caracterização da abordagem metodológica de um trabalho científico pode ser composta por dois elementos: a abordagem qualitativa e a abordagem quantitativa. À luz disso, o presente trabalho adopta uma abordagem qualitativa, pois a abordagem qualitativa procura defender a existência de uma realidade objectiva que possamos interpretar. “O estudo qualitativo busca focar-se em uma realidade social, compreender e desenvolver bem como interpretar os dados conhecidos” (Canastra e Haanstra, 2015, p.10-11).

Mas em que ponto a abordagem qualitativa se distingue da abordagem quantitativa?

Pesquisas qualitativas são consideradas mais subjectivas em relação a objectividade da pesquisa, fundamentam-se, geralmente, pela falta de utilização de métodos quantitativos de análise de dados. Em contrapartida, a pesquisa quantitativa é o meio de pesquisa capaz de aceitar ou rejeitar estatisticamente as hipóteses declarados no processo de pesquisa (Ganga, 2011, p.253-255).

Esta técnica metodológica escolhida é descrita em maior extensão no corpo do trabalho, recorrendo a fontes directas e indirectas, na qual as indirectas se apresentam com maior incidência no decorrer desta investigação. Assim, recorrer a fontes secundárias tornou-se indispensável para a realização desta dissertação, pois tais fontes apresentam-nos características mais adequadas para dar resposta à investigação proposta.

As pesquisas qualitativas geralmente casam com a investigação exploratória, pela sua subjectividade, mas isto não impede que a mesma seja utilizada numa pesquisa de abordagem quantitativa. A diferença entre a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa recai no objectivo de pesquisa de cada investigador. O objectivo principal da pesquisa é, pois, primordial para definir a abordagem de pesquisa a ser utilizada.

c) Caracterização da pesquisa quanto aos procedimentos técnicos da investigação

“A selecção dos métodos e técnicas está, directamente, relacionado com o problema a ser estudado; ou seja, a natureza dos fenómenos, o objecto da pesquisa, os recursos financeiros, entre outros” (Marconi e Lakatos, 2003, p. 163).

Vários elementos constituem os procedimentos técnicos de uma pesquisa como, as pesquisas experimentais, modelagem, simulação e estudo de caso, entre outros. Diante dos objectivos propostos nesta investigação, usou-se como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é utilizada em trabalhos que tiveram como fonte principal de referência outros trabalhos teóricos existentes. Foi com base em estudos já realizados, que foi realizada esta investigação, tendo como ponto de partida livros, artigos e fontes jornalísticas, entre outras para que os objectivos fossem alcançados. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2008, p.50). A pesquisa bibliográfica permite ao investigador uma abertura de análise abrangente acerca do tema em estudo. Permite a corroboração das teorias existentes sobre o tema estudado a partir de diferentes visões. “A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, até meios de comunicação oral” (Marconi e Lakatos, 2003, p.183).

Por limitação a documentos que abordem directamente a cooperação bilateral sino-angolana, a revisão bibliográfica nesta dissertação tornou-se o único método a ser utilizado como fonte viável. Por se tratar de um tema actual os bons suportes científicos são escassos, devido a isso, fontes como jornais e revistas foram de grande utilidade para este trabalho.

d) Resultados esperados

O trabalho em questão foi idealizado pelo interesse académico que esta pesquisa tem, destacando um dos temas actuais das relações internacionais, onde a China é a protagonista, com o seu crescimento económico inquestionável e pela exportação da sua influência nos quatro cantos do globo, criando conceitos mais acentuados sobre a influência da globalização. Por este facto, a área de actuação deste trabalho é abrangida pelo âmbito disciplinar económico e diplomático dado o peso que a China tem junto dos seus principais parceiros comerciais e no âmbito das relações internacionais pela política externa chinesa e pela ideologia de interacção que a China defende.

Neste caso, em relação à temática, em particular e aos acordos de financiamento entre Angola e a China no período de 2004 a 2016, tivemos dificuldade em obter documentos directos que corroborassem a nossa investigação. Para colmatar esta

escassez de documentos oficiais usou-se como fonte de pesquisa conteúdos de jornais nacionais e internacionais, bem como alguns artigos académicos.

É importante frisar que, a escassez de documentos oficiais sobre o financiamento chinês em Angola advém da falta de transparência a que estes acordos são submetidos. Muitos destes acordos são tidos como segredo de Estado e por consequência acabam por não ser conhecidos os seus parâmetros e valores pela população em geral. O Governo chinês considera segredo de Estado muitos dos seus financiamentos internacionais, porém, isto pode ser justificado pelo facto de Angola ter seguido a mesma forma de acção em relação ao conhecimento alargado destes acordos.

Devido a estas limitações de acesso a documentos oficiais sobre esta cooperação, a abordagem qualitativa e a pesquisa bibliográfica neste trabalho tornaram-se inevitáveis.

4. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A presente dissertação está dividida em capítulos e subcapítulos, tendo sido organizada com base nos objectivos definidos e na identificação de duas linhas de força. Comporta, em conformidade, dois capítulos, a saber:

Capítulo I: Cooperação China-África, destacando os seguintes subcapítulos: história da cooperação sino-africana; a política externa chinesa para a África; os interesses chineses em África divididos em interesses políticos e económicos, onde os interesses económicos focam-se na busca dos recursos naturais em África, no financiamento de infra-estruturas e na segurança alimentar. Ainda no final deste capítulo, elencamos algumas breves considerações que nos possibilitaram compreender a relação sino-angolana a partir do estudo da cooperação China-África.

Capítulo II: Cooperação bilateral Angola-China. Neste capítulo procuramos estudar a cooperação bilateral Angola-China, tendo em conta os primórdios da relação sino-angolana; a China no cenário da colonização, descolonização e guerra civil de Angola: posição e alinhamento, 1960-1970, e a década de 1980 a 1990 quando surge a cooperação diplomática e política entre estes dois países.

Ainda dentro deste capítulo, dissertou-se sobre os *interesses e motivações da cooperação sino-angolana*. Nesta, o *olhar chinês para Angola* recai precisamente sobre a importação de petróleo, a participação de exploração petrolífera, sendo um outro interesse chinês em Angola as empresas chinesas e o acesso ao novo mercado angolano.

Já o *olhar angolano em relação à China* foca-se no financiamento chinês e na sua importância e na China como meio para a abertura de Angola ao sistema internacional.

No terceiro ponto deste capítulo narrou-se sobre a *cooperação económico-financeira*, na qual se abordou sobre os acordos financeiros sino-angolanos (2004-2016) e as condicionalidades do financiamento: petróleo como forma de pagamento. Já no quarto ponto deste capítulo, proferiu-se as *verdades e os mitos* da cooperação sino-angola.

Por último, elencamos as conclusões tiradas na sequência desta investigação, bem como as referências das fontes bibliográficas usadas para a elaboração deste trabalho.

CAPÍTULO I - COOPERAÇÃO CHINA-ÁFRICA

1. HISTÓRIA

No panorama histórico da relação China-África, acredita-se que estas interações tiveram início em meados do século XX, e que se verificam até aos dias de hoje. Assim sendo, as relações sino-africanas podem ser caracterizadas em seis períodos:

1. Anos 1950, promoção dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, Conferência de Bandung e a actuação chinesa;
2. Anos 1960, definição da estratégia de duas zonas intermediárias;
3. Anos 1970, elaboração da teoria dos três mundos e a estratégia de uma linha por Mao Zedong;
4. Anos 1980, reformas económicas protagonizadas por Deng Xiaoping;
5. Anos 1990, nova conjuntura mundial e o reafirmar da sua relação com a África;
6. Anos 2000 até à actualidade, autonomia económica e política chinesa em relação a África e ao mundo (Morais, 2011, p.19).

1.1. Anos 1950

Relativamente aos anos 1950, estes foram marcados por dois grandes acontecimentos: a proclamação, em 1954, dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica e a realização da Conferência de Bandung, considerado um marco importante nas relações sino-africanas e início da cooperação Sul-Sul.

Os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica foram presididos em dezembro de 1954, pelo primeiro-ministro e ministro do exterior chinês, Zhou EnLai quando o mesmo visitava a Índia. Estes princípios foram designados para nortear em nome do Governo chinês as relações políticas sino-estrangeiras e a Conferência de Bandung acaba por ser baseada, também, nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, nomeadamente:

- Respeito mútuo da soberania e da integridade territorial;

- Não-agressão;
- Não-ingerência nos assuntos internos;
- Igualdade e vantagens recíprocas;
- Coexistência pacífica.

Estes princípios foram idealizados como forma de resposta à situação que se vivia com a colonização no continente africano e, ao mesmo tempo, consolidar o posicionamento internacional dos países do terceiro mundo, em prol da luta contra a colonização. Os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica constituem-se como uma estratégia da política externa chinesa que estimularia o desenvolvimento das relações políticas entre a China e África.

O segundo acontecimento foi caracterizado pela realização da Conferência de Bandung. A Conferência de Bandung foi realizada em Bandung, Indonésia, entre os dias 18 e 24 de abril de 1955 e reuniu líderes de quase trinta Estados asiáticos e africanos. A Conferência de Bandung foi a primeira conferência que levou à participação de países da Ásia e da África impulsionada pelos países asiáticos, particularmente, pela Índia representada pelo primeiro-ministro Jawaharlal Nehru. Embora, a China, também, tenha acabado por desempenhar um papel preponderante nesta conferência, representada pelo primeiro-ministro Zhou EnLai. “Foi um dos primeiros passos da cooperação política entre países em desenvolvimento com o objectivo de combater o colonialismo e a dominação ocidental em prol da solidariedade entre os países do terceiro Mundo” (Milani e Carvalho, 2013, p.14). Na Conferência de Bandung foram estabelecidos objectivos e princípios considerados relevantes para combater a presença do Ocidente no continente asiático e africano, uma vez que, a maioria dos países presentes na conferência, tinham sofrido o peso da colonização por parte das metrópoles europeias e, outros, encontravam-se ainda sob o jugo colonial europeu.

A Conferência de Bandung constituiu um marco importante da história política dos países subdesenvolvidos e constituiu um marco importante na história das relações internacionais do século XX. Surge como resposta a um mundo pós Segunda Guerra Mundial e surgimento da Guerra Fria. A luta contra a hegemonia e estrutura bipolar que o mundo atravessava levou ao lançamento do princípio político do Não-Alinhamento descritos em Bandung.

Foi com a realização desta conferência que ficou conhecida mundialmente a política de Não-Alinhamento, em que os países em desenvolvimento procurariam manter uma posição neutra em relação à conjuntura da época e não se associarem a nenhum dos dois grandes blocos. A Guerra Fria e a tensão ideológica que ela causava foi sem dúvida o motivo para a emergência da consagração do Movimento de Não-Alinhamento. Foi a primeira vez, que países menos desenvolvidos se uniam em prol de um objectivo comum.

Resumidamente, a simbologia ideológica da conferência mostrou aos países do terceiro mundo, que nela participaram, que era possível autopromoverem-se e agir por si próprios, apesar de estarem em desvantagem em relação ao outro lado do mundo e que poderiam cooperar entre si, tomando consciência da sua importância mundial. A conferência procurou lutar contra o colonialismo, marginalização dos dois continentes, imperialismo e hegemonismo.

No âmbito da nossa dissertação é fulcral realçar a importância que a China desempenhou nesta conferência e as estratégias que a China acabou por delinear na Indonésia. A Conferência de Bandung fez com que a China criasse relações harmoniosas com a parte marginalizada do globo, como forma de procurar equilíbrio na constante luta de poder e marcar a sua presença no sistema internacional. Esta nova conjuntura formatou ideologicamente os primeiros passos da relação sino-africana. A conferência de Bandung marcou não apenas o início do relacionamento dos países periféricos, principalmente o relacionamento sino-africano como também fez emergir as divergências ideológicas entre a China e a União Soviética, disparando os pontos de discórdia em relação a África.

Desta forma, a China passa a ver a Conferência de Bandung como meio para infundir a sua influência e reforçar o seu papel nas relações internacionais do século XX. Por esta razão, a política chinesa procurou estabelecer relações políticas e diplomáticas¹ com os países africanos que conheceram recentemente o sabor da independência e apoiar vigorosamente a luta contra o colonialismo, o imperialismo e a hegemonia do hemisfério ocidental.

Sobre o papel da China na conferência, a mesma objectivou como estratégia além do Não-alinhamento a nenhum bloco ideológico, difundir a sua política externa a

¹ “Como fruto do contacto em Bandung, China e Egito estabeleceram relações diplomáticas em 1956, inaugurando as relações oficiais sino-africanas. A partir desse momento, e antes do final da década, outros países (Argélia, Marrocos, Sudão e Guiné), recém-independentes, estabeleceram relações diplomáticas com Pequim” (Visentine e Oliveira, 2012, p.27).

partir dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica e aumentar a sua influência no mundo a partir de uma nova ordem mundial.

1.2. Anos 1960

Nesse âmbito, os anos 1960 foram marcados pela luta contra a hegemonia das duas superpotências da época e pela ruptura das relações sino-soviéticas bem como pela implementação da estratégia política e diplomática chinesa “estratégia de duas zonas intermediárias” elaborada por Mao Zedong, como resposta à ameaça soviética. A primeira zona implicaria os países subdesenvolvidos e a segunda zona abarcava os países da Europa Ocidental. “A estratégia defendia que a China deveria lutar contra as duas superpotências mundiais, através do apoio à primeira zona intermediária e da conquista diplomática da segunda” (Visentine e Oliveira, 2012, p.27).

Até os anos 1960, a actuação chinesa no continente africano buscava lutar contra o imperialismo, o colonialismo e o revisionismo. Nos anos 1960 a relação sino-africana ainda se centrava muito em questões ideológicas e não propriamente em questões económicas. Neste período, a China, buscava centrar as suas relações exteriores nos países em desenvolvimento e acaba esfriando e abrindo uma guerra ideológica com Moscovo.

Por esse motivo, para promover a sua intenção política no continente, entre 1963 e 1964, Zhou EnLai realizou inúmeras visitas ao continente africano com o objectivo de declarar as convicções políticas que norteariam as relações entre a China e os países africanos. Tais princípios políticos foram proclamados em cinco pontos:

1. apoiar os povos de todos os países africanos na luta contra os imperialistas, os colonialistas e os neocolonialistas ou para conquistar e salvaguardar a independência nacional;
2. apoiar sua política de paz, neutralidade e não-alinhamento;
3. apoiar suas aspirações de solidariedade e unidade por meio de livre escolha, bem como os seus esforços para resolver suas desavenças através de consultas pacíficas;
4. exigir dos outros países que eles respeitassem a soberania de todos os países africanos;
5. lutar contra as agressões e qualquer intervenção estrangeira (Zhang, 2004, p.241-242).

Resumidamente, até aos anos 1960, a política externa chinesa continuou a lutar contra o poder hegemónico, sobretudo soviético no mundo e manteve a sua palavra em apoiar a África na luta contra o colonialismo deixando de lado, até ao momento, as questões económicas com o continente.

1.3. Anos 1970

Tendo em conta o contexto da arena internacional dos anos 1970, onde a expansão americana e soviética ainda ditava as regras do jogo, começaram a surgir ao mesmo tempo novas independências, sobretudo no continente africano. Os actores principais passaram a ver a África como um novo campo de batalha para aumentar as suas influências e ideologias. A China, porém, não ficaria indiferente a esta nova conjuntura e passou a apoiar cada vez mais os movimentos de libertação na luta pela independência no continente africano.

Nessa conformidade, os anos 1970 marcaram a elaboração da teoria dos Três Mundos e a Estratégia de uma Linha por Mao Zedong, na qual buscava dar resposta à crise ideológica entre a China e a URSS. Neste sentido, a teoria dos Três Mundos consistia em obter apoio do Terceiro Mundo, sobretudo da África e a Estratégia de uma Linha buscou o fortalecimento da relação com os Estados Unidos na luta contra a hegemonia soviética, esfriando cada vez mais a sua relação com os soviéticos. Nos anos subsequentes, Mao Zedong procurou aumentar o seu poder político e o reconhecimento internacional combatendo a expansão soviética no continente africano e manter um diálogo político credível com o Ocidente em relação a África.

Ao mesmo tempo, face à aproximação da China ao Ocidente, a relação sino-soviética manteve-se ambígua, isto porque, os objectivos entre ambos divergiam em relação ao continente africano. “Os soviéticos apelavam aos estados africanos através de uma perspectiva material e a promessa de ajuda económica. Já a China, dada a incapacidade de competir monetariamente, deu enfoque ao sentimentalismo” (Esteves, 2008, p.56). Neste novo cenário, a África tornou-se importante não somente para a China, mas também para a URSS como forma de aumentar a sua influência, e como resposta a esta nova conjuntura a política inicial chinesa em relação a África vai sofrer alterações. Assim sendo, a África torna-se gradualmente mais importante para a China com a entrada de Mao Zedong na vida política chinesa. Mao apelava aos países menos desenvolvidos, para que se unissem a fim de dar resposta à hegemonia militar da URSS

e para reduzir a influência soviética no continente, aumentando a expansão e a influência chinesa no sistema internacional. Com a sua presença no Conselho de Segurança a China continuou a estabelecer relações diplomáticas com vários países africanos, uma vez que, a maioria dos países africanos nesta época já tinham alcançado a independência.

1.4. Anos 1980

Após a morte de Mao Zedong, a presença da China na África tornou-se mais discreta. Os anos 1980 vão ser compostos por um novo cenário, neste caso, a morte do líder da revolução comunista da China, Mao Zedong, e a chegada de Deng Xiaoping à vida política chinesa, tornando-se líder da RPC. Xiaoping procurou promover a China no mundo e para tal colocou em prática reformas económicas, modernizando os sectores chaves da economia chinesa, Agricultura, indústria, comércio, ciência e tecnologia. Xiaoping também impulsionou a abertura da vida diplomática chinesa para o mundo.

Nos anos 1980, a China passa a ser um actor significativo no sistema internacional com a entrada de Xiaoping na vida política chinesa. Em contrapartida, as reformas internas implementadas por ele levam a China a olhar a África de outra maneira, levando ao declínio das relações sino-africanas no início dos anos 1980.

Com a entrada de Xiaoping na política chinesa, o país passou a aplicar uma diplomacia aberta estabelecendo relações de cooperação com vários países com sistemas sociais e económicos diferentes. A China luta contra o seu isolamento e passa a estabelecer contacto com diferentes Estados, deixando de lado as políticas ideológicas que foram inicialmente a essência da relação sino-africana. A prioridade passou a ser a cooperação económica, os intercâmbios comerciais, a reciprocidade económica, a cooperação bilateral com os outros países e a ajuda económica passou para segundo plano.

Neste período, a China, já não considerava a África um parceiro estratégico importante, uma das suas políticas era estabelecer relações com outros países, sobretudo com o Ocidente.

Com a sua abertura económica ao mundo, no final dos anos 1980 a China já apresentava uma ascensão económica e política interessante. Devido a isso, no fim dos anos 1980 a China volta a sua atenção para África por duas razões. Em termos económicos, neste período, a China apresentava um forte crescimento económico e

diversificação da economia, e para sustentar esta nova fase a China precisava de novos mercados e fontes de rendimentos económicos, sobretudo no que tange aos recursos naturais e a África dava resposta a esta procura e passou a ser um dos principais parceiros da China². Ao mesmo tempo, em termos políticos, a China viu na África um grande aliado após o incidente da Praça Celestial³. Aquando deste infortúnio, o Ocidente, proferiu diversas críticas à China promovendo um boicote diplomático, tornando a China isolada, diferente dos países africanos que apoiaram a China naquele momento. Foi neste período que a China passou a ver a África não somente como uma fonte económica, mas também como um grande aliado político, sobretudo nas organizações Internacionais.

Os anos 1980 também marcam a limitação e redefinição da estratégia política chinesa para África. Caracterizado inicialmente pelo abrandamento das relações sino-africanas e pelas reformas proferidas por Xiaoping, incentivando economicamente o mercado externo e de investimento. Xiaoping defendia o autoritarismo político, a liberalização agressiva da economia bem como a inclusão social. A China saíria oficialmente do isolamento e estaria disposta a investir na economia mundial e promover cooperação económica com o resto do mundo. Importante também destacar aqui, o feito de Xiaoping em extinguir a política comunista de Mao, dando oportunidade à China de se tornar uma economia de mercado terminando com a sua economia dirigida.

1.5. Anos 1990

Os anos 1990 foram definidos por uma nova conjuntura internacional. As mudanças ocorridas na União Soviética, nomeadamente como o fim da Guerra Fria, levam a China a olhar novamente para o sistema mundial de modo diferente. Como resposta a esta nova conjuntura, Xiaoping propôs outros princípios a serem adoptados pela China. “Tais princípios consistiam em observar o mundo com sangue frio,

² “Para dar valor a este objectivo económico chinês, Zhao Ziyang, primeiro-ministro chinês, efectuou uma visita de 29 dias a 11 países africanos, o objectivo dessa visita era detectar novos campos e meios de desenvolvimento da cooperação económica e técnica entre a China e a África, a fim de ampliar as relações económicas entre as duas partes” (Zhang, 2004, p.256).

³ O Protesto na Praça da Paz Celestial, Tiananmen, coração simbólico do poder comunista, fora palco de um conjunto de manifestações ocorridas em junho de 1989 em Pequim, protagonizada por jovens estudantes da República Popular da China, que lutavam contra a repressão política e contra a corrupção do partido comunista e defendiam reformas urgentes na China, sobretudo para a redução do desemprego (Pessini, 2005).

fortalecer sua posição, enfrentar os problemas com calma e tomar iniciativas de acção, a fim de criar uma nova situação para as suas relações externas” (Zhang 2004, p.257). Neste período, a China aumenta a sua aproximação com a África, pela demanda em recursos naturais e pelos acontecimentos na Praça Celestial, descritos anteriormente.

O que se deve reter aqui é que neste período, a China se torna num grande consumidor de recursos naturais, sobretudo petróleo e passa a procurar petróleo no mercado africano. A China passa a ver a África novamente como fonte para dar resposta a essa procura. Como resposta, verificou-se gradualmente um aumento de *joint-ventures* e de ajuda chinesa no continente, definindo uma nova forma de cooperação económica entre a China e a África. Assiste-se, também, à consolidação e estabelecimento de uma estratégia *oil-for-infrastructure*, entre a China e os países africanos produtores de petróleo. Uma espécie de acordo entre a China e os países africanos que consiste em financiar os projectos de construção em África em troca de petróleo, acordo predominante nas relações sino-africanas.

A cooperação sino-africana a partir dos anos 1990 foi vista como sendo puramente económica, devido à dependência da China pelo petróleo. A China passou a importar mais petróleo em África e as suas relações tornaram-se cada vez mais interdependentes. Com a elevada necessidade em recursos naturais, a China, passa a fazer grandes investimentos no continente africano, sobretudo em infra-estruturas. Ao mesmo tempo, passa a facultar crédito de longo prazo aos países africanos, bem como o cancelamento da dívida como forma de ajuda humanitária, o que tornou as relações sino-africanas interdependentes. Por outro lado, as empresas energéticas/petrolíferas chinesas comprometem-se com uma grande quantidade de divisas para garantirem o direito de exploração nos países ricos em recursos naturais no continente africano.

A partir deste momento as empresas petrolíferas chinesas passam a estabelecer *joint-ventures* com os países africanos, principalmente produtores de petróleo para que possam cooperar energeticamente e instalem-se fortemente nos países africanos por muitos anos. Neste caso, as *joint-ventures* seriam a associação de duas ou mais empresas com finalidades comuns. A partir deste meio, o capital chinês passa a ser de grande importância para os governos africanos e a aplicação da diplomacia comercial e das trocas comerciais entre estes dois continentes passaram a intensificar-se em vários domínios, principalmente, em recursos naturais. Os anos 1990 marcaram a fortalecimento e a diversificação da relação sino-africana e África passou a ser um mercado propício para o desenvolvimento económico chinês.

1.6. Anos 2000 até Actualidade

Por último, no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 dá-se o auge da influência diplomática chinesa em África, senão mesmo o fortalecimento das relações e o exaltar da cooperação em vários domínios. Os anos 2000 em diante têm sido marcados por fóruns que têm contribuído certamente para a influência chinesa em África. Sendo o primeiro fórum realizado em 2000, a FOCAC, tornou-se o ponto de partida da publicação do documento sobre a política chinesa para a África em 2006. Para evidenciar a sua intenção económica e assegurar os investimentos por parte das duas entidades, bem como, o seu peso económico neste continente, criou-se este fórum, com o objectivo de aumentar e coordenar a cooperação sino-africana, com a garantia de benefícios mútuos, no qual passa a ser considerado ponto-chave e o culminar das relações sino-africanas neste novo milénio.

A FOCAC é uma conferência ministerial que foi realizada pela primeira vez a 10 de Outubro de 2000, em Pequim⁴. Foi a partir desta conferência que o futuro da cooperação sino-africana foi traçado pautado em igualdade e benefícios mútuos entre a China e os países africanos.

Este encontro entre a China e os países africanos, vai dar origem à assinatura de dois documentos importantes que serviram de base ao objectivo principal da realização do primeiro Fórum, a saber: a Declaração de Pequim sobre o Fórum de Cooperação China-África e o Programa de Cooperação China-África sobre o Desenvolvimento Económico e Social.

A Declaração de Pequim sobre a FOCAC tinha como objectivo manter um diálogo colectivo entre a China e os países africanos, tendo como base principal a igualdade e os benefícios mútuos. Quanto ao Programa de Cooperação sobre o Desenvolvimento Económico e Social, as duas partes procuram dinamizar as suas parcerias estreando uma nova fase da cooperação entre ambos, mas para tal, concordaram em cooperar em vários domínios, sobretudo no desenvolvimento social e

⁴ Mais de 80 ministros da China e 44 países africanos, representantes de 17 organizações regionais e internacionais, pessoas das comunidades empresariais da China e da África foram convidados para a conferência. A conferência traçou a direcção para o desenvolvimento de uma parceria nova, estável e de longo prazo com igualdade e benefício mútuo entre a China e os países africanos (FOCAC, s.d.).

económico, tendo sempre em atenção os princípios vigentes nesta cooperação (FOCAC, 2009a).

Com efeito, uma das novas formas de cooperação seria abrir portas para as empresas explorarem novos mercados. Concordam em explorar activamente novas ideias e estratégias para desenvolver as suas respectivas economias e aumentar as suas capacidades para dar resposta a uma nova ordem mundial. Neste caso, levou-se em conta o investimento mútuo empresarial, a troca de experiência em gestão de negócios, a criação de *joint-ventures* e a participação de empresas chinesas em projectos de desenvolvimento económico e infra-estrutura no continente africano.

Estes objectivos foram redigidos tendo como base, os princípios de cooperação de desenvolvimento entre a China e a África:

- 1) Igualdade e respeito mútuo;
- 2) Diversidade na forma e no conteúdo;
- 3) Ênfase nos resultados práticos;
- 4) Procura de progressos comuns;
- 5) Resolução amigável nas diferenças;
- 6) Cooperação intergovernamental (FOCAC, 2009b).

O objectivo deste fórum é contribuir para a promoção da cooperação em vários sectores, económico, político, tecnológico, educação e cultura com os países africanos a partir de parcerias, trocas comerciais e diplomacia, bem como, estabelecer uma nova ordem económica e política internacional para o novo século e fortalecer deste modo as relações sino-africanas.

A primeira conferência China-África em 2000 foi apenas o começo do fortalecimento da cooperação sino-africana. Já foram realizadas posteriormente outras conferências que levaram a cabo outras formas de cooperação sino-africana, uma vez que ficou acordado que depois do primeiro fórum todos os outros deviam ser realizados trienalmente. Garantia-se, assim, a vontade chinesa em manter a sua relação e a sua cooperação com os países africanos com o intuito de promover ganhos mútuos.

Quadro 1 - Fórum ministerial de Cooperação China-África

Ano da realização	Lugar da realização	Resultados
2000	Pequim, China	-Declaração de Pequim -Programa de Cooperação sobre o Desenvolvimento Económico e Social
2003	Addis Ababa, Etiópia	- Fórum de Cooperação China-África-Plano de Acção de Adis-Abeba
2006	Pequim, China	- Declaração da Cimeira de Pequim do Fórum sobre Cooperação China-África - Fórum sobre a Cooperação China-África Plano de Acção de Pequim (2007-2009)
2009	Sharm El Sheikh, Egipto	- Declaração de Sharm El Sheikh do Fórum sobre Cooperação China-África - Fórum Sobre a Cooperação China-África Sharm El Sheikh Plano de Acção (2010-2012)
2012	Pequim, China	- Declaração de Pequim - Plano de Acção de Pequim (2013-2015)
2015	Johannesburg, África Do Sul	- Declaração de Johannesburg -Plano de Acção de Joanesburgo (2016-2018)

Fonte: FOCAC: <http://www.focac.org/eng/>

Embora, haja uma intenção positiva com a realização destes fóruns para o fortalecimento e influência da cooperação sino-africana, alguns académicos divergem opiniões acerca da presença chinesa no continente. “A China está a fazer o que os colonizadores fizeram, pois quer matéria-prima para o seu crescimento, tal como os colonialistas foram para a África buscar recursos naturais deixando as pessoas pobres” (Campos e Vicente 2015, p.66). Porém, quanto a esta afirmação, Pautasso (2009) defende que a presença da China em África não pode ser vista como uma nova forma de colonização, mas como uma oportunidade que os países africanos estão a ter para se reconstruírem e se inserirem no sistema internacional.

Ao ser analisada a evolução das relações sino-africanas, de todas as conferências que têm sido realizadas em detrimento do melhoramento e do desenvolvimento recíproco entre as nações envolvidas, dá-nos a capacidade de discorrer sobre a visão destes autores. De facto, a China foi para África em virtude dos bens energéticos que a

África oferece e para suprir as necessidades internas deste gigante asiático. No entanto, as mesmas são repostas com o financiamento e com o investimento directo que a China tem feito em África.

Neste caso, em detrimento destes financiamentos e investimentos chineses em África, a cooperação e a presença chinesa no continente passou a ser vista como uma das modalidades de cooperação baseada na natureza da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

O tipo ou natureza da APD assume as seguintes modalidades: cooperação técnica, ajuda a programas de projectos de investimento/equipamento e outros recursos incluindo produtos e aprovisionamento. Em relação aos recursos, fluxos da APD tanto podem consistir na transferência de dinheiro, como na afectação de bens e serviços. Além disso, esses recursos podem incluir donativos, empréstimos e outras transacções de capital, iguais ou superiores a um ano, relacionadas com o desenvolvimento (Pinto, 2009, p.145).

Este conceito define claramente a cooperação existente entre a África e a China particularmente no campo económico, construção de infra-estruturas em África, exportação de petróleo para China, a China por outro lado, acaba por importar mais petróleo aos países africanos através do financiamento em infra-estruturas e exporta também vários produtos manufacturados para o continente africano.

A APD actua de forma bilateral e multilateral, o que sustenta a teoria de que a cooperação entre a China e a África também pode ser baseada nestes princípios de actuação. A actividade da APD em termo multilateral é aquela que contribui para os orçamentos das organizações multilaterais que actuam na área de desenvolvimento, onde tais organizações governam de forma independente tais fundos (Pinto, 2009). A China tem efectuado empréstimos aos países africanos para diferentes áreas de actuação e cabe aos mesmos serem capazes de direccionarem correctamente tais empréstimos para áreas de carácter emergentes para se criar um desenvolvimento interno em cada país africano que coopera nestes moldes com a China.

2. POLÍTICA EXTERNA CHINESA EM ÁFRICA

Com a ruptura da crise ideológica entre a China e a URSS, bem como o seu isolamento e devido o fim da Guerra Fria tornando o mundo unipolar, a China, sentiu a necessidade de refazer a sua política externa para com o resto do mundo, o que a levou a

criar políticas de cooperação com os diversos países, para promover a sua capacidade económica e política na arena internacional.

Neste sentido, a China viu em África o aliado perfeito para a sua inserção internacional. Após o fim dos anos 1980 e princípio dos anos 1990, África passou a ter uma grande importância para a diplomacia económica chinesa.

Hoje no mundo globalizado em que estamos inseridos é notório a qualidade da estratégia diplomática que a China desempenha no continente africano. Assim sendo, a política externa chinesa vai ser conduzida pelas reformas internas que a China estava a viver e pela nova conjuntura internacional.

A abertura da China ao mundo, liderada inicialmente por Xiaoping nos anos 1980, colocou o continente africano inicialmente fora do foco chinês, mas posteriormente foi ganhando espaço importante na vida política e económica chinesa, em particular, com a aplicabilidade da política de cooperação Sul-Sul, a fim de fazer frente ao conceito dos países do Norte, sobretudo no que diz respeito ao aspecto económico. Xiaoping promoveu uma abertura da China ao mundo, norteando três pontos cruciais da Política externa chinesa: “Oposição ao hegemonismo, a preservação da paz mundial e o fortalecimento da unidade e cooperação com os restantes países do terceiro mundo” (Cunha, 2007, p.316-317). Com a vitória dos Estados Unidos na luta ideológica contra a União Soviética, as exigências e as competências económicas a nível mundial ganharam o seu ritmo, levando à corrida ao desenvolvimento.

A partir deste pressuposto, a China também viu em África um ponto de partida para o seu crescimento económico sustentável, com o objectivo de propagar a sua influência no sistema internacional a partir de uma economia em desenvolvimento com os parceiros certos. “As autoridades chinesas têm plena consciência de que, se a China perder a África, a sua influência internacional ficará muito enfraquecida” (Zhang, 2004, p.262).

Se, inicialmente, a política externa chinesa estava focada em ajudar os países africanos na luta contra o colonialismo, imperialismo e contra a hegemonia, através de assistência política e militar, ao longo dos anos a China sentiu a necessidade de ampliar o seu ângulo de influência e presença em África, alterando a sua política externa para uma política de economia de desenvolvimento. Assim sendo, essa nova política passaria por desenvolver a sua economia, como por exemplo, exportando empresas chinesas públicas e privadas capazes de direccionar fundos de financiamento para a África.

A internacionalização da política externa chinesa teve a sua reviravolta no virar do século XX-XXI, motivada por dois campos: diplomático e económico. O campo diplomático está ligado ao fim da Guerra Fria e ao colapso da ideologia socialista soviética, que conjugou com a repressão na Praça da Paz Celestial e, consequentemente, fez com que a China diversificasse as suas relações exteriores para evitar o isolamento, levando-a a reforçar as relações com os países periféricos. O campo económico está relacionado com as reformas internas protagonizadas por Deng Xiaoping. Devido ao aumento do seu consumo interno, passou a precisar de mercados que abastecessem a sua necessidade de recursos naturais, principalmente petróleo, e ao mesmo tempo de novos mercados para exportar as suas empresas. A própria diplomacia chinesa conheceu um novo cenário impulsionado pelo novo alinhamento na política internacional.

A partir destes factores de necessidade, a África apresenta-se como palco perfeito para dar resposta à nova economia implementada pela China, tendo o petróleo para abastecimento interno e mantendo a sua segurança energética, podendo considerar-se, assim, o pivô da evolução da política externa chinesa para África.

A preocupação de isolamento foi ultrapassada com a influência que a China passou a ter em África no princípio dos anos 1990, onde adoptou uma tática de cooperação não mais ideológica como nos anos anteriores, mas diplomática e voltada para a economia. A aceleração do desenvolvimento que a China estava a atravessar fez com o país abraçasse novos desafios, desenvolvendo a sua interação e sua capacidade de cooperação com muitos países e África não podia estar isenta desta nova fase chinesa.

A diplomacia chinesa pretendia dar resposta aos conceitos idealizados por Deng Xiaoping, com uma política externa de abertura ao resto do mundo com objectivos a alcançar, focados principalmente na captação de investimentos externos, e recursos naturais que são necessários para dar resposta ao aumento do seu consumo interno.

Como anteriormente elencado, o primeiro país africano a estabelecer relações diplomáticas com a China foi o Egipto, em 1956, e desde então a China viu-se a estabelecer relações diplomáticas com muitos outros países africanos. Neste sentido, o ano de 2006 foi marcado como o quinquagésimo aniversário das relações diplomáticas entre a China e a África, dando origem a um documento oficial sobre a política chinesa para África. Este documento representou um marco histórico nas relações sino-africanas. Neste documento, o Governo chinês deixou claro as suas intenções para com

o continente africano e as ideologias que pretende partilhar com o mesmo como forma de regar as suas relações futuras.

A questão ideológica acaba por não ser mais o centro e a motivação da política externa chinesa para África e passa a focar-se em outro tipo de cooperação, onde regem a igualdade, reciprocidade e ganhos mútuos em termos políticos e económicos. Foi pensando na divulgação destas novas crenças que o Governo chinês realizou inúmeras viagens para o continente africano, representado pelas suas figuras políticas. Uma destas visitas fora realiza pelo presidente chinês Hu Jintao. O mesmo visitou o Reino de Marrocos, a Nigéria e o Quénia, em abril de 2006. Durante esta viagem o presidente chinês avançou com cinco propostas para reforçar a cooperação sino-africana:

- *“Strengthening mutual political confidence;*
- *Expanding mutually beneficial economic activity;*
- *Taking one another as cultural reference points;*
- *Strengthening security cooperation;*
- *And close international coordination”* (Xu, 2008, p.67-68).

Neste mesmo ano, o primeiro ministro chinês Wen Jiabao realizou várias visitas formais a outros países africanos, como o Egipto, o Gana, o Congo-Brazzaville, Angola, África do Sul, Tanzânia e Uganda⁵.

Exposto isto, podemos definir a política externa chinesa para África como uma política internacionalmente conhecida pela sua peculiaridade constituída pelos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, pela Estratégia *win-win*, pela não ingerência e pela aplicabilidade do *soft power*. A política externa chinesa também destaca o reforço a cooperação e desenvolvimento de amizade e troca de experiências.

As relações *win-win* traduzem-se através de ganhos mútuos, cooperação harmoniosa e mutuamente vantajosa tanto na importação de produtos energéticos por parte da China em África, como na exportação de produtos manufacturados chineses no mercado africano e entre outras formas de cooperação existentes entre a China e os países africanos.

Ao classificarem-se as relações sino-africanas entende-se que o objectivo principal desta cooperação seja o factor económico e desta forma quanto aos ganhos

⁵ *“During his visits, Premier Wen signed implementation outlines for deepening strategic and Cooperative relations with Egypt and South Africa, as well as issuing joint Statements with the other five countries included in his visit. In addition, China signed a total of 71 agreements with the seven African countries, covering political, economic and trade ties and the construction of basic di, as well as agreements in the fields of culture, education and Science and technology”* (Xu, 2008, p.68).

desta cooperação ela seja definida como sendo de vantagens benéficas para os implicados. Hipoteticamente falando, o objectivo da relação é que as partes possam tirar vantagens na mesma paridade, de uma cooperação comum *fifty-fifty* para todos, mesmo que os investimentos sejam direccionados para diferentes fins de cada Estado envolvido.

A estratégia política chinesa procura estabelecer laços de cooperação com os países africanos principalmente os que lhe possam garantir petróleo e outros recursos e estabelecer *joint-ventures* com as empresas petrolíferas africanas para a exploração deste recurso nestes países. Para assegurar esta estratégia da diplomacia comercial chinesa, a interferência nos assuntos internos, sobretudo político destes Estados africanos não cabe neste objectivo meramente económico chinês. Ou seja, a não ingerência acaba por ser uma forma da política externa chinesa com o objectivo de não misturar política com negócio.

A política externa chinesa não procura exigir dos seus parceiros os preceitos ocidentais utilizados para se estabelecerem acordos económicos, bem como, conceder empréstimos a outros Estados que para tal devam ter estes princípios nas suas políticas internas como as democracias bem consolidadas e respeito pelos Direitos Humanos. Em comparação com o Ocidente que utiliza a ajuda externa como meio de pressão para reformas económicas e políticas, os empréstimos chineses apresentam como condição apenas a contratação de empresas estatais chinesas para implementarem os projectos, tendo em conta o factor *win-win*.

A política externa chinesa para a África baseada na busca pelos recursos naturais implica precisamente petróleo e outros recursos. Como nos explicam Jianhai e Zweig, a política externa chinesa guiada pela busca de recursos naturais não dá espaço para moralidade (Alves, 2010). Isto significa que a China não discrimina os países por conta das políticas adoptadas em âmbito doméstico, por isso a importância do respeito pelo princípio de não-ingерência nos assuntos internos de cada Estado, acusação de desrespeito aos direitos humanos ou corrupção, não são motivos para se deixar de fechar um negócio. Com este princípio ideológico imposto pela sua política externa, a China acaba por não misturar política com negócios meramente económicos.

Pelo facto de a China não considerar relevante que estes conceitos estejam consolidados, a cooperação sino-africana tem sofrido diversas críticas por parte do Ocidente. A China considera a exigência destes preceitos como interferência nos assuntos internos. Uma vez que, tanto a democracia consolidada bem como o respeito

pelos Direitos Humanos ainda são objectivos difíceis de vigorar no continente africano. “*In fact, China has argued that attempts by foreign nations to discuss democracy and human rights violate the rights of a sovereign country*” (Handson, 2008).

A posição chinesa em relação aos seus interesses para África não diverge da actuação com outros Estados, porém, a despreensão chinesa é notável, e tal atitude tem suscitado várias críticas tanto pelos Estados Unidos como pela Europa. Por outro lado, os Estados Unidos também estabelecem relações de cooperação com países no qual os direitos humanos não são excepcionalmente respeitados, como é o caso da Arábia Saudita, que hoje representa um dos principais parceiros americanos, o que traduzindo significa que o conceito de pudor, decência ou moralidade nas relações internacionais depende dos interesses económicos que precedem essa relação.

Apesar destes factos, importa realçar que, a política externa chinesa para África também é sustentada pela estratégia *soft power*, dominador comum da cooperação China-África, tendo como suporte os princípios de Coexistência Pacífica.

A estratégia *soft power* é a capacidade de poder e atracção que uma nação tem sob a outra através de seus ideais, costumes, hábitos, valores e normas. “*Soft power, includes a country's culture, political values, foreign policies, and economic attraction as essential components of national strength providing the capacity to persuade other nations to willingly adopt the same goals*” (Thompson, 2005, p.2).

O *soft power* é uma forma de actuação para adquirir poder que a chinesa tem vindo a aplicar, capaz de influenciar e fortificar a sua presença no sistema internacional, a partir de medidas mais suaves, de intercâmbios culturais que vão desde a medicina, a letras, a culinária, cinema, artes, acupunctura, entre outros, até à sua cultura económica, com o desígnio de intensificar a sua influência a partir de uma postura de persuasão ao invés de induzir e intimidar os outros Estados. O uso que a China faz do *soft power* busca aumentar a consciência das intenções de seus líderes em convencer a comunidade internacional da natureza pacífica da sua emergência e das oportunidades que representa para os seus parceiros (Duarte, 2012). A aplicação e a realização do *soft power* chinês em África também incluem:

- “*Professing solidarity with Africa in international forums on trade;*
- *Forgiving more than \$1 billion in debt from African countries;*
- *Training more than 100,000 Africans in Chinese universities and military institutes;*
- *Sending more than 900 doctors to work across Africa; and*
- *Making major investments in infrastructure, agriculture, and energy*” (Pan, 2006).

A questão do *soft power* estabelecido pela China em relação a África é cada vez mais notória, e abrange diferentes campos, tais como a ajuda financeira, bolsas de estudos e perdão da dívida, entre outras formas. A realização de fóruns com os países africanos, por exemplo, é vista como forma de fortificar a sua relação com a África. Um dos exemplos é a FOCAC a qual tem dado continuidade à realização de vários encontros entre entidades africanas e chinesas. O perdão da dívida também é um dos elementos do objectivo do *soft power* chinês para a África e vários são os países africanos que têm beneficiado dessa "bondade chinesa" sem ter em conta de facto o seu montante. A Angola, por exemplo, foi-lhe perdoada parcialmente uma dívida de 14 milhões de dólares. A dívida perdoada foi estipulada em dois acordos de cooperação, assinados em maio de 2001 e em dezembro de 2002, os quais já estavam num período de reembolso, até dezembro de 2015 (Cambala e Carvalho, 2017).

A medicina tradicional chinesa já é uma realidade nos países africanos e o intercâmbio de conhecimento nesta área já é visível, sobretudo a tradicional acupunctura. Finalmente, a questão do investimento directo estrangeiro (IDE) em vários sectores que a China tem protagonizado na África e as trocas comerciais entre ambos definem a expansão e o centro actual da cooperação sino-africana.

O uso do *soft power* em África não recai somente na atracção de poder, mas também, na intensificação das relações, predominando em várias áreas de actuação, principalmente económicas, mas também em laços de amizade implicando uma cooperação multilateral através da ONU com organizações africanas, como é o caso da União Africana (UA). A China tem estabelecido um diálogo saudável com a UA para a promoção da segurança interna dos países, como tentativa de resolução de alguns conflitos como é a questão do Corno de África. A China, país em desenvolvimento com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, poderá usar esse valioso atributo para apoiar ou proteger os interesses africanos na organização. A China passou a ser um forte fornecedor de equipamentos militares no continente, e tem contribuído para a manutenção da paz em alguns países africanos.

A aplicação dos princípios de paz, solidariedade, desenvolvimento e cooperação, princípios estabelecidos na política externa chinesa têm reforçado o nível de relacionamento sino-africano. Traçando uma relação futura esta é promovida em vários sectores, através da adopção de medidas que possam propiciar aos recursos naturais africanos, bem como, facilitar o acesso chinês ao mercado africano e intensificar o investimento chinês em todo continente como forma de promover o desenvolvimento

mútuo. Efectivamente, a diplomacia económica e a diplomacia cultural são ferramentas determinantes do *soft power* adquiridos pelos Estados, particularmente pela China porque proporciona aliados fortes e desenvolve resistência de um determinado Estado em relação ao outro.

Podemos constatar a evolução da política externa chinesa para a África, na qual a China se desprende de uma política baseada no sentimento por pertencerem ao terceiro mundo⁶ e marginalizada pelo Ocidente e passa a adoptar uma política externa mais objectiva, evidenciando o conceito de paz e os Princípios de Coexistência Pacífica, desenvolvendo a cooperação sino-africana em vários domínios, entre eles, a cooperação económica, política, comercial e cultural.

3. INTERESSES CHINESES EM ÁFRICA

Inicialmente a China protagonizava uma diplomacia cautelosa, defensiva e pouco activa nos fóruns internacionais, objectivando somente as relações bilaterais, mas, esse tempo está *démodé*.

Qualquer cooperação é baseada num objectivo comum, o que não diverge da presença chinesa no continente africano. Apesar de estabelecer relações com os países africanos em vários domínios, os interesses económicos são os mais iminentes. Assim, os principais interesses da China em relação ao continente africano são políticos e económicos e todos os outros ser-lhes-ão acrescentados.

Os interesses económicos e políticos que a China tem no continente africano são cruciais para o seu desenvolvimento interno depois da mesma ter conhecido um desenvolvimento imparável. A China tornou-se numa das maiores economias do mundo, e necessita solidificar a sua presença política no sistema internacional ao mesmo tempo fundar mercados que possam oferecer meios para a manutenção da sua economia em crescimento.

3.1. Interesses Políticos

No campo político, a política chinesa estava antes focada em estabelecer relações de cooperação política na luta contra o colonialismo, o imperialismo e a

⁶ Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (2010, p.1536) “terceiro mundo é o conjunto dos países e povos menos avançados do ponto de vista socioeconómico”.

hegemonia. Posteriormente passou a estar focada no estabelecimento de relações diplomáticas com os países africanos, bem como, retirar-se do isolamento. Todos estes campos encontram-se hoje bem consolidados naquilo que seriam as relações políticas sino-africanas.

Hoje a China continua a promover as suas relações políticas com o continente africano e com a América Latina, por dois motivos. A questão de Taiwan está acima dos objectivos principais do interesse político da China nestes dois continentes, promovendo a sua política de uma só China que tem sido um dos principais pilares a terem de ser respeitados no estabelecimento das relações com estes países.

A política externa chinesa para a África participada pelo Princípio de “Uma só China”, está baseada na oposição da independência de Taiwan. A RPC considera Taiwan como uma das suas províncias, apesar de Taiwan reivindicar a sua independência, a RPC considera-a parte inalienável do seu território. Nos últimos tempos, Pequim tem protagonizado visivelmente uma tentativa de reunificação, advertindo o uso da força caso Taiwan avance com uma eventual tentativa de independência. A RPC apela para que os seus aliados não estabeleçam relações diplomáticas com Taiwan no intuito de travar o seu reconhecimento como Estado independente.

Um dos exemplos desta realidade ocorre em 2016, quando o Governo de São Tomé e Príncipe anunciou o rompimento das relações diplomáticas com Taiwan e reconhece a RPC como o único Governo legítimo de toda a China (Chang, 2016). Seis dias depois deste anúncio, Pequim manifesta o estabelecimento de laços diplomáticos com São Tomé e Príncipe. A par disto, o Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum Macau⁷ afirmou estar aberto quanto a participação de São Tomé e Príncipe no Fórum Macau.

A China precisa de aliados que façam frente a qualquer objecção aos seus objectivos, uma vez que os países africanos aliados e parceiros da China não têm capacidade política nem económica para intervir nos assuntos internos da China, tornando-se submissos às exigências chinesas. Porém, o contrário é possível de ser observado. A China tem capacidade política, económica e militar para intervir em país do continente africano caso sinta os seus objectivos ameaçados, nem que para isso tenha

⁷ Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua-Macau, como o nome já faz referência é um fórum ministerial criado em 2003 por iniciativa da China para facilitar e intensificar a cooperação em vários domínios entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau e os países de Língua Oficial Portuguesa.

que violar o seu princípio de não-ingrência e de não-agressão, tornando este princípio numa regra maleável.

A gradual cooperação política entre a China e os países do terceiro mundo também foca a questão da recusa de interferências externas nas questões relacionadas com o Tibete e Xinjiang como princípio necessário para estabelecer relações com o resto do mundo (Mendes, 2010).

O segundo factor será atribuído à questão de a China precisar de manter a sua influência no sistema internacional, sobretudo no palco das conversações com as organizações internacionais, em particular, a ONU apoiada pelos Governos africanos, o que torna crucial para a China nutrir uma relação saudável com estes Governos. Numa cooperação política e diplomática multilateral com os países africanos, os quais constituem mais de 50 votos na ONU, esta seria uma força política de grande vantagem para a China.

A China promove uma diplomacia de boa vizinhança, cultiva a cooperação em domínio bilateral e multilateral, bem como, intensifica a ajuda ao desenvolvimento nos países africanos.

Devido à sua pujante economia, a China adquiriu uma presença maior e uma voz mais activa relativamente às questões internacionais, tornando-a politicamente influente. No plano político com o crescer da sua economia o gigante asiático tem conseguido preservar a sua presença como uma potência no sistema internacional, mantendo o seu interesse alinhado para África e para o mundo.

3.2. Interesses Económicos

A presença económica chinesa em África começou de forma inibida, mas nos anos 1990 foi ganhando importância. Hoje o IDE da China em África ganhou o seu espaço e tem influenciado progressivamente a economia africana. A presença económica chinesa em África, também, foi definida como feita em quatro períodos motivada por quatro objectivos. *“China came to Africa in the 50's as a trader; in the 60's as contract workers; during the cold war as ideological competitions to the Soviet Union and today as Market”* (Stead, 2007, p.152). Actualmente, a África tornou-se um mercado capaz de satisfazer as necessidades internas chinesas.

Como exemplo, em 2016, as exportações chinesas para a África atingiram os USD 82,9 biliões. Já a importação chinesa neste continente ficou marcada por USD

54,3 biliões. Desde os anos 2000, a cooperação económica entre ambos tem sido evidenciada, como tal, em 2005, por exemplo, segundo o relatório Atractividade de África, a China investiu em 293 projectos de IDE em África com investimento avaliado num total de USD 66,4 biliões, criando 130.750 empregos (Xinhua, 2017a). Assim, ressalta que China emprega na sua maioria a sua própria mão-de-obra para projectos em África.

A China tornou-se gradualmente um parceiro importante para África e actualmente é um dos principais parceiros comerciais do continente africano. A China procura estabelecer relações com países, sobretudo ricos em recursos naturais, como é o caso de Angola, Nigéria e África do Sul, bem como, com países que lhes possam conceder outras importações como produtos agrícolas como o Quénia, tendo em conta a importação de carvão de Moçambique e Gabão. Os interesses económicos chineses em África são suportados hoje com o aumento de *joint-ventures* e investimento em outras áreas como infra-estruturas e exportações de produtos chineses no mercado africano.

A partir desta conjuntura, destacamos os principais campos em que se verifica o aumento dos interesses económicos da China em relação a África, a saber por nível de importância: assegurar a obtenção de petróleo por parte da África (*joint ventures*), financiamento em infra-estruturas e agricultura.

3.2.1. A Busca dos Recursos Naturais em África

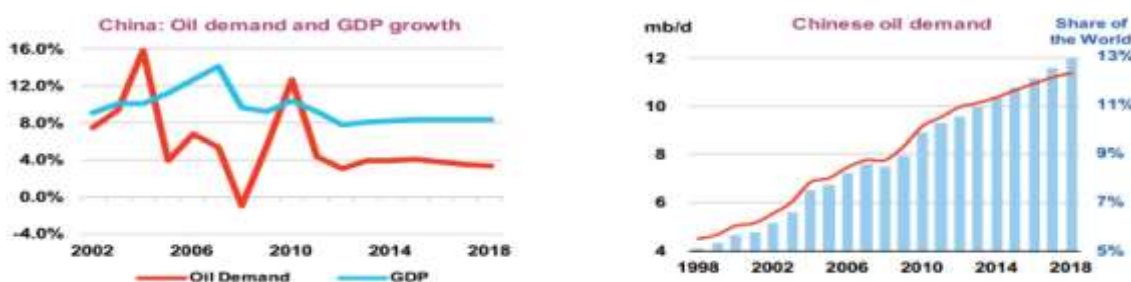
A busca pelos recursos naturais em África por parte da China não se restringe apenas no acesso ao petróleo, mas também se foca na aquisição de outros recursos naturais africanos, como cobre, alumínio, ferro, carvão entre outros e estabelecer *joint-ventures* com os países africanos para a exploração destes recursos.

Porém, assegurar a obtenção de petróleo a partir da África, também é um dos principais objectivos da canalização industrial chinesa em África, devido a crescente procura interna chinesa por este recurso, pois a sua produção não consegue dar resposta ao seu consumo interno, fazendo com que a China se torne cada vez mais dependente da importação de petróleo. A China procura com a sua cooperação com os países africanos garantir o acesso aos diversos recursos naturais africanos, e a obtenção de petróleo é um desses objectivos. Com o desenvolvimento económico chinês, as suas exigências em obtenção de matérias-primas e recursos energéticos foram-se intensificando, a destacar desde já um maior consumo de energia. Embora, o carvão seja a fonte de energia

dominante, representando para a China 68% da oferta total de energia primária do país, o petróleo e o gás também se tornaram suplementos de energia essenciais ao país.

Assim, de acordo com os dados, a procura por petróleo primário na China subirá para cerca de 12 milhões de barris por dia em 2018, segundo os dados da IEA, como podemos verificar no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Necessidade Futura de Petróleo pela China



Fonte: IEA (2014b, p.10), *Update on Overseas Investments by China's National Oil Companies Achievements and Challenges since 2011*.

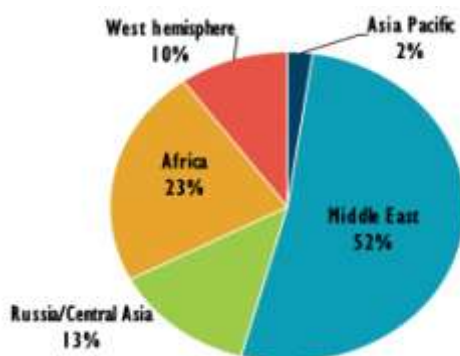
Assim sendo, apesar de a China ser um dos maiores produtores de petróleo do mundo, ocupando entre o quarto e o quinto lugar, o país está a tornar-se cada vez mais dependente das importações. Hoje o consumo interno de petróleo na China representa cerca de 50% das suas importações. A crescente sede da China por petróleo foi desencadeada por vários sectores como o do transporte sendo considerado como um dos maiores sectores de consumo interno de petróleo do país, seguido do sector industrial e outros sectores de consumo particular: *“The transportation sector accounted for over 45% of oil consumption in 2011. The industry sector accounted for 24% of total consumption and the residential sector for 7%”* (IEA, 2014a, p.532).

Este consumo de petróleo no sector dos transportes é criado pelo aumento das vendas de automóveis e pelo aumento do uso de viagens aéreas ocorridos nos últimos anos. Em relação ao aumento de uso de automóveis, deve-se à conquista que a China alcançou tornando-se o maior mercado de carros do mundo nos últimos oito anos consecutivos. Dados de 2016 revelam que a China vendeu cerca de 28 milhões de carros, numa pauta anual de 13,7%. A China actualmente ocupa o segundo lugar no *ranking* mundial em termos de passageiros e cargas aéreas, onde as viagens por avião de passageiros expandiram 13,8% em termos anuais, somente, em março de 2017 e

atingindo um aumento de 11,8% em 2016, estando atrás dos Estados Unidos (Xinhua, 2017b).

Por esta razão, a procura pela segurança de recursos energéticos, sobretudo petróleo é um dos objectivos da política externa chinesa em África. Dados de 2013 indicam que a importação de petróleo por parte da China em África representava 23%, o segundo maior fornecedor de petróleo para a China, depois do Médio Oriente, como podemos verificar no gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Fornecedores de petróleo à China



Fonte: IEA (2014b, p.10), *Update on Overseas Investments by China's National Oil Companies Achievements and Challenges since 2011*.

Para expandir a sua garantia petrolífera vinda de África, a China tem procurado aplicar aquilo que seria um dos seus principais objectivos em relação ao abastecimento das suas reservas de petróleo. A *China's National Oil Companies (NOCs)*, procuram unir-se com empresas estrangeiras para adquirir petróleo, as chamadas *joint-ventures*, estratégia conceitualizada como «*Go Out*». As *NOCs* surgem como um plano que o Governo chinês procurou implementar, encorajando as empresas petrolíferas nacionais a investirem no exterior para ganhar maior acesso aos recursos naturais dos países investidos e para dar resposta às suas necessidades internas. O objectivo seria ter acesso aos mercados internacionais, estabelecer *joint-ventures* e aumentar as suas importações e exportações nesta área.

Assim, surgem as primeiras *NOCs*, todas nos anos 1980. A primeira foi a *China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)*, em 1982, especializada na produção *offshore* de petróleo e gás, a seguir surge, em 1983, a *China Petrochemical Corporation (Sinopec)*, especializada na área de petroquímica e a *China National Petroleum Corporation (CNPC)*, em 1988, especializada na produção petrolífera *onshore* e na

refinaria. O objectivo passa por realizarem actividades no campo petrolífero com empresas internacionais que possam garantir a segurança petrolífera que a China necessita e ao mesmo tempo explorar novos mercados. Em África, as empresas petrolíferas chinesas chegaram como forma de investimento directo, mas também como financiadoras de vários projectos em infra-estruturas, tendo estabelecido diversos acordos (*joint-ventures*) com diferentes países africanos como o Gabão, o Congo Brazzaville, Angola e Sudão, entre outros, sobretudo para a produção de petróleo, vendas para abastecer a China e exploração de bacias petrolíferas.

A figura chinesa representada na exploração de petróleo em outros países passou a ser uma das principais finalidades da diplomacia comercial e económica da China, onde o acesso aos recursos naturais por parte das suas empresas passa a ser visto como forma de garantir o acesso e a manutenção dos recursos que a China precisa para manter o escalão do seu desenvolvimento económico. Em relação a África, o objectivo das NOCs seria participar na exploração de petróleo ou acautelar a aquisição aos campos (Oliveira *et.al*, 2012). Devido à capacidade que as empresas chinesas têm tido em aplicar a sua estratégia primordial, que é obter petróleo, as companhias petrolíferas chinesas passam a ser de grande referência mundial.

Nos últimos tempos, as empresas petrolíferas chinesas têm estabelecido *joint-ventures* com os Estados africanos, embora seja comum ver estes investimentos a serem realizados em troca de financiamento. Apesar da participação chinesa em vários blocos petrolíferos em África, alguns especialistas acreditam que a presença chinesa em blocos petrolíferos ainda é retraída e de pouco peso percentual, o que não é um número elevado na manutenção do consumo interno da China. “*Chinese companies hold under 2 percent of Africa's known oil reserves, and most of the African assets held by China's NOCs are of a size and quality of little interest to international oil companies (IOCs)*” (Handson, 2008).

Nas relações entre os Estados os interesses estão acima de qualquer propósito. Actualmente, a actuação chinesa nos blocos petrolíferos africanos pode estar ainda inibida, porém, a presença chinesa tem sido cada vez mais potente no continente, o que leva a perspectivar que a China ainda possa vir a possuir a maior participação petrolífera estrangeira de forma gradual no continente.

As NOCs seriam uma forma das empresas petrolíferas chinesas exportarem o seu conhecimento em experiência e tecnologia, uma vez que as companhias de petróleo chinesas são consideradas das melhores neste ponto de vista. Para a China, dá-lhe a

segurança de que precisa para participar cada vez mais na vida petrolífera do continente africano e ser um dos seus principais colaboradores.

Embora, a sua ambição em relação a África seja a obtenção de produtos energéticos, a China, também, aproveita de África produtos como metais, alimentos e madeira, entre outros.

3.2.2. *Financiamento de Infra-Estruturas*

África é um continente rico em recursos naturais, porém é insuficiente na modernização das suas infra-estruturas e na reconstrução das mesmas, pois o continente sempre apresentou problemas estruturais devido ao seu passado sofrido pela luta para as suas independências e devido à destruição constante causada pelas guerras civis que a maioria dos países africanos já vivenciou. Tudo isso faz com que, a modernização das suas infra-estruturas acabe sendo afectada e o financiamento chinês seja uma forma de obter novas infra-estruturas e acima de tudo mais baratas.

O conveniente défice em infra-estruturas modernas, tais como transporte, energia e água, entre outros sectores em África, tornou a China um dos grandes exportadores de projectos em infra-estruturas para o continente como forma de contribuir para a reconstrução desses países. Actualmente, a China é a principal colaboradora nas principais obras em infra-estruturas em África. Os principais projectos de construção estão, maioritariamente designados para construção de bens públicos como hospitais, escolas, rodovias, ferrovias, aeroportos, barragens e portos, tendo em atenção as privações de cada país. A África passou a ver a China como um doador, capaz de contribuir para a construção e reconstrução dos países africanos através de doação, investimento e financiamento.

Ao entrar no mercado africano, a China não apenas ampliou a sua influência no continente como alargou a zona de actuação das suas empresas no continente africano e garantiu um aumento na obtenção de recursos naturais. Uma vez que, a maioria dessas construções são feitas através do financiamento chinês e são empresas chinesas que realizam tais projectos, assegura o estabelecimento dessas empresas chinesas em vários países africanos, tendo ainda em conta que os Governos africanos devam pagar estes financiamentos com recursos naturais, neste caso, *oil-for-infrastructure*. Estes projectos em infra-estruturas ainda possibilitam à China exportar o maior número de mão-de-obra

para o continente, dando abertura e expansão ao negócio das suas empresas e oportunidade laboral para os seus cidadãos.

A actuação chinesa na construção de infra-estruturas em África é feita em grande escala, e o financiamento destas obras acaba sendo feita por empresas tanto privadas como públicas, tais como empresas petrolíferas, bancos chineses e as próprias empresas de construção chinesas, entre outras fontes. “O continente africano tornou-se numa «fábrica do Mundo», porque passou a ser visto pelos chineses como um espaço impecável para que a China possa desprender as suas empresas, agindo tanto no sector primário como no secundário” (Rodrigues, 2015, p.9).

Hoje a China exporta para África não somente empresas e mão-de-obra, como também produtos manufacturados de baixo custo, entre eles têxteis, bens electrónicos como telecomunicações, equipamentos de transportes e de vários tipos de transportes como carros e camiões, entre outros. A China encontrou em África o mercado consumidor receptível dos seus produtos. A China vê a África como fonte de matéria-prima, como um bom mercado para as suas produções, o que aumenta o número de consumidores africanos de produtos chineses e com um mercado favorável para testar as suas produções, o que torna a África numa fábrica do mundo chinês.

Chinese manufacturers and shopkeepers believe that the types of goods they produce and sell have immense potential in Africa. They believe that the economy in Africa is not yet as developed as in Western nations and consumers are perceived to be more receptive to the type of inexpensive products that China typically produces (Taylor, 2005, p.4).

O certo é que a entrada do investimento chinês no continente africano, moldou uma nova África com aspectos positivos e negativos. Tornou a África independente do Ocidente e dependente da China. A construção de infra-estruturas significa o crescer de uma economia e isto tem-se visto em vários países africanos, apesar de ser em pequenas proporções. A construção destas infra-estruturas são feitas através de baixo custo, concluídas em pouco tempo, porém, a qualidade das mesmas provoca opiniões divergentes.

3.2.3. Segurança Alimentar

A segurança alimentar é um novo conceito que está a ser atribuído às relações sino-africanas, devido a vários aspectos. A China hoje faz parte do *ranking* dos maiores

exportadores e maiores importadores de produtos agrícolas do mundo, não obstante ser o país mais populoso do mundo. Em termos climáticos e topográficos apenas 10% a 15% do território chinês é propício ao cultivo (embora as fontes divergem). A China, é também o maior produtor mundial de cereais, neste caso, arroz, milho e trigo, porém, devido à sua elevada densidade populacional é também o maior consumidor dos mesmos. Com 21% da população mundial, a China passou a importar grandes quantidades de cereais e a sua dependência com importação de cereais agrava-se pela erosão dos solos e a contaminação do ar e das águas.

A China é um país grande e bastante populoso, este facto aumenta a necessidade de expandir as suas fontes de alimentação e é este um dos seus interesses actuais em África. O “factor terra” tornou a África não apenas como uma fonte de petróleo, mas, também, de produtos alimentícios, o que a obriga a China a estabelecer acordos com os vários países africanos neste sentido.

A China continua a ser um dos maiores importadores de alimentos dos Estados Unidos, Canada, Austrália e Argentina, porém, tem procurado estabelecer acordos no sector da agricultura com os países africanos, como resposta à sua procura alimentar, mas também para diversificar os seus fornecedores. O “factor terra” também poderá ser uma forma de trocas de produtos agrícolas por financiamento em infra-estruturas, como aconteceu na Etiópia e no Gana: “*The two biomass projects in Ethiopia for exemple, are backed by sugar cane (...). In Ghana the Bui Hydropower dam was backed by cocoa exports to China*” (IEA, 2016, p.28). Em contrapartida, esta mesma importação poderá significar para o continente africano uma oportunidade para afirmar as suas exportações e tornar-se competitivo no mercado internacional.

Os investimentos que ajudam a modernizar o sector agrícola são cruciais para o desenvolvimento, pois este sector é tido como a maior fonte de mão-de-obra em África, mas sofre de uma elevada ineficiência. A chegada chinesa neste sector africano pode ser vista como uma forma de modernizar e desenvolver a agricultura africana, sabendo que a África constitui um dos solos mais aráveis do mundo, apenas necessita de investimentos direccionados nesta área. “*Additional land offshore might aid China’s own food security. If the international situation turns against us – for example, if North American countries were to exert pressure using food as a weapon – we could, if necessary, use this food storage*” (Brautigam, 2009, p.257).

A China já é um grande importador de alimentos, com o seu elevado crescimento é provável que esta tendência venha a conhecer escalas maiores. Embora,

em África a produção chinesa de alimentos seja, sobretudo, para o consumo dos próprios países africanos, tal como o Togo, o Senegal e a Serra Leoa.

Actualmente, a China tem desenvolvido projectos no sector agrícola com os países africanos, por um lado para dar resposta à possível escassez que a China possa vir a sofrer pelo excesso populacional, por outro, aproveitar o solo fértil africano como forma de diversificar as áreas de cooperação e investimento. O financiamento chinês em África para a agricultura pode transformar-se numa fonte e reforço de segurança alimentar para a China, caso venha a precisar.

4. BREVES CONSIDERAÇÕES

A China não desempenha um papel propriamente político no continente africano num todo, uma vez que não procura implementar ideologias que coincidam com o seu tipo de Governo, pois, se passasse a exigir violaria um dos seus principais princípios, a não-interferência nos assuntos internos. Porém, procura manter em destaque os seus interesses políticos no continente, como a questão de Taiwan e ter maior apoio na ONU. A política externa chinesa para a África passa muito pela ajuda financeira, acordos económicos consolidados e a aplicabilidade dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. Porém, apesar de teoricamente aplicar estes princípios como meio de cooperação política, os mesmos não são absolutos e podem ser alterados quando os interesses chineses estiverem em risco. Pequim procura estabelecer acordos com países em que os conflitos internos e a luta pelos direitos humanos não sejam obstáculo para se fechar um negócio.

A China está presente em diversos sectores económicos em África, tanto na construção como na exportação de produtos primários. A África passou a representar uma das maiores fontes de recursos naturais para a China para além do petróleo. Tais *commodities*

também são representadas pela exportação de ferro, manganês e cobalto, entre outros, para a China, apesar de importar também cobre e ferro da América Latina a verdade é que, a China se tornou dependente das exportações mineiras africanas.

Por isso, ao observarmos a cooperação económica sino-africana, é necessário responder, ou, ao menos tentar encontrar respostas para as questões que têm surgido com o evoluir dessa cooperação. A estratégia *win-win* tem sido absoluta na cooperação sino-africana? As desigualdades económicas, políticas e sociais podem ser um obstáculo

a considerar, o que pode levar a que a China obtenha maiores ganhos na sua cooperação com os países africanos. *“Africa may indeed receive (some) quantitative returns, but it is China that will achieve the further vast qualitative transformation of its economy, using the material and financial resources it gains from Africa. There cannot be genuine win-win development scenarios in such a situation”* (Dot, 2008, p.81).

Em termos verídicos, a cooperação sino-africana apresenta vantagens e desvantagens, não necessariamente vencedoras, porém, as desvantagens são mais sentidas no continente africano. Em termos positivos, a China financia os projectos em África em troca de matéria-prima, porém, não existe um empréstimo em dinheiro propriamente dito. A China concede tais empréstimos, a China paga, a China fiscaliza tornando os países dependentes desta ajuda. Perdura, também, a existência de dúvida da durabilidade das suas obras e o facto de suas empresas terem como mão-de-obra os próprios chineses, o que não diminui o número de desempregados nestes países africanos e não altera o sistema político africano, precário e arcaico. A cooperação China-África pode ser um ponto positivo para África pelo financiamento e investimento que tem recebido, mas, também, é importante que os líderes africanos passem a levantar a questão de reformas políticas e económicas através desta cooperação, como forma de melhorar estas questões dentro do próprio continente.

Apesar de haver dúvidas na qualidade das suas obras, a verdade é que a China tem dado um grande contributo no desenvolvimento em infra-estruturas no continente, desde transporte, rodovias, ferrovias, hospitais, escolas, hidroeléctricas e instalações portuárias, entre outras obras, porém, se tudo isto tem contribuído na diminuição da pobreza no continente, o facto é que existem controvérsias quanto a este tema. Outro ponto da cooperação sino-africana é que estas não têm sido abordadas pelos Governos africanos de forma transparente e aberta em relação aos seus acordos de financiamento e investimento, além disso, pouco se sabe sobre a natureza das empresas chinesas que actuam em África.

Ao analisar a cooperação económica sino-africana diz-se que a China tem mais a ganhar do que a África e a cooperação dificilmente será *win-win*. A China está a utilizar eficazmente as matérias-primas que obtêm do continente, o mesmo não se pode dizer dos Governos africanos, mesmo que a cooperação seja feita de forma igual os ganhos serão desiguais. Por outro lado, Stead (2007, p.153-154) apresenta-nos uma outra visão: *“China and Africa have complementary commercial and economic interest: Africa is short on capital, has a low manufacturing base, is import dependent, needs basic*

infrastructure and exports commodities; China has abundant investment capital, has created an enormous manufacturing export base, needs to import commodities to fuel its manufacturing industries and is willing to invest in infrastructure. So, theoretically, this could be «a marriage made in heaven».

Os líderes africanos devem ser mais exigentes nas suas relações económicas com a China. A cooperação entre ambos não deve ser baseada somente na exportação de recursos naturais, mas, também, na troca de conhecimento, ou seja, *know-how*, aproveitando assim o potencial tecnológico chinês.

A China tornou-se o principal parceiro económico africano e tem atingido os objectivos que a sua diplomacia preconizou. É possível que a China tente transferir alguma tecnologia para a África a partir das construções de hidroeléctricas de alta potência. A China, também, tem concedido bolsas de estudo para estudantes africanos nas suas universidades, apesar de serem ainda em pequenos números. É uma melhoria do conhecimento académico interno africano e traz novas oportunidades para a África. Quanto a esta cooperação cabe aos líderes africanos maior ambição na relação com a China e não deixar que a corrupção dite as regras do jogo, mas poder colher o melhor desta cooperação para o desenvolvimento dos seus países.

CAPÍTULO II- COOPERAÇÃO BILATERAL ANGOLA-CHINA

1. OS PRIMÓRDIOS DA RELAÇÃO SINO-ANGOLANA

Discorrer sobre o início da relação sino-angolana é de grande relevância e importância, porque nos possibilita perceber a posição chinesa no percurso da descolonização em Angola bem como dos seus outros aliados.

“Cooperação é a forma de se relacionar na qual não regem a coacção ou constrangimento, mas sim o consentimento mútuo entre as partes envolvidas” (Dougherty e Pfaltzgraff, 2003, p.642).

1.1. A China no Cenário da Colonização, Descolonização e Guerra Civil de Angola: Posição e Alinhamento, 1960-1970

Angola foi um dos países colonizados pelos portugueses que mais tarde conheceu a sua independência, a qual ocorreu em 11 de novembro de 1975, sendo uma independência tardia e difícil. Acredita-se que um dos factores para a difícil independência de Angola residisse no facto de o país ser um dos territórios ultramarinos de Portugal em África que apresentava melhores infra-estruturas portuárias e ferroviárias bem como, abundantes recursos naturais, como diamantes, petróleo e ouro, entre outros e, também, pela sua posição geográfica ser uma estratégia importante para a navegação marítima portuguesa.

A China entra em África, inicialmente para ajudar os países africanos a conquistarem as suas independências. Em relação a Angola não foi diferente. Neste sentido, qual foi a posição chinesa no período da colonização e da descolonização em Angola?

Inicialmente no período da colonização formam-se três movimentos de libertação nacional, representados primeiramente por quadros académicos que se tornaram activista na luta contra a colonização portuguesa no país: a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), nos anos 1950 antiga União dos Povos de Angola (UPA), o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), em 1961 e a União Nacional para a Libertação Total de Angola (UNITA), em 1964.

No período da colonização, a China apoiava Jonas Savimbi, líder da UNITA, porque Agostinho Neto, líder do MPLA era apoiado pela URSS e a FNLA representada por Holden Roberto era apoiada pelos EUA.

Historicamente, o início da luta armada pela independência ocorre em 4 de fevereiro de 1961, porém, foi com a queda do regime salazarista, em 25 de Abril de 1974, que teve início o processo de descolonização em Angola. A partir daí, o novo Governo português, tomado por militares, assumiu o compromisso de conceder de forma negociada a independência aos territórios ultramarinos.

No período da descolonização, como Agostinho Neto continuava sendo apoiado pela URSS, os EUA favoreceram a aproximação entre a FNLA e a UNITA que juntaram força contra o MPLA. Isto só foi possível pela aproximação entre os EUA e a China, em 1971, pois neste período, a China passou a ver a URSS como um potencial inimigo e juntou-se aos EUA no intuito de travar a influência soviética em África, particularmente em Angola.

A formação destes movimentos de libertação, bem como, a luta pela independência de Angola deu-se na era da Guerra Fria, onde as superpotências procuravam novos países para difundir as suas ideologias expandindo assim as suas zonas de influência. Neste mesmo período, a China já apoiava os países na luta contra colonização e buscava também aumentar a sua influência nestas zonas.

A luta pela independência de Angola nunca foi uma luta em que os três movimentos de libertação andassem juntos pelas mesmas motivações. Os objectivos neste caso eram os mesmos, lutar contra a colonização portuguesa, mas as motivações levaram a que houvesse discrepância política, militar e ideológica entre os envolvidos, o que levou a que países estrangeiros apoiassem um movimento diferente. Cabe-nos, destacar a China, a União Soviética, Cuba, África do Sul, Zaire e Estados Unidos.

Angola's war for independence became an East--West conflict after Portugal abruptly gave up power in 1975. The Soviet Union and Cuba stepped in to support the new socialist government. The United States and apartheid South Africa aided the rebels. With the end of the Cold War, Angola's proxy struggle morphed into a fight for control over blood diamonds, natural gas, and oil (Brautigam, 2011).

Os três movimentos de libertação de Angola eram movidos por ideologias e áreas de actuação no período da descolonização com apoiantes internacionais. A FNLA teve um discurso ideológico anticomunista, o que lhe facilitou o apoio vindo dos EUA e da China, tendo como zona de actuação o norte de Angola. Muito embora a FNLA não

tivesse a mesma ideologia política que a China, ou seja, a FNLA apresentava um discurso anticomunista isto não impediu que a China lhe desse o devido apoio, por um lado, para aumentar a sua influência em Angola e por outro lado, para fazer frente à influência soviética no país. Mas a FNLA nem sempre teve o apoio chinês. O MPLA para além de profetizar a ideologia marxista, tinha o apoio incondicional da URSS e de Cuba traduzidos em treinamento militar e carregamentos de armas por via marítima e aérea. Cuba acabaria por dar um apoio militar e intelectual ao MPLA, com treinamento e doações de armamentos, apoio financeiro e formação intelectual dos quadros apoiantes do MPLA. Segundo a história, o MPLA tinha como seu ponto de actuação Luanda, zona urbana do conflito e também controlava a zona do petróleo. Os principais movimentos de libertação das colónias portuguesas tiveram as suas orientações no ambiente urbano, excepto a UNITA.

O terceiro movimento apoiado por esfera internacional vai ser a UNITA, que teve o apoio maioritariamente vindo dos Estados Unidos e da África do Sul, o que não significa que a UNITA não tivesse o apoio chinês. *“In 1964, Jonas Savimbi of UNITA met Chairman Mao Zedong and Premier Zhou Enlai in China, where he received military training and became a discipline of maoism”* (Campos e Vines, 2008, p.34). “Em 1966 Savimbi então líder da UNITA ingressou em Angola com 11 homens que teriam sido treinados na Academia de Nanking na RPC” (Sílvia, 2007, p. 150).

O discurso ideológico deste movimento era militarmente anticomunista tal como a FNLA, embora, a UNITA tenha aceitado o modelo revolucionário de Mao Zedong uma vez que foram desencadeados do meio rural. Nesta luta, a UNITA teve como zona de actuação as zonas rurais e periféricas, representando o maior grupo étnico de Angola, os Ovimbundos no sul do país.

Basicamente, a China esteve envolvida na luta pela independência de Angola desde os anos 1960, dando suporte aos principais e únicos movimentos de libertação de Angola a, o que a colocou numa posição controversa.

Na década de 1960, o Partido Comunista Chinês, já apoiava os principais movimentos, sobretudo, a FNLA e a UNITA, financeira e militarmente, que incluía carregamento de armas, munições e treinamento. Entretanto, a partir dos anos 1970 o envolvimento chinês na luta contra o colonialismo em Angola intensifica-se.

Benemelis diz que foi na década de 1970 em que se verificaram os maiores auxílios financeiros e militares vindo da RPC, sobretudo com a FNLA onde 5.000 membros que compunham esta frente obtiveram treinamento tático de guerrilha pela

Academia Militar Nanking, quando esta obteve reconhecimento tático dos principais países ocidentais entre eles, a França e os EUA em 1971 (Martins, 2016). “*In 1974, the FNLA received a 450-ton shipment of arms and benefited from assistance of 112 chinese instructors based in former Zaire*” (Campos e Vines, 2008, p.34). Consolidando desta forma o controlo do norte do país pela FNLA, nesta mesma década, a China afasta-se da UNITA e volta a fornecer auxílio ao MPLA, embora este tivesse o apoio da União Soviética.

Com a China apoiando praticamente os dois movimentos, particularmente em momentos distintos, é notório que a sua política externa não encontrava uma posição coerente. A China procurava com o apoio a estes movimentos lutar contra o colonialismo, a hegemonia da União Soviética e expandir as suas relações diplomáticas com o maior número de países do terceiro mundo.

Chega-se ao fim do colonialismo português no país em 1974 e a independência em Angola torna-se uma realidade em 1975. Porém, o conflito passa de luta contra o império português para se transformar numa guerra civil entre os principais movimentos que lutaram contra o colonialismo no país.

Após o fim do conflito colonial, sobe ao poder o movimento MPLA apoiado pela URSS e por Cuba. Após a retirada da metrópole colonial o país passa por um processo de enquadramento ideológico e étnico, relembrando que a UNITA representava a maioria dos povos Ovimbundos e a FNLA representava o Norte do país, factor este, que levou a uma fragilidade política no país e a guerra civil tornou-se inevitável.

Mesmo antes de dar início ao conflito interno entre os movimentos, e após o mesmo surgir, os protagonistas desta guerra já preparavam as suas capacidades militares para eventuais acontecimentos, visto que, estes movimentos nunca de facto lutaram lado a lado contra o colonialismo português em Angola.

No decorrer da guerra, os movimentos continuaram a ter o apoio da comunidade internacional que lutaram ao seu lado aquando da luta colonial, neste caso, os Estados Unidos, a União Soviética, a China, África do Sul e Congo Brazzaville.

Deste modo, a China passa a apoiar os movimentos rivais com assessorias militares. Os EUA e Congo Brazzaville passaram a apoiar a FNLA, sobretudo, os EUA, com apoio financeiro. Os EUA de Donald Trump procuram ter os seus interesses na região não somente a partir do discurso anticomunista de Holden Roberto, mas também pela sua ligação com o Congo Brazzaville. A UNITA neste caso continuou com o apoio

da China, dos EUA, do Congo e da África do Sul. O MPLA continuou tendo apoio militar da URSS. O Zaire procurou apoiar a UNITA para travar a expansão do comunismo na África Austral, em contrapartida os EUA procuraram apoiar militarmente este movimento com vendas de armamentos para guerra civil em Angola (Oliveira, 2015).

Já a posição sul-africana no conflito foi definida em três etapas: apoiar de forma clandestina os guerrilheiros da UNITA; invadir Luanda a partir do Sul lutando ao lado dos guerrilheiros da UNITA e da FNLA para desalojar o MPLA da capital (Sílvia, 2007, p.155).

Os EUA buscavam travar a influência comunista soviética no país, medindo capacidades com a URSS e aniquilar assim o poder soviético na região. A URSS em contrapartida pretendia internacionalizar o comunismo, travar a influência americana pós Segunda Guerra Mundial e ao mesmo tempo aumentar o seu campo de influência. A China, sendo o nosso campo de estudo, buscou com o apoio controverso aos movimentos de libertação, neutralizar o poder hegemónico do seu mais novo inimigo, a URSS, internacionalizar a sua influência política no mundo, sobretudo nos países recém-independentes para evitar um possível isolamento internacional.

Assim sendo, a guerra continuou até 2002, porém, a relação sino-angolana não apresentava consolidação até à década de 1980. Embora a RPC tivesse participado na luta pelo colonialismo português em Angola dando o seu contributo financeiro e militar para os movimentos de libertação, as relações com o partido no poder de Agostinho Neto não esqueceram o facto de a China ter apoiado os movimentos rivais, o que levou o rompimento das relações entre o MPLA e o Partido Comunista Chinês.

1.2. Década de 1980 a 1990: Cooperação Diplomática e Política

A relação sino-angolana sofre uma decadência, apesar do esforço chinês em manter relações com os três movimentos de libertação que existiam em Angola. A saturação da relação sino-angolana dá-se quando o MPLA intensifica a sua relação com a URSS, alinhando-se à ideologia soviética e por este motivo Pequim buscou juntar-se a outros movimentos de libertação rivais, a UNITA e a FNLA. Nos anos que se seguiram, em 1975, o MPLA torna-se o Governo no poder e pelo facto de inicialmente a China

apoiar os outros movimentos, faz com que as relações diplomáticas com Angola sejam estabelecidas apenas anos mais tarde.

Neste contexto, as relações diplomáticas entre a China e Angola foram formalizadas com a visita do vice-ministro das Relações Exteriores da China, Gong Dafei, a Angola, a 12 de janeiro de 1983 e principalmente devido às reformas de Xiaoping e à sua abertura ao mercado e à aproximação ao Ocidente. Pelo passado menos bom que a China e o MPLA travaram, fez com que a China reconhecesse Angola como Estado independente somente na década de 1980 tardando a cooperação entre ambos.

Concretamente, a relação sino-angolana conheceu o seu auge na viragem do século XX-XXI, quando se realizaram várias visitas entre as entidades políticas dos dois países. Com o fortalecimento das relações, as visitas entre as entidades políticas angolanas e chinesas tornaram-se cada vez mais frequentes. Um destes exemplos dá-se em 1988 e 1998, quando o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, visitou Pequim antes mesmo do fim da guerra. “Esta visita significou o incorporar de uma dinâmica às negociações originando o primeiro negócio da China em Angola” (Campos e Vicente, 2015, p.48). Em 1988, aquando da visita de José Eduardo à China, foram assinados 8 acordos de cooperação, assinalando a qualidade da cooperação bilateral e comercial entre ambos, no mesmo período em que a China lançava para o mundo, uma política de expansão, dando oportunidade às suas empresas privadas e estatais de procurarem novos mercados.

Após a abertura e o estabelecimento oficial das relações diplomáticas entre Angola e a China, as visitas periódicas assinaladas pelos representantes diplomáticos desses dois Estados tornaram-se um meio de fortalecimento e ampliação das suas relações bilaterais, predominando várias áreas de actuação, económica, política, social, diplomática e cultural como exemplifica o quadro abaixo.

Quadro 2 - Visitas periódicas entre a China e Angola (1983-2016)

Ano/mês	Entidades
1983/05	Gong Dafai, Vice Ministro das Relações Exteriores da China, desloca-se a Angola
1988/10	José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, desloca-se à China
1989/08	Qian Gichen, Ministro dos Negócios Estrangeiro da China, desloca-se a Angola
1993/11	Fernando José de França Dias Van Dunem, Presidente da Assembleia Nacional de Angola, desloca-se à China

1994/03	De Mora, Ministro das Relações Exteriores de Angola, desloca-se à China
1995/08	Zhu Rongji, Vice-Primeiro Ministro da China, desloca-se a Angola
1996/04	Li Zhaoxing, Vice-Ministro das Relações Exteriores da China, desloca-se a Angola
1997/09	Ji Peiding, Ministro-adjunto das Relações Exteriores da China, desloca-se a Angola
1998/09	Opo do Nascimento, Secretário-geral do MPLA, desloca-se à China
1998/10	José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, desloca-se à China
2000/05	Kundi Payama, Ministro da Defesa de Angola, desloca-se à China
2000/05	João Lourenço, Secretário-geral do MPLA, desloca-se à China
2001/01	Tang Jiaxuan, Ministro das Relações Exteriores da China, desloca-se a Angola
2001/05	Roberto de Almeida, Falante da Assembleia Nacional de Angola, desloca-se à China
2001/10	Li Tieying- Membro do Departamento Político, Comité Central do Partido Comunista, desloca-se a Angola
2002/04	Wang Wenyuan, Vice-presidente Chinês, Consultor Político do Povo, desloca-se a Angola
2002/07	Wang Wenchang, Vice-Ministro das Relações Exteriores da China, desloca-se a Angola
2004/03	Manuel Vicente, CEO, Sonangol, desloca-se à China
2004/03	Zeng Peiyan, Vice-Ministro da China, desloca-se a Angola
2004/05	João Bernardo de Miranda, Ministro das Relações Exteriores de Angola, desloca-se à China
2004/05	Fernando da Piedade dos Santos, Primeiro-ministro de Angola, desloca-se à China
2004/09	Yang Zilin, Presidente do EximBank da China, desloca-se a Angola
2005/02	Zeng Peiyan, Vice-Ministro da China, desloca-se a Angola
2005/06	General Agostinho Nelumba Sanjar, Comandante das Forças Armadas Angolanas, desloca-se à China
2005/07	Lu Xinhua, Vice-Ministro das Relações Exteriores d China, desloca-se a Angola
2005/11	Jiang Yaoping, Vice-Ministro da Informação da Indústria da China, desloca-se a Angola
2006/06	Wen Jiabao, Primeiro-Ministro da China, desloca-se a Angola
2006/09	Joaquim Icuma Muafuma, Ministro do Comércio de Angola, desloca-se à China
2006/09	Irene Neto, Vice-Ministra das Relações Exteriores de Angola, visita à China
2006/11	Fernando da Piedade dos Santos, Primeiro-ministro de Angola, desloca-se à China
2007/09	Li Ruogu, Presidente do EximBank da China, desloca-se a Angola
2007/10	António Burity da Silva, Ministro da Educação de Angola, desloca-se à China
2009/09	Li Ruogu, Presidente do EximBank da China, desloca-se a Angola
2010/11	Xi Jinping, Vice-Presidente da China, desloca-se a Angola
2014/03	Li Keqiang, Primeiro-ministro da China, desloca-se a Angola
2015/06	José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, desloca-se à China

2016/11

Archer Manguera, Ministro das Finanças de Angola, desloca-se à China

Fontes: Campos e Vines (p.4) e elaboração própria.

Actualmente, Angola é representada na China por uma Embaixada em Pequim, e três consulados nas províncias chinesas de Hong Kong, Macau e Guangzhou. A abertura do consulado de Macau foi dada a conhecer pelo Primeiro-ministro Wen Jiabao em Angola, em junho de 2006, como complemento dos serviços a nível regional e internacional. O objectivo passa por facilitar o intercâmbio cultural, político e económico entre as partes.

Os serviços consulares são uma forma de administrar as relações diplomáticas entre os Estados. A China passou a ser um dos países no qual Angola tem mais consulados, provando o peso das relações diplomáticas e económicas entre ambos que passaria por facilitar não somente o turismo, bem como a importação e a exportação.

O campo diplomático da relação sino-angolana tem sido de mútua reciprocidade, principalmente em questões de interesse político e nas organizações internacionais. Um dos exemplos desta reciprocidade deu-se aquando da participação de Angola como Membro Não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em que a China foi um dos países que mais apoiou Angola nesta candidatura.

Outro exemplo marcante da consolidação da relação diplomática entre estes dois países dá-se com o contemplado acordo de suspensão de visto diplomático e de serviço estabelecido entre os dois países, ratificado em 22 de agosto de 2015, com duração de cinco anos (Lusa, 2015). Visto como um grande ganho e um grande suporte, facilitando assim a circulação entre os dois países, o acordo abrange passaportes de serviço e diplomáticos e respectivas famílias, que pretendam entrar ou sair ou de transitar entre estes dois territórios. O acordo visa ainda uma maior mobilidade na circulação bem como o fortalecimento da cooperação bilateral.

Actualmente, o número de trabalhadores chineses qualificados e não qualificados, bem como chineses ilegais que chegam e estão em Angola ultrapassa o número de portugueses e brasileiros que eram a força de trabalho estrangeira no país. Vivem em todo continente africano cerca de 1 milhão de chineses, dos quais 250 mil em Angola (Silva, 2016).

Angola e a China estabeleceram relações diplomáticas em 1983, mas a cooperação bilateral, engrandeceu particularmente após o fim da guerra civil em Angola, em 2002, ganhando solidez com a realização dos fóruns China-África. A China procura novos mercados de escoamento e aumentar a sua importação de petróleo para

dar resposta à sua política de desenvolvimento em crescimento e novas parcerias, e Angola não tem sido indiferente a esta nova realidade chinesa.

Assim, quanto às relações diplomáticas e políticas entre Angola e a China podemos dizer que, as mesmas têm como base o suporte internacional que uma pode dar à outra e vice-versa, bem como, a facilidade de aproximação e estabelecimentos de cooperação em outros domínios. Quanto às possíveis relações políticas entre ambas é de certa forma similar aos objectivos políticos que a China promove com o resto do continente africano, que é por um lado, fortificar a sua presença e a sua hegemonia no sistema internacional, por outro lado, conseguir maior vantagem na questão de reafirmar a sua influência no continente africano.

2. INTERESSES E MOTIVAÇÕES DA COOPERAÇÃO SINO-ANGOLANA

Este subcapítulo debate a cooperação de forma mais abrangente e incide sobre a relação sino-angolana, com especial ênfase nos interesses e motivações desta cooperação para ambos os envolvidos. Nesta perspectiva, impõe-se uma reflexão sobre o olhar chinês em relação a Angola e o olhar angolano em relação à China no que concerne esta cooperação.

A cooperação sino-angolana é motivada por objectivos próprios, em relação à China e podemos destacar: a importação de petróleo e a participação em blocos de exploração petrolífera angolana; as empresas chinesas e o acesso ao novo mercado angolano e exportação de produtos, bens e serviços chineses em Angola. Quanto aos objectivos de Angola diante desta cooperação, podemos sublinhar: o financiamento chinês e a sua importância sendo a China um meio de abertura de Angola ao sistema internacional, e à ONU.

2.1. O Olhar Chinês Para Angola

2.1.1. Importação de Petróleo e Participação de Exploração Petrolífera

O petróleo continua a ser um recurso natural de grande importância para o crescimento económico e estratégico dos Estados. “O petróleo é a principal indústria do mundo em tamanho, é talvez a única indústria que interessa a todos os países do mundo

(...) é a primeira em importância na contribuição para tonelagem do comércio internacional do mundo” (Odell, 1974, p.11).

A China é hoje a segunda maior economia do mundo devido ao seu excepcional crescimento económico e ao seu consumo interno de energia. Tem, também, sentido o peso desse crescimento, tornando-a dependente do fornecimento de recursos naturais, sendo o petróleo a sua principal necessidade para o seu próprio desenvolvimento industrial interno. A China, apesar de ser um grande produtor de petróleo é também um grande importador, tornando-se um dos principais importadores de petróleo de África, e um dos principais importadores de petróleo angolano.

O consumo de matérias-primas tem aumentado cada vez que a sua economia se desenvolve. Um exemplo disto, entre 1970 a 2008, é o facto de a China passar de um terço para mais de uma vez e meia a média mundial, o que levou o país a transformar-se no maior utilizador de matérias-primas do mundo, ou seja, a China é o país que mais utiliza recursos naturais no mundo, tais como o consumo de recursos como os minérios, os combustíveis, os fósseis e os minerais. Estes, na sua maioria, são utilizados nas construções e passaram a ser mais utilizados na China em comparação com a utilização dos mesmos nos Estados Unidos. Todas estas matérias-primas são direccionadas para o aperfeiçoamento das infra-estruturas urbanas no país, bem como, o sistema de energia e a capacidade de produção.

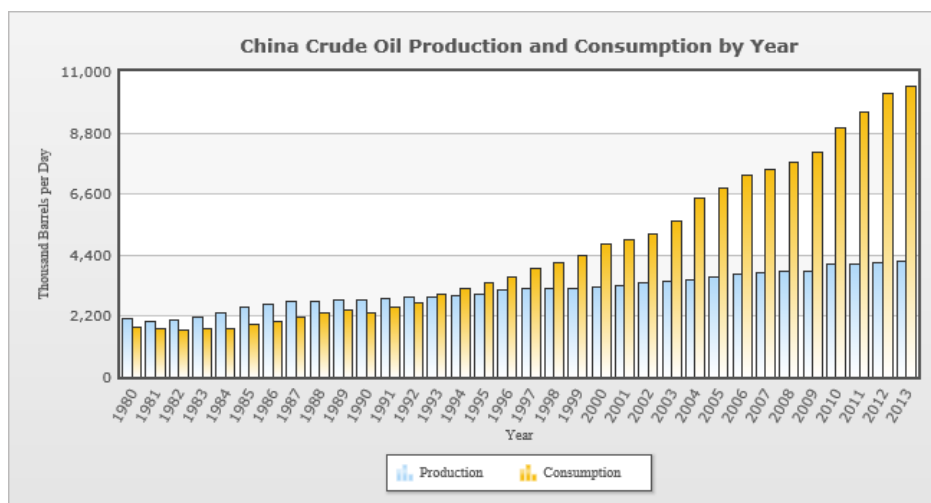
O aumento do consumo interno de energia na China tem sido um dos maiores considerando a elevada importação de petróleo. A China surge de uma economia de subsistência com a utilização cada vez mais de transportes, tanto para mercadorias como para a população em geral, sendo estes um dos factores para o consumo excessivo de petróleo. O sector industrial e a urbanização, também, contribuem para este consumo, o que leva a China a utilizar os seus próprios recursos e a importar recursos em países terceiros.

Desde o fim dos anos 1980 que a China entrou numa economia de mercado e a sua capacidade económica tem dado respostas positivas a esta nova fase. Devido a isso, a actividade económica chinesa tem um consumo doméstico cada vez maior, como por exemplo, as vendas de automóveis conhecerem um aumento significativo em detrimento do poder de aquisição que os chineses tinham, fazendo com que a utilização de combustível fosse impulsionada.

Outro facto que não se pode descurar e que muito contribui para o consumo petrolífero é que a China tem em seu poder as maiores indústrias do mundo, com

grandes investimentos nacionais e internacionais em infra-estruturas. A China possui a construção da hidroelétrica de Três Gargantas, a maior do mundo, gerando energia para as indústrias e habitantes. A China também possui forte investimentos na área da mineração, sobretudo, minério de ferro, carvão, mineral e petróleo. Como podemos verificar no gráfico abaixo, que explica a produção e o consumo de petróleo na China de 1980 a 2013.

Gráfico 3 - Produção e consumo de petróleo na China (1980-2013)



Fonte: *Indexmundi. China Crude Production and consumption.*

O gráfico acima revela que o consumo interno chinês de petróleo é superior à sua produção, o que leva a China a requerer outros mercados para dar resposta a este défice. Segundo alguns estudos, a China, já importa quase metade do petróleo que consome e esta dependência pela importação tende a aumentar nos anos que se seguem. A longo prazo, Angola é um mercado viável para o fornecimento de petróleo à China.

No que concerne as estatísticas de 2015, a China continua sendo o principal parceiro das exportações de Angola com 43,37% dos 96,79% da principal *commodity* do país, neste caso combustível, sendo que quase metade do petróleo angolano vai para a China (INE, 2015). Devido à dependência que a China tem para a importação de petróleo, Jean-François Susbielle diz-nos que basta um país ter petróleo para ter a China (Esteves, 2008).

Esta colaboração petrolífera entre Angola-China não se restringiu somente à cooperação- exportador/importador, mas foi ainda mais longe quando ambos passaram a

estabelecer *joint-ventures*, levando à participação de algumas petrolíferas chinesas em blocos de exploração angolana.

Assim sendo, a primeira participação chinesa na exploração de petróleo em Angola ocorreu em 2005, pela *China Sonangol International Limited*, tendo assumido uma participação de 25% dos blocos 3/05 e 3/05-A, ao largo da costa angolana.

A *China International Limited* adquiriu 25% da mesma empresa que lidera dois blocos de exploração petrolífera, a Sociedade Nacional de Combustíveis (Sonangol) (Angonotícias, 2005).

Não menos importante, neste mesmo ano a empresa petrolífera estatal chinesa Sinopec, a maior da Ásia em capacidade de refinaria, adquiriu uma importante participação no mar angolano, obtendo a aquisição do bloco 3/80. A aquisição deste bloco coincidiu com um empréstimo feito pela China no valor de USD 2 mil milhões a Angola.

Após a Sinopec conseguir esta primeira participação, o vice-primeiro-ministro Zeng Peiyan visitou Luanda entre 25 e 27 de fevereiro de 2005 onde assinou nove acordos de cooperação, cinco governamentais e quatro empresariais relacionados com a energia. Onde foram rubricados dois acordos entre a comissão nacional de desenvolvimento e Reforma e o Ministério do Petróleo e o Ministério da Geologia e Minas angolano, quatro acordos de cooperação e energia, minas e infra-estruturas e um memorando de compreensão para criar uma comissão neste tópico (Fernandes, 2015, p.171).

A participação da Sinopec na exploração de petróleo em Angola coincide com o empréstimo concedido pelo Governo chinês a Angola em 2005, um ano depois do primeiro empréstimo concedido pelo EximBank a Angola em 2004, situação esta que pode ser analisada de duas formas: essa participação pode ser vista como uma estratégia chinesa para participar nos blocos petrolíferos angolanos através dos seus empréstimos ou uma possibilidade de pagamento deste mesmos empréstimos por parte de Angola, uma vez que, a maioria dos empréstimos concedidos pela China a Angola são pagos em petróleo. Mais tarde, a Sinopec e a Sonangol criaram uma *joint-venture*, com o nome *Sinopec Sonangol International* para cooperarem conjuntamente em blocos petrolíferos angolanos e para a construção da refinaria no Lobito.

Esta parceria, *Sinopec Sonangol International* possibilitou à Sinopec a participação de mais três blocos petrolíferos angolanos, considerados os mais disputados, sendo estes localizados em águas profundas: 20% do bloco 15/06; 27,5% do bloco 17/06 e 40% do bloco 18/06.

Esta aquisição terá valido USD 2 mil milhões de dólares num total de reservas provadas de 3.200 mil milhões de barris, para explorar em conjunto com a Sonangol, numa *joint-venture* na qual a petrolífera chinesa detém 75% (Angonotícias, 2007). Exposto isso, e apesar dos esforços para a afirmação da *joint-venture*, o acordo entre estas duas empresas acaba por entrar em colapso, por apresentarem objectivos divergentes.

Os interesses quanto à *joint-venture* divergiram, apesar de a China ter a aspiração de suportar o seu próprio mercado, Angola, também, pretendia fazer o mesmo, abastecer o seu mercado interno ao mesmo tempo diversificar a sua exportação para outros países, levando ao declínio da *joint-venture*. Apesar disso, a companhia chinesa continuou a fazer parte e cada vez mais dos blocos petrolíferos do país.

A participação da Sinopec em bloco petrolífero angolano tem sido a maior representação chinesa. Esta empresa, em 2014, mais uma vez, chegou a um acordo para comprar a participação num bloco petrolífero da costa angolana já participado pelo grupo norte-americano *Marathon Oil Corp*, resultando na participação de 10% do bloco 31, no valor de 1,52 mil milhões de dólares (MINPET, 2014).

Apesar de a China ter vindo a somar as suas compras para participar em blocos petrolíferos angolanos e sendo ela o principal destino das exportações petrolíferas de Angola, ela ainda não é detentora do maior activo detido pelas empresas petrolíferas estrangeiras em Angola. O Ocidente continua tendo um peso significativo neste sector do país. Alguns autores supõem que a China, provavelmente, não terá um peso significativo no mercado de produção de petróleo em Angola, mas que a participação chinesa neste sector seja uma estratégia do ponto de vista angolano. “*From Angola’s perspective, China’s involvement only creates greater competition, increasing its power to leverage higher prices and gain greater access to cheap credit*” (Lee e Shalmon, 2008, p.122).

Apesar da produção chinesa de petróleo em Angola não ter um peso significativo as suas empresas continuam sendo fortes compradoras de petróleo angolano. É o caso da *China International United Petroleum & Chemicals Co* (UNIPPEC), companhia que tem sido das mais activas compradoras no mercado angolano à vista, abarcando a maior parte dos carregamentos petrolíferos de Angola.

As empresas chinesas continuam a suportar as vendas de petróleo em Angola, numa época de crise que tem afectado Angola por causa da grande descida do preço do petróleo. A participação chinesa em bloco petrolífero angolano poderá ter o mesmo

efeito da sua participação em outros blocos africanos e garantir o fornecimento do petróleo à China.

2.1.2. As Empresas Chinesas e o Acesso ao Novo Mercado Angolano

A análise da acção e da presença das empresas chinesas no mercado angolano deve ser feita tendo em conta o contexto em que essas empresas se inserem. Esse contexto pode ser definido pela busca por recursos naturais exposto anteriormente. A proliferação das suas empresas a partir dos contratos em infra-estruturas, sector mais activo da presença chinesa em Angola é uma nova realidade que passa pela presença de particulares chineses no sector mais social no mercado angolano, como lojas a retalho e mão-de-obra mais barata.

A política externa chinesa conhece um novo rumo de exploração e cooperação internacional, e os mercados externos tornaram-se favoráveis a este novo objectivo. Tanto o Governo chinês como os seus investidores perceberam a vantagem e a oportunidade de negócio que o mercado angolano oferece. Saída de uma recém guerra civil a reconstrução é necessária, barata e indispensável.

Angola é um país em desenvolvimento, fustigada pela guerra civil que viveu, sendo este um dos factores para o tardio desenvolvimento do país. O país continua a enfrentar enormes desafios, nomeadamente, a nível de mercado.

Por conseguinte, o investimento chinês em Angola tornou-se indispensável. Abarca, principalmente, os sectores de infra-estruturas e indústria extractiva, particularmente petróleo e diamantes, mas isto não impede que os chineses estejam presentes hoje em quase todos os sectores da vida económica angolana.

As empresas chinesas têm encontrado em território angolano a possibilidade de expandir as suas multinacionais devido a dois factores: pelo facto de a China surgir como uma das dinâmicas potências mundiais e a redução da presença ocidental no comércio e na cooperação com os países africanos.

O mercado angolano surge com necessidade de investimento e o Estado tem procurado implementar programas que facilitem a construção, a reconstrução e a modernização do país e a China mostrou-se o ponto de partida deste objectivo, aproveitando-se desta fragilidade para expandir as suas empresas.

O elevado número de empresas chinesas no mercado angolano é justificado pelo facto de Angola apresentar uma capacidade de crescimento maior no sector da

construção civil, isto é, Angola é um país que está em construção o que leva a ter uma ligação maior ao financiamento chinês.

As empresas chinesas, inicialmente, entraram no mercado angolano, como resposta aos financiamentos em infra-estruturas que a China concede a Angola. Embora, a área de construção seja a área predominante de actividade das empresas chinesas, no quadro do Programa Nacional de Reconstrução (PNR) e através da linha de financiamento chinês, muitas outras empresas chinesas desencadearam outras actividades no país, como o comércio e a prestação de serviços. Um dos afeitos do financiamento chinês a Angola é que as empresas destacadas para a realização das obras em infra-estruturas devem ser de origem chinesa, possibilitando a expansão destas empresas em território nacional. A cooperação entre a China e Angola é uma forma de entrada das empresas chinesas no mercado (Quintão e Santos, 2011).

No domínio da reabilitação e construção de infra-estrutura, por exemplo, a China está presente nas maiores obras nacionais. A China concentra em sua posse uma das maiores actividades e especialização no sector de infra-estruturas no mundo, particularmente em África, onde desempenha nos últimos anos um papel fundamental em termos de construção e reabilitação de infra-estruturas. Smith demonstra em *A Riqueza das Nações* que cada nação tende a especializar-se na produção para a qual se ache naturalmente mais apta, em aplicação do princípio fundamental da divisão do trabalho, neste caso em termos internacionais (Bado, 2004).

Em 2016, no sector da construção em Angola, o Governo angolano elaborou 155 projectos a partir da linha de Crédito concedido pela China a Angola, cujo financiamento se enquadra no financiamento acordado entre os dois países durante a visita oficial que o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos fez à China, em 2015. Durante esta visita, foi estipulado um financiamento de USD 5,2 mil milhões reconhecido pelo despacho presidencial de 23 de maio e para a execução desses projectos foram delegadas empresas chinesas (Lusa, 2016b). Assim, todos os acordos de financiamento feitos entre a China e a Angola foram direccionados para empresas chinesas, na maioria delas obras públicas. Este é um exemplo do peso que as empresas chinesas têm tido em Angola. Para tal, o financiamento já delegou 37 empresas chinesas ao mercado angolano.

Exposto isso, podemos identificar alguns exemplos da participação das empresas chinesas nas maiores obras em infra-estruturas do país.

A primeira construção do grande Hospital Geral de Luanda (HGL) foi feita por uma empresa chinesa, a *China Overseas Engineering Group Co., LTD* (COVED), mas por ter problemas na sua estrutura teve que ser encerrado após quatro anos de existência, dando início a uma nova reconstrução em 2010, por uma outra empresa chinesa, a *China Tiesiju Civil Engineering Group Co*, pertencente ao grupo *China Railway Engineering Corporation* (CRECG) (Macauhub, 2012). Apesar de apresentar ineficiência na qualidade da construção nas obras feitas pelos chineses, o Governo angolano não alterou as cláusulas sobre a participação das empresas chinesas na reconstrução do país, e continuou conferindo às empresas chinesas as obras mais importantes do país.

Não obstante, uma das principais obras de habitação realizadas pelo Governo no pós-guerra, a construção da Cidade do Kilamba, foi feita por uma empresa chinesa, a *China International Trust Investment Corporation-Construction* (CITIC).

Para além disso, o Novo Aeroporto Internacional de Luanda (NAIL), considerado também uma das principais obras do executivo e que constituirá um dos maiores aeroportos de África, está a ser construído pela *China International Fund Limited* (CIF). Porém, a construção dos elementos adjacentes ao aeroporto estarão a cargo de outras empresas chinesas.

A construção para a rede de acesso às estradas do NAIL foi delegada à empresa chinesa *China Tiesiju Civil Engineering* (CTCE), no valor de USD 695,1 milhões. Quanto ao equipamento de infra-estruturas está a cargo da empresa chinesa *China National Aero-Technology Engineering Corporation* (AVIC-ENG), levando o Estado angolano a desembolsar USD 1,4 mil milhões (Novo Jornal, 2016). Em contrapartida, a empresa escolhida para construir e fornecer equipamentos para as cinco novas estações do Caminho-de-ferro de Luanda (CFL), possibilitando o acesso ferroviário ao aeroporto é o consórcio da *China Hyway Group Limited* no valor de USD 255 milhões (Jornal de Negócios, 2016b).

A construção da refinaria do Soyo também é uma das grandes obras erigidas pelo Governo angolano. A China fará parte desta grande obra, não somente com o financiamento, mas com a adjudicação a uma empresa chinesa. Será a empresa a *China Tiachen Engineering Corporation* (TCC) (Figueiredo, 2015).

A construção do Ciclo Combinado do Soyo será feita pela empresa chinesa, *China Machinery Engineering Corporation* (CMEC) com o objectivo de produzir electricidade para a rede pública, a partir de gás natural (Observador, 2017). A

barragem hidroeléctrica de Caculo Cabaça, que será a maior barragem do país, está a cargo da empresa chinesa *Sunshine* (Campos e Vicente, 2016).

A construção do novo Porto das Águas Profundas no Caio, no enclave de Cabinda, ficou a cargo da empresa *China Road and Bridge Corporation* (CRBC), consistindo a sua primeira fase na construção de infra-estruturas portuárias e implementação de uma área de serviços de cargas (A Bola, 2017).

A participação chinesa nas grandes construções do país vai ainda mais longe, pois, foram as empresas chinesas que construíram os quatro grandes estádios de futebol para o Campeonato Africano das Nações (CAN) realizado em Angola em 2010.

O Estádio de Tundavala, na província de Lubango foi construído pela empresa chinesa *Sinohydro Corporation*, no valor de USD 69 milhões. A mesma empresa construiu o Estádio de Ombaka na província de Benguela custando este USD 100 milhões. O Estádio de Chiazi, na província de Cabinda foi construído pela empresa chinesa *China Jiangsu International*, tendo este custado USD 80 milhões. Finalmente, o Estádio da província de Luanda, 11 de novembro, foi construído pela empresa *Shanghai Urban Construction Group Corporation*. O dispêndio destas obras custou ao Governo angolano USD 600 milhões (Macauhub, 2009).

A reabilitação da rede ferroviária nacional, as três principais linhas ferroviárias nacionais edificadas durante o período colonial, caminho-de-ferro de Benguela; caminho-de-ferro de Luanda e o caminho-de-ferro de Moçâmedes, destruídas durante a guerra civil, foram reabilitados na sua maioria por empresas chinesas, custando ao Governo um investimento público no ano de 2005 e 2015 de mais de USD 3,5 mil milhões (Rede Angola, 2015b).

Todas estas grandes obras foram apenas exemplos da influência chinesa no mercado angolano. Diante desta influência empresarial e comercial da China em território angolano, a China acaba por ganhar maior espaço comercial em Angola, ganhando terreno em relação a outros países que cooperam economicamente com Angola, o que facilita a internacionalização das suas empresas, especialmente no sector da construção.

De facto, ao abordarmos esta questão é importante frisar também a presença de pequenos comerciantes no país, no que concerne o impacto sociocultural que a China tem trazido ao mercado angolano. A presença de pequenos comerciantes no país afecta a competitividade nacional com a entrada de produtos chineses de baixa tecnologia e de baixo preço.

A proliferação de lojas retalhistas chinesas é visível por todo país. Muitas são as casas privadas, restaurantes e condomínios que têm tido como empreiteiros empresas chinesas juntamente com a sua mão-de-obra. Mesmo que não seja um banco chinês ou o próprio Governo chinês a financiar uma obra em Angola, a mão-de-obra bem com a empresa a executar estas obras são de origem chinesa na sua maioria.

A participação de cidadãos chineses no mercado formal e informal também merece destaque no impacto sociocultural no país. Neste caso, o comércio consiste na exportação de vários produtos chineses, tais como, têxteis, transportes, telemóveis, vestuário e calçado. Hoje, quase tudo que se consome em Angola provém da China. Os cidadãos chineses estão em todos os negócios na capital, desde lojas de roupa a calçado. Com efeito, “Angola é um horizonte comercial para as empresas de manufacturas chinesas, pois a capacidade de eliminar a concorrência é um dos pontos fortes do comércio de têxteis chineses. O mercado angolano significa uma clientela menos exigente e sedenta pelos produtos baratos que o país tem para oferecer” (Esteves, 2008, p.135).

Por isso, afirma-se que Angola representa hoje um mercado de escoamento de produtos chineses. Angola tornou-se não só num mercado para as empresas chinesas bem como para os seus cidadãos. As chamadas *Zunqueiras* (vendedores ambulantes) em Angola, também, já estão sendo substituídas por cidadãos chineses. Isto denuncia no quotidiano aquilo que está sendo a intervenção chinesa no mercado angolano. O que significa que a imigração chinesa para Angola pode ser considerada produtiva, porém, tem desequilibrado a forma de sustentabilidade do povo angolano, que encontra no chinês uma concorrência forte e desigual.

A forma adoptada pela China e por Angola para consagrar a sua cooperação económica dita as condições necessárias para que as empresas chinesas e os cidadãos chineses consigam hoje o mercado oportuno para se inserirem, o que facilita a mão-de-obra chinesa em território angolano bem como a circulação de materiais chinesas. A estratégia global chinesa de exportar as suas empresas para o mundo tem funcionado muito bem no mercado angolano.

2.2. O Olhar Angolano em Relação à China

2.2.1. O Financiamento Chinês e a Sua Importância

Um dos objectivos da cooperação Sul-Sul entre a China e os países africanos é apadrinhar e apoiar financeiramente estes países. Angola é um dos países africanos que mais apoio financeiro tem recebido da China.

Para corroborar esta afirmação, realçamos uma frase narrada pelo antigo Presidente de Angola José Eduardo dos Santos, aquando da visita do seu homólogo chinês Wen Jiabao, a Angola, em 2006 “a China precisa dos recursos naturais e Angola quer o desenvolvimento” (Portal do Cidadão, 2015). Fica claro a necessidade que Angola tem do financiamento chinês para o desenvolvimento dos seus principais sectores.

Com quase 30 anos de guerra civil as principais estruturas de desenvolvimento de Angola ficaram literalmente destruídas, estradas, campos agrícolas, caminho-de-ferro e pontes sendo elevado o número de minas terrestres que a guerra deixou e que muitas vezes não permitem o desenvolvimento da agricultura. Em todos estes campos a China esteve pronta para ajudar na reestruturação do país.

O financiamento chinês em Angola teve início, em 2002, depois do fim da guerra civil e estes financiamentos continuaram até aos dias de hoje e têm sido o factor primordial da relação sino-angolana. O financiamento chinês em Angola visa proporcionar a reorganização das infra-estruturas do país. Por tudo isso, é necessário fazer-se uma abordagem da importância do financiamento chinês para o Estado angolano, em vários pontos.

A China identifica-se, actualmente, como um dos mais importantes parceiros angolanos, pois, tem sido nos últimos anos o destino da principal *commodity* de exportação angolana, o petróleo, como resposta a estes financiamentos.

O financiamento proporcionado pela China tem ajudado Angola a reconstruir as suas infra-estruturas, destruídas durante a guerra civil, bem como tem promovido o melhoramento das mesmas a fim de conduzir o país ao seu desenvolvimento interno, o que é visto como sendo relevante o financiamento chinês a Angola.

Com o financiamento chinês, Angola, conseguiu dar início à realização de várias obras públicas, entre elas, estradas, escolas, instituições, caminhos-de-ferro, melhoria de

edifícios governamentais, portos, melhoramento do sector de energia e água, bem como, a tentativa de incluir este financiamento em sectores mais preocupantes como a agricultura, a saúde e a educação. Por isso, o financiamento chinês acaba por ser de grande importância para Angola, porque com o financiamento chinês Angola conseguiu dar início a sua reconstrução nacional, pós-guerra civil.

Angola tem beneficiado maioritariamente com o financiamento chinês no sector da construção, isto porque, a modernização em infra-estruturas pode constituir um meio para o desenvolvimento do país reduzindo o impacto da pobreza, promovendo o crescimento e a igualdade. O desenvolvimento das infra-estruturas também é uma forma do país procurar diversificar a sua economia através da inovação e tornar a sua economia independente do petróleo. O petróleo ainda é a principal *commodity* do país e sustenta todos os outros sectores do Estado, e assim, diversificar a economia é urgente para garantir o desenvolvimento do país.

Para além de promover o desenvolvimento e o melhoramento das infra-estruturas do país, o financiamento chinês em Angola também apresenta outros pontos importantes. O financiamento chinês traz consigo algumas vantagens apreciadas pelo Governo angolano e pela maioria dos países africanos, tornando-o neste caso operativo.

Outra importância do financiamento chinês tanto para Angola, como para os outros países africanos é a facilidade no acesso. A China não impõe condicionalidades comparadas com os empréstimos vindo do Ocidente, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Estes manifestam sempre inquietude em relação ao nível de corrupção, má governação e distribuição equitativa ao empréstimo concedido. Sendo Angola um país em via de desenvolvimento que tem buscado contornar as situações menos boas, como a corrupção activa e o monopólio nas decisões políticas, a falta de condicionalidades políticas facilita a cooperação e o acesso ao financiamento chinês. “A China não faz exigências políticas, os contratos de exploração petrolífera e os que lhe vêm associados não contêm cláusulas, exigindo transparência política e de gestão de receitas, não pedem reformas económicas, nem apuram o respeito pelos direitos humanos” (Alves, 2007, p.59).

Na generalidade, os empréstimos concedidos pela China são feitos sem questionamentos e cabe a cada beneficiário gerir da melhor forma as oportunidades dadas. Este é o ponto que distingue a China em relação à linguagem do Ocidente. Angola consegue obter maior vantagem do financiamento chinês em relação a este aspecto, pois a China não exige nenhuma reforma política, medidas económicas mais

rigorosas ou respeito pelos direitos humanos. O que por um lado é apazível para a economia, por outro lado esta falta de imposição poderá trazer outras implicações no campo social. Angola precisa da ajuda chinesa para reconstrução em termos de infra-estruturas, porém, necessita na mesma proporção de países que façam desenvolver e melhorar a administração política e social do país.

O facto de os empréstimos e dos financiamentos chineses serem desprovidos de condicionantes de carácter ocidental, são atractivos positivos para os Governos africanos e particularmente para o Governo angolano. “*Angola is avoiding pressure to clean up corruption thanks to aid from China*” (Brautigam, 2011). O que significa que a natureza de não-restrições não é necessariamente positiva, sobretudo para países tradicionalmente enraizados pela corrupção e que queiram encontrar meios de resolver esta questão. “*China’s disregard for good governance principles diminishes the effectiveness of aid from more enlightened donors*” (Dreher *et.al*, 2017, p.24). O facto de a China não impor reformas democráticas aquando da sua ajuda aos países africanos pode ser visto como uma concorrência desleal com outras fontes de financiamento as quais nos últimos anos, de forma inibida os países receptores têm perdido, reduzindo desta forma a actuação dos empréstimos vindos do Ocidente.

Nessa conformidade, prevalece a necessidade de identificar outro ponto importante do financiamento chinês. Eles custam menos, ou seja, o empréstimo chinês apresenta um custo reduzido. Comparando com o Ocidente, o financiamento chinês apresenta condições muito mais vantajosas quer em termos de juros, quer em termos de prazo para o pagamento total da dívida. “*The Chinese loan is at LIBOR plus 1.5 percent. Second, it has a grace period of five years, with payment over a further twelve years, far longer than the European banks’ normal term of four or five years*” (Brautigam, 2011).

Em relação a estes financiamentos, a China apresentou a Angola um custo menor, o que facilitou a concretização dos acordos tendo em atenção, também, o período longo de pagamento. Permitiu, assim, que Angola encontrasse um parceiro seguro para os próximos tempos e motivou o Governo angolano a estabelecer vários acordos com a China, tendo em conta que no período de 2002 a 2007 o país estava a lutar para reconstruir aquilo que fora destruído com a guerra civil.

Além disso, os pagamentos dos mesmos são feitos na sua maioria com recursos naturais, neste caso petróleo, destacando assim, uma outra importância do financiamento chinês para Angola. Pois este meio de pagamento facilita principalmente os países

produtores de petróleo em África, particularmente Angola que tem o petróleo como a sua principal fonte de receitas. Ao mesmo tempo, esta forma de pagamento pode ser uma contrapartida perigosa para Angola, como podemos verificar nos capítulos que se seguem.

Ao contrário, o que podemos retirar de positivo do financiamento chinês em Angola, é que ele pode ser lido de várias formas, originando opiniões divergentes. O receio recai no excesso e dependência destes financiamentos, os quais passam de auxílio e se tornam em dependência, como apoio orçamental que são.

John Alberg defende que a China está a tentar fazer de Angola a sua produção barata e busca em Angola o acesso aos recursos naturais, para em seguida tornar Angola um mercado favorável às exportações dos seus produtos manufacturados. John Alberg explica ainda que a China ao financiar os projectos angolanos, não está interessada em incentivar a industrialização nem a diversificação, uma vez que a falta de industrialização promove a exportação chinesa (Capalandanda, 2010).

Apesar do financiamento chinês parecer ser de benefício significativo para o país, ao mesmo tempo, começa a suscitar descontentamento face à elevada dependência do financiamento por parte do Estado angolano. Porém, espera-se que os financiamentos permitam que os trabalhos de construção façam surgir a oportunidade de Angola poder atingir um progresso na sua economia sustentável e uma qualidade de construção semelhante a outros países.

2.2.2. China Como Meio para a Abertura de Angola ao Sistema Internacional

A capacidade de Angola em se inserir positivamente na arena internacional como um Estado competente e competitivo depende não somente da resolução de seus problemas internos, mas, também, de aliados que lhe sejam favoráveis a este objectivo.

A China corresponde, positivamente, como meio de Angola se afirmar no sistema internacional. Este apoio passará pelas suas relações bilaterais e a participação de Angola como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU é um destes exemplos.

A primeira participação de Angola como membro-não permanente do Conselho de Segurança da ONU ocorre logo após a conquista da paz em 2002-2003, após cerca de 30 anos de guerra. Em 2015, o país voltou a ser pela segunda vez, membro não-permanente do Conselho de Segurança, num mandato de dois anos. Se, inicialmente, a

entrada de Angola no Conselho de Segurança se deu devido à conquista da paz, a segunda entrada deu-se devido a uma nova conjuntura.

Apesar de ter sido o único país africano a concorrer por um lugar como membro não-permanente, esta última aceitação como membro, também, foi considerada segundo alguns critérios: o seu poder militar e económico em África, sobretudo na África Austral, o apoio que Angola teve com base na UA, pela China e pela Rússia que são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, e pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que facilitou a sua entrada como membro não permanente (Ribeiro, 2014).

O poder militar que Angola tem desempenhado em África é destacado não somente pelo seu poderio, mas também pela utilização destes meios para a resolução de algumas hostilidades no continente. Muito tem sido o cenário em que Angola com a sua capacidade militar se consegue impor no continente, como foi o caso da Guiné-Bissau, onde Angola desempenhou uma missão militar. Esta cooperação militar teve como intento a Reforma das Forças Armadas da Guiné-Bissau, ou seja, Angola prestou assistência no âmbito da defesa, bem como, organizou as Forças Armadas da Guiné-Bissau.

Angola tem tido um grande peso, no conflito dos Grandes Lagos. Quanto às tentativas de resolução deste conflito é importante destacar a contribuição da diplomacia angolana que desde 2014 tem contribuído para a pacificação daquela região. Em 2014 Angola assumiu a presidência da cimeira da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL) num mandato de dois anos, mas em 2016 assume novamente o mandato da CIRGL, em que o principal desafio para o mandato residia na contínua instabilidade do Leste da República Centro-Africana e no Sudão do Sul, todos membros da organização. A posição de Angola seria, no entanto, de manter o diálogo e obter consensos. Angola foi escolhida como mediadora deste conflito unanimemente pelos Estados envolvidos no conflito. O desafio do mandato concentrou-se em quatro domínios de actuação: nos planos político, económico-social, desenvolvimento regional e de defesa.

Com esta participação na pacificação de alguns conflitos no continente, Angola demonstrou que tem preocupação em exercer alguns dos princípios da Carta das Nações Unidas, dando-a uma credibilidade maior para a sua participação no Conselho de Segurança.

O poder militar que Angola desempenha neste lado da África, pode ser visto como um dos factores para a inserção positiva do país no sistema internacional bem como uma participação maior e respeitosa no Conselho de Segurança. O seu poder económico também pode contribuir para este fim. Angola é um dos maiores produtores de petróleo de África apesar da crise económica que o país trava, o que ainda evidencia uma condição de liderança regional e mais visibilidade na arena internacional.

Por conseguinte, Angola não é um país emergente e não corresponde a um peso significativo em comparação com outros países africanos, como a África do Sul na arena internacional, por vários problemas internos, a destacar, a corrupção e a pobreza. Porém, a actual posição chinesa na esfera global torna-a um parceiro funcional para os objectivos internacionais e a sua cooperação bilateral com a China pode ser um meio para que o país ganhe maior visibilidade.

A China foi um dos países que votou a favor da participação de Angola no Conselho de Segurança. A China tem assumido um papel de potência global a nível económico e o seu poder militar já não é possível de ser ignorado correspondente ao seu desenvolvimento tecnológico, o qual tem ganho um peso maior. A China tem sido um “trampolim” de mudança de um novo cenário internacional, evidenciando nos últimos anos uma posição de potência tanto regional como internacional, formando uma nova ordem multipolar. A China tem procurado investir em sectores propensos a potencialidade como é o caso do sector económico, militar, educação, transportes, indústrias e segurança energética, entre outros. Todos estes factores tornam a China um aliado importante para Angola, enquadrando esta cooperação a nível internacional.

Na verdade, existem dois lados da mesma moeda quanto a ajuda chinesa para a inserção de Angola aos novos desafios do novo milénio.

“Angola pode depender da China para a sua inserção no sistema internacional, porém a China também necessita de Angola, não apenas para a manutenção das suas reservas energéticas, mas também para aumentar a sua influência na arena internacional” (Pautasso, 2010, p.118). A China apoiou Angola para a sua entrada no Conselho de Segurança por alguns factores. A China é um país em evolução constante, mas que se apresenta como um inimigo para os seus vizinhos na Ásia devido a um conjunto de ilhas como para os Estados Unidos em termos comerciais. Enfraquecer a China seria uma mais-valia tanto para os Estados Unidos como para o Japão e outros vizinhos. Quantos mais aliados africanos e latino americanos a China tiver nas Nações Unidas melhor será para manter o seu equilíbrio de poder.

A China apesar do seu crescimento económico ainda suscita preocupação ao Ocidente pelo facto de o seu crescimento não corresponder ao seu desenvolvimento social, pelo incumprimento ao respeito dos direitos humanos e por ter aliados africanos próximos na mesa de conversações da ONU o que representa uma maior hegemonia do seu poder.

No caso de Angola a China representa um aliado maior na arena internacional, pois possibilita a inserção internacional de Angola nas Nações Unidas e a seguir no mundo. O aproximar de Angola à China, pode ser entendido como uma forma de projecção de Angola nas relações internacionais aumentando a visibilidade do país, impulsionada pela diplomacia e pela política externa angolana.

3. COOPERAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

A década de 1980 e 1990 foi sem dúvida o início da nova fase da relação sino-angolana que conheceu o pico alto nos últimos anos, sobretudo com a cooperação económica baseada em recursos naturais.

Angola é hoje um dos países africanos com grande importância, essencialmente a nível regional, traduzido pelos seus recursos naturais e pelo papel que tem procurado desempenhar a fim de promover a sua influência na região.

À guisa de súpula deste ponto, recai a questão do petróleo, pois, ainda constitui o recurso mais importante capaz de manter a economia e a sustentabilidade de muitos países no mundo, tanto para os que exportam como para os que importam, criando dependência mútua entre os Estados. Assim sendo, a cooperação económica entre a China e África é baseada em recursos naturais e escoamento de produto chinês no continente africano, o que não diverge da sua cooperação bilateral com Angola.

À luz disso, a cooperação bilateral Angola-China é baseada na cooperação económica, em que o modelo da cooperação é sustentado pelo petróleo em troca de financiamento chinês em vários domínios. O fim da guerra civil em Angola foi sem dúvida o ponto de partida deste tipo de cooperação e intensificou as relações bilaterais sino-angolanas.

Efectivamente, após a guerra civil que culminou com a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi, o Estado angolano precisou de novos parceiros financeiros para erguer a sua economia, construir e reconstruir as suas infra-estruturas que sofreram com

o peso da guerra. A China foi um dos únicos países que estendeu a mão à nação angolana neste período.

Como justificou o Vice-director dos Assuntos Africanos do Ministério das Relações Exteriores da China, He Meng, “a China apoiou Angola num momento particularmente difícil. Período este em que o Ocidente se recusou a dar as mãos as autoridades angolanas, depois do longo conflito armado” (Portal de Angola, 2016). O antigo Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos aquando da sua visita à China, também não deixou de frisar esta ajuda «eterna» “a República Popular da China foi o país que mais depressa compreendeu a situação difícil pós-guerra em que Angola se encontrava em 2002 e qual apoio que lhes poderia dar para a reconstrução nacional. Foi por causa dessa ajuda que, em poucos anos, Angola conseguiu grandes progressos” (*Jornal de Angola*, 2015).

O conflito armado em Angola devastou quase todos os sectores de produção de desenvolvimento interno e atrasou a implementação de fábricas, indústrias transformadoras de produtos agrícolas, reduziu a locomoção devido à destruição das infra-estruturas, tais como os caminhos-de-ferro e as pontes e diminuiu o acesso à electricidade, entre outros malefícios. Devido a isso, existe um sentimento de enorme gratidão que o Governo angolano promove pela disponibilidade financeira chinesa para ajudar Angola, pois quando Angola mais precisou foi a China que lá esteve e fez com que estas duas nações continuassem a estabelecer acordos e apoios mútuos.

A China tornou-se numa forte economia e cada vez com maior impacto, representado uma nova forma de poder no sistema internacional. Por outro lado, a China necessita de novos mercados para escoar os seus produtos e adquirir recursos naturais. Angola tornou-se num dos maiores parceiros comerciais da China e no maior exportador africano de petróleo para a China ultrapassando os seus tradicionais fornecedores como a Rússia e a Arábia Saudita. Nessa perspectiva, a China tornou-se no maior parceiro comercial de Angola, tanto a nível das exportações como a nível das importações. A relação sino-angolana consolidou-se a nível económico nos últimos anos, o que significou um acesso maior da China ao principal recurso energético angolano. Apesar da descida do preço do petróleo nos últimos tempos, a China continua sendo o principal parceiro das exportações e das importações angolanas.

Como anteriormente foi dito, a China consome quase 43,37% das exportações de Angola dos 96,79% da principal *commodity* do país, neste caso o petróleo. Em relação as importações de Angola, a China, também, ocupa o primeiro lugar com 16,93% das

importações, em comparação com os seus tradicionais parceiros como Portugal que ocupa agora 14,79% e os Estados Unidos com 7,48% (INE, 2015). O gigante asiático recebe cerca de metade do petróleo exportado por Angola, em troca de financiamento a partir das suas empresas e bancos envolvidas no PNR.

Pelo facto de a China obter quase 50% do petróleo angolano, alguns cépticos receiam que a China esteja a fazer a mesma coisa que os colonizadores fizeram em África, obter matéria-prima para o seu crescimento económico, deixando uma pobreza maior no continente. Angola hoje importa muitos dos seus bens de consumo à China, o que torna a dependência preocupante, tornando a actuação chinesa na economia angolana cada vez maior.

A ascensão chinesa no mercado angolano e o aumento da sua cooperação económica com Angola deve-se muito ao facto da China ser um dos primeiros financiadores disponíveis no pós-guerra civil, pela sua ascensão como país emergente pertencente aos BRICs e a sua busca por recursos naturais.

Hoje a relação sino-angolana tem merecido destaque internacional, na qual ambos têm tirado partido desta cooperação económica, onde os investimentos continuam a diversificar-se.

Com o evoluir desta cooperação, de 2004 a 2016, os empréstimos e linha de crédito vindo da China para Angola, sobretudo através de vários bancos estatais e não só, já rondam os USD 15 mil milhões (Lusa, 2016a). A nosso ver é possível que esses financiamentos já tenham conhecido valores mais elevados.

3.1. Acordos Financeiros Sino-Angolanos (2004-2016)

A partir de 2002 resplandece uma interacção de negócio e de cooperação entre Angola e a China. Com a chegada da paz, a China passou a estar presente em diversos projectos de cooperação e financiamento em Angola, fundamentalmente em infra-estruturas.

Após a conquista da paz, Angola deu início ao estabelecimento de acordos financeiros com a China, inicialmente para suprir as necessidades prioritárias que vigoravam na nação angolana. Foi necessário prosseguir na reabilitação e construção de estradas, pontes, escolas, hospitais e de aumentar a oferta de espaços habitacionais, entre outros aspectos no pós-guerra e a China esteve presente nesta fase.

A cooperação pragmática entre a China e Angola e com África em geral, é dominada por empréstimos financeiros disponibilizados pelos seus principais bancos e pelo Governo chinês para a construção ou reabilitação de infra-estruturas, sendo os pagamentos destes financiamentos suportados ou extinguidos pelo petróleo. O Governo chinês estendeu oficialmente linhas de crédito a Angola através dos seus bancos estatais de investimento. As empresas chinesas têm como incentivo para a África a sua capacidade de oferecer créditos a longo prazo aos Governos por parte das suas instituições financeiras, públicas ou privadas, em formato de contrapartida, tais instituições têm direito na sua maioria à exploração de recursos naturais como forma de pagamento destes financiamentos, o que não diferencia com a sua actuação em Angola. Angola tornou-se um exemplo épico desta forma de cooperação e negociação entre a China e a África.

À luz disso, a primeira linha de crédito oficial chinesa para Angola realizou-se em 2002, através do EximBank, no valor de USD 145 milhões, concedido no âmbito do PNR (Campos e Vines, 2008). Este financiamento não foi sustentado em petróleo e foi designado, como a maioria dos créditos, para a área das infra-estruturas, para reabilitação de estradas e rede eléctrica, entre outros.

No entanto, esta dissertação procura estudar o estabelecimento dos acordos de financiamento entre Angola-China nos anos de 2004 a 2016 e tendo como base principal de pagamento dos mesmos o petróleo. Assim sendo, o primeiro empréstimo suportado pelo petróleo foi assinado com o EximBank em 2004.

Neste âmbito, alguns dos acordos de financiamento estabelecidos entre Angola e a China serão exaltados no quadro abaixo na qual estão explícitos os maiores projectos em Angola em que a China se faz representar, na nossa perspectiva.

Quadro 3 - Financiamento chinês a Angola (2004-2016)

Ano	Fonte	Valor/dólar USD	Forma de Pagamento	Objectivo/destino
2004	EximBank	1 Bilião	Petróleo	Infra-estrutura
2005	ZTE Corporation International	400 Milhões	Desconhecido	Telecomunicações
2006	Governo da China e Governo de Angola	8 Milhões	Petróleo	Infra-estrutura
2007	EximBank	500 Milhões	Petróleo	Infra-estrutura

2007	EximBank	2 Bilhões	Petróleo	Infra-estrutura
2007	Industrial and Commercial Bank of China (ICBC)	Desconhecido	Petróleo	Infra-estrutura
2008	EximBank	1ª fase 50 Milhões 2ª fase 28,798 Milhões 3ª fase 56 Milhões	Petróleo	Infra-estrutura/ Energia e água
2014	ICBC	120 Milhões	Petróleo	Infra-estrutura/ Imobiliária
2014	CIF	3,8 Mil Milhões	Petróleo concessões mineiras e	Infra-estrutura
2015	CIF	Desconhecido	Petróleo	Infra-estrutura
2016	ICBC	837 Milhões	Petróleo	Infra-estrutura
2016	ICBC	4,5 Mil milhões	Petróleo	Infra-estrutura
2016	LCC- Linha de Crédito da China	831 Milhões	Petróleo	Infra-estrutura

Fonte: Elaboração própria.

O primeiro acordo de financiamento de origem chinesa em Angola decifrado em petróleo ocorre em 2004. Posteriormente, ocorrem mais dois acordos entre o Ministério das Finanças e o EximBank da China, dando origem a três acordos de crédito também designado de Acordo Quadro de Parceria estratégica Público-Privado. O primeiro assinado a 2 de março de 2004 no valor de USD 2 bilhões, o segundo assinado a 19 de julho de 2007 no valor de USD 500 milhões e o terceiro assinado em 28 de setembro de 2007 no valor de USD 2 bilhões (MINFIN, 2016a). O primeiro financiamento ainda está a ser implementado em duas fases cada um no valor de USD 1 bilhão, estando os projectos enquadrados, com excepção dos contratos do sector de energia e águas incluídos na II fase, em execução⁸.

Em 2005, aquando da visita do Vice-Primeiro-Ministro chinês, Zeng Peiyan a Angola, foram assinados no total nove acordos, incluindo o acordo entre o grupo empresarial chinês *ZTE Corporation International* e o grupo angolano Mundo Startel, no valor de USD 400 milhões. Esta linha de crédito foi aprovada pela Comissão Permanente de Conselho de Ministros⁹.

⁸ Para melhor esclarecimento, consultar o anexo I

⁹ A Comissão Permanente é um órgão criado pelo Governo para apoiar e ajudar a implementar os diplomas aprovados, principalmente no que concerne ao orçamento geral do Estado, bem como supervisionar a preparação e implementação dos planos e programas de gestão macroeconómica; propor políticas de apoio ao empresariado nacional e zelar pelas reservas financeiras do Estado.

ZTE Corporation is to put US\$400 million into the Angolan telecommunications industry. At least US\$300 million is to be used in the construction of Angola Telecom's network while the remainder will go to: the military telecommunications system; the construction of a mobile phone factory; the creation of a telecommunications institute for the training of Angolan staff; and the creation of a telecommunications research laboratory (Corkin, 2008, p.163).

Por outro lado, o ano de 2006 foi consagrado por um acordo estabelecido entre o Governo de Angola e o Governo da RPC para a construção do maior hospital público de Luanda, o HGL. O mesmo teve um custo de USD 8 milhões, na qual 6 milhões seriam disponibilizados pelo Governo chinês e os outros 2 milhões financiados por Angola. Este financiamento, ainda contou com uma ajuda técnica chinesa para envio de médicos chineses para dar treinamento aos recursos humanos nacionais.

No que concerne o acordo estabelecido entre o Governo de Angola e o EximBank em 2007, os valores foram de USD 500 milhões e 2 bilhões. O Acordo de Crédito no valor de USD 500 milhões está a ser utilizado para financiar acções complementares aos projectos enquadrados na I fase do primeiro financiamento de 2004, minimizando assim os efeitos relacionados com a deficiente preparação dos mesmos (elaboração de estudos, projectos executivos e cadernos de encargo) e insuficiente identificação das diversas componentes, tais como, acessos de água e energia. Relativamente ao segundo pacote de USD 2 bilhões, já foram propostos alguns projectos e estão a ser identificados outros para a sua posterior inclusão¹⁰.

Neste mesmo ano de 2007, Angola estabeleceu um acordo de financiamento com o ICBC para a construção do maior projecto habitacional no pós-guerra civil, a Cidade do Kilamba. Desde 2007 que o ICBC tem feito parte da história de reconstrução do país. A Cidade do Kilamba foi desenvolvida pelo Gabinete de Reconstrução Nacional, no âmbito da Parceria Público-Privado entre Angola e a China, sendo que o valor deste financiamento não foi divulgado (Rosa, 2015a).

Relativamente a 2008, o Governo angolano consagrou mais três acordos de financiamento com o EximBank, composto por três fases. A primeira fase está direccionada para o financiamento do projecto de recuperação e expansão da rede eléctrica das cidades do Dundo (Lunda Norte) e Saurimo (Lunda Sul), orçado em cerca de USD 50 milhões. A segunda fase do acordo visa financiar a recuperação da estação

¹⁰ Para melhor esclarecimento, consultar o anexo I.

de tratamento de águas residuais em Quifangondo (Luanda) e a construção de um centro de distribuição no município luandense de Cacuaco, bem como, a execução de novas canalizações em edifícios. Já a terceira fase do acordo, assinado entre o Ministro das Finanças de Angola na época, José Pedro de Morais, e o presidente do EximBank, Li Ruogu, destinou-se ao financiamento de reconstrução dos arruamentos das cidades de Caxito (Bengo), do Uíge e Negage (na província do Uíge), financiado no valor de cerca de USD 56 milhões (Macauhub, 2008).

Por sua vez, no ano de 2014 foi consagrado mais um acordo entre o Governo angolano e o ICBC, pautado por um despacho presidencial, em que foi facultado a Angola um empréstimo no valor de USD 120 milhões investidos no financiamento de projecto imobiliário nos arredores de Luanda¹¹. O pagamento da primeira prestação foi aprovado na altura, com a retirada de USD 147,7 milhões da Reserva Financeira Estratégica Petrolífera. A Reserva Financeira Estratégica Petrolífera é um fundo petrolífero, criado em 2011 como sendo um novo veículo, para o investimento em infra-estruturas básicas, que será alimentada com as receitas angolanas de exportação de petróleo (*Jornal de Angola*, 2014).

Já o financiamento feito pela CIF no valor de USD 3,8 mil milhões está direccionado para a construção do NAIL, através de um despacho presidencial n.º 46/14, de 02 de maio, contrato comercial celebrado entre o Ministério dos Transportes e a CIF. O projecto está inserido nas linhas de crédito chinesas concedidas a Angola por Pequim e enquadrado nos objectivos de reconstrução de Angola depois da guerra civil (Rosa, 2015b). O NAIL é um dos principais objectivos do executivo angolano para 2017, ano em que estava previsto o término da construção do aeroporto, buscando um desenvolvimento no sector urbano, descentralização, maior mobilidade e um aumento considerável no sector turístico.

Outro grande financiamento chinês a Angola dá-se com a construção da refinaria do Soyo no norte de Angola. A refinaria do Soyo no norte do país está a cargo do financiamento da CIF. Os valores deste financiamento não foram revelados, mas, no entanto, o pagamento do mesmo será efectuado em petróleo. A Refinaria está arquitectada para produzir cinco milhões de toneladas de derivados por ano e processar 110 barris de petróleo por dia (Figueiredo, 2015).

¹¹ O projecto previa a reparação e Construção de infra-estruturas de apoio no Futungo de Belas, bem como abastecimento de água potável, electricidade e rede de saneamento básico (*Jornal de Angola*, 2014).

A refinaria é um projecto alinhado ao programa do executivo de diversificação da produção, porquanto, além de conduzir à redução das importações de combustíveis, atrai a implementação de outras indústrias, como a petroquímica¹².

O objectivo da construção da refinaria do Soyo é possibilitar a redução de modo integral das importações dos principais produtos extraídos do petróleo, como é o caso do gasóleo e da gasolina, visto que, apesar de o país ser produtor de petróleo, as suas refinarias não têm conseguido dar resposta à procura elevada destes produtos.

Exemplo dos efeitos perversos da limitada produção do país ocorre em 2015, quando Angola teve de importar cerca de 40% das necessidades de produtos derivados como a gasolina e o gasóleo no primeiro semestre deste mesmo ano, tudo isto devido a sua reduzida capacidade de refinação que o país estava a passar (Macauhub, 2015). Este financiamento para a construção da refinaria além de reduzir a importação de produtos derivados do petróleo em Angola poderá ser uma mais-valia para a exportação destes mesmos produtos para a China, facilitando os acordos de cooperação celebrados entre os dois Estados.

Um outro financiamento em infra-estruturas foi direccionado para a construção do Ciclo Combinado do Soyo, acordo estabelecido entre o ICBC e o Ministério de Energia e Água (MINEA), assinado em 2016. O ICBC entrará com um financiamento de 85% da obra, estipulando um valor de USD 837 milhões e a condicionalidade de pagamento é a base de *oil-for-infrastructure*. Em contrapartida, o MINEA irá entrar com o resto do financiamento (Lusa, 2017). *Oil-for-infrastructure* tornou-se o padrão de cooperação sino-angolana, na qual dificilmente apresenta excepções. Acrescenta-se ainda que objectivo da construção deste ciclo combinado recai em produzir electricidade para a rede pública, a partir de gás natural.

Neste mesmo ano, no quadro da cooperação que vigora entre os dois países, o Ministério das Finanças de Angola juntamente com o ICBC assinaram um outro acordo de financiamento, em Pequim, no valor de USD 4,5 mil milhões.

Este financiamento está direccionado para a construção da barragem hidroeléctrica de Caculo Cabaça. Este projecto enquadra-se no Programa de

¹² A primeira fase e a segunda fase da construção da refinaria consistem na construção de uma zona residencial, estação de produção e tratamento de água e residual, aterro sanitário e resíduos perigosos e uma central de electricidade, além disso será destacada uma unidade de processamento, uma de armazenamento de petróleo bruto e transporte, outra de utilidades e instalações de acessórios. Já a fase plena conta com a produção anual de 44.500 de gás liquefeito de petróleo (LPG), 558.500 de gasolina para veículos, 20.700 de benzeno, 437.200 de combustível para reactores, 853.400 de gasóleo, e 180 de petróleo iluminante, contando também com as inúmeras subunidades para destilação (Figueiredo, 2015).

Investimento Público (PIP), para a exportação de electricidade produzida a partir do Rio Kwanza para a Namíbia ou África do Sul (MINFIN, 2016b). Esta hidroeléctrica será a maior potência eléctrica do país, capaz de exportar eletricidade para os países vizinhos. A construção da mesma alcançará uma meta de 9000 megawatts (MW) em todo país até 2025, tendo um grande peso no desenvolvimento industrial do país.

Ainda em 2016, o Governo angolano, representado pelo Ministério das Finanças, estreitou em Pequim, acordos de financiamento, os quais serão conduzidos para cerca de quatro dezenas de projectos públicos. Entre estes projectos, está englobada a construção do novo porto das águas profundas no Caio, situado no enclave de Cabinda.

O acordo feito entre o Governo angolano e o Governo chinês para a construção do porto das águas profundas no Caio está estimado no valor de USD 831 milhões. O Governo angolano deverá arcar com 85% do financiamento para construção do porto, o que significa que o Estado angolano deverá suportar USD 707 milhões e o Estado chinês com 15% traduzido em USD 124 milhões (*Jornal de Negócios*, 2016a).

Mencionados os pontos acima, é relevante realçar que o enclave de Cabinda se tem deparado desde a independência de Angola com algumas conflitualidades entre o Governo angolano e o grupo Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC). A FLEC exige a autodeterminação e a independência do território, que considera protectorado português à luz do Tratado de Simulambuco¹³.

A nosso ver, a construção do porto no enclave pode ser vista como uma manobra de paz e estabilidade que o Governo angolano pretende ter neste território, levando em conta que a província de Cabinda é uma das mais estratégicas do país, pelo seu posicionamento marítimo e pela sua riqueza em petróleo. Este porto será um dos maiores investimentos feitos pelo Governo no enclave, permitindo também a saída da província do individualismo, ligando Cabinda ao resto do país, uma vez que, o objectivo do porto é auxiliar no escoamento de matéria-prima existente na província, que vai desde o petróleo, café e madeira e um solo fértil para a produção agrícola.

Estes foram alguns dos acordos de financiamento estabelecidos entre Angola e a China neste período. Assim sendo, os acordos de financiamento estabelecido entre estes dois Estados são uma forma de reforçar a cooperação existente entre ambos, na qual a

¹³ O Tratado de Simulambuco foi um acordo assinado entre as autoridades tradicionais de Cabinda, neste caso príncipes e governadores com a coroa portuguesa, em que os mesmos delegavam o seu enclave para a protecção da bandeira portuguesa. Assinado em 1 de fevereiro de 1885, deu o direito a Cabinda de reivindicar da sua soberania, pois os mesmos consideram este Tratado como de Direito Internacional (*Público*, 2001).

China tem suprido as necessidades de melhoria das infra-estruturas e do desenvolvimento de Angola. Não obstante, os dois países têm celebrado acordos em outras vertentes.

Em 2015, por exemplo, aquando da visita do Presidente José Eduardo dos Santos a Pequim juntamente com o seu homólogo Xi Jinping, as duas delegações aprofundaram o seu ritmo de cooperação, criando a Comissão Orientadora para a Cooperação Económica e Comercial, na qual substituiu a habitual Comissão Mista de Cooperação Bilateral. Esta nova comissão é caracterizada como sendo uma alternativa que dará mais dinamismo à cooperação. É um mecanismo de cooperação de parceria e estratégia sino-angolana que procura obter resultados mútuos e que se torna um aparelho em que as outras nações se possam espelhar. Desta visita resultaram alguns acordos, a assinatura de um memorando sobre a cooperação no domínio da casa Civil, um acordo de cooperação técnica e um conjunto de acordos suplementares ao acordo-quadro de facilidade de crédito. Neste mesmo âmbito, houve ainda a assinatura de dois acordos de crédito, um para a construção do futuro centro de formação de tecnologia ferroviária e outro para cobrir a primeira fase do pagamento da central de ciclo combinado do Soyo, referido anteriormente¹⁴.

O ano de 2016, também, foi um ano de relevantes acordos entre Angola e a China em vários domínios. Aquando da 5ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os países de Língua Portuguesa, foi assinado um acordo de Cooperação Técnica e Económica¹⁵ que pretende acentuar as relações bilaterais entre os dois países. Nessa altura, o Ministro angolano da Economia, Abrahão Gourgel, exaltou este acordo como “um instrumento facilitador de investimentos das empresas privadas chinesas em Angola” (*site* oficial do Governo de Angola, 2015). Trata-se de investimento directo chinês de empresas privadas. Refere-se a um processo que vai permitir a criação de parcerias entre empresas privadas chinesas e empresas angolanas, além do aprofundamento das acções ao nível do sector público, programas de desenvolvimento e apoio ao nível de financiamento.

O financiamento chinês agora finalizado em 2016 com o Governo angolano prevê mais de 37 acordos específicos para obras em várias áreas, como energia e água, habitação ou reabilitação de estradas, ao abrigo da LCC.

¹⁴ Para mais informação, aceda o *site* oficial do Governo de Angola, 2015.

¹⁵ Para melhor esclarecimento, consultar o anexo II.

A relação sino-angolana é dominada pelo petróleo, apesar de haver excepção. Os empréstimos concedidos pela China continuam tendo um peso relevante para a reconstrução e construção do país e o intercâmbio entre esses dois Estados em outras áreas seria uma forma de descentralizar esta cooperação dando espaço a outras dinâmicas que o mercado internacional actualmente exige, como IDE para a agricultura, transportes, saúde e educação.

A China é a maior financiadora dos projectos de desenvolvimento elaborado pelo Governo angolano. Não é somente o Estado chinês que é o principal financiador de Angola, as suas grandes empresas, bancos públicos e privados como a EximBank, a Sinopec, que conseguiu uma participação importante no sector petrolífero do país e conduz um investimento directo em Angola, bem como o ICBC e o CDB também têm contribuído financeiramente em milhões de dólares para a execução de vários projectos no país.

Apesar de destacarmos o pouco financiamento vindo do CDB, esta entidade está presente nos maiores financiamentos concedidos a Angola. O global do investimento do banco chinês no país actualmente representa 46% até 2016 no financiamento concedido por bancos provenientes da China. O CDB foi a maior organização financiadora dos projectos em Angola em 2016 com USD 11,3 mil milhões, seguido do EximBank, com 7,36 mil milhões (*O País*, 2016).

O CDB tem sido um dos principais promotores da cooperação financeira entre Angola e a China, o mesmo tem financiado várias obras de construção e reconstrução de vários projectos públicos em Angola. Entre eles, podemos destacar, os caminhos-de-ferro de Moçâmedes, a construção de infra-estrutura do Sambizanga (antigo Roque Santeiro); a construção da ligação rodoviária Boavista-Miramar-São Paulo; a electrificação e ligações domiciliárias em Luanda e a construção das vias de acesso ao Novo Aeroporto Internacional de Luanda (NAIL), entre outros. Este banco já financiou trinta e cinco projectos que estão sendo desenvolvidos no país, firmados no valor de USD 1.5 biliões (MINFIN, 2017). Os bancos chineses acabam sendo uma das principais fontes de financiament⁴⁰ para o governo angolano.

3.2. Condicionalidades do Financiamento: Petróleo como Forma de Pagamento

Aquando do primeiro empréstimo concedido pelo EximBank a Angola, determinou-se a forma de pagamento bem como as condicionalidades para a efectividade desses financiamentos. Empréstimos conferidos pelo EximBank e outras entidades financiadoras chinesas em Angola são compostos por condicionalidades para a realização efectiva dos mesmos, consagrados principalmente em *oil-for-infrastructure*.

Uma das condicionalidades, particularmente com o primeiro empréstimo concedido pelo EximBank a Angola, recai na forma de pagamento. O primeiro empréstimo determinava que Angola deveria fornecer à China 10.000 barris de petróleo por dia, justificando-se que o pagamento deste financiamento fosse feito em petróleo. “Devido ao facto de o meio de pagamento do financiamento chinês ser sempre em petróleo não permite com que haja mobilização de moeda forte” (Pautasso, 2010, p.114).

O segundo ponto da forma de pagamento dos empréstimos chinês a Angola defende a obrigatoriedade de a entidade financiadora fazer os pagamentos às empresas que irão realizar os projectos. Ou seja, os pagamentos dos projectos devem ser feitos pelas entidades financiadoras através de um depósito numa conta bloqueada no banco chinês em nome do governo angolano.

Embora, o Governo angolano não tenha acesso directo a este empréstimo traz consigo um ponto positivo que seria evitar o desvio dos fundos do financiamento, uma vez que a corrupção no país continua sendo um dos principais desafios políticos do Governo. Em termos negativos, Angola torna-se dependente total dos financiadores chineses no pagamento dos projectos e acaba por não ter acesso directo a este financiamento

Outra condicionalidade a ser destacada, é que, para a realização destes acordos de financiamento, cabe ao Governo chinês ou a entidade financiadora indicar as empresas que irão realizar os projectos assinalados no acordo. Ou seja, a entidade financiadora chinesa deve indicar quais as empresas chinesas que irão realizar os projectos em infra-estruturas em Angola, esta indicação é feita através de um concurso público onde são escolhidas algumas empresas para realizarem os projectos.

Tomando como exemplo os empréstimos concedidos pelo EximBank, os projectos foram abordados pelos representantes das delegações envolvidas, no caso o EximBank e o Ministério das Finanças de Angola sob observação do Grupo de Acompanhamento Técnico (GAT)¹⁶. Este grupo foi criado para ajudar a gerência das linhas de crédito e dos projectos concedidos pelo EximBank, o mesmo foi criado pelo Ministério das Finanças juntamente com o EximBank.

Apesar deste tipo de condicionalidade começar com o primeiro empréstimo concedido pelo EximBank a Angola, a verdade é que não são somente com os empréstimos acordados com o EximBank que a mesma tem o direito de delegar nas empresas que irão realizar os projectos. Uma das condicionalidades de financiamento entre Angola e qualquer entidade financiadora chinesa ressalta que as empresas que deverão realizar os projectos no país devem ser chinesas. “Cada projecto apresentado, o Governo chinês propõe três a quatro companhias chinesas para o trabalho e todos os projectos são inspeccionados por terceiros que não faziam parte da linha de crédito” (Oliveira *et al*, 2012, p.76).

O financiamento chinês para Angola, também ressalta como condicionalidade que, para cada projecto aprovado deve conter 70% de mão-de-obra chinesa e 30% de mão-de-obra angolana. A elevada taxa de mão-de-obra chinesa nos projectos é tida como outra condicionalidade de financiamento entre Angola e a China. Para tal criou-se uma lei em julho de 2005, numa resolução aprovada pelo Conselho de Ministros e subscrita pelo Primeiro-Ministro, Fernando Da Piedade Nandó, impondo o princípio de subcontratação de empresas angolanas para a realização de subempreitadas de projectos inscritos no empréstimo chinês. A resolução estabelecia que a subcontratação de empresas nacionais no âmbito desse processo passava a ser feita num montante de até 30% do valor de cada contrato (Angonotícias, 2006). Este tipo de política foi reiterado no Acordo Quadro estabelecido entre o governo angolano e o EximBank, nos primeiros financiamentos estabelecidos por esta entidade bancária.

E finalmente, outra condicionalidade que podemos destacar para o acesso ao financiamento chinês, recai no facto de os materiais utilizados nos projectos pelas empresas chinesas devem ser de origem chinesa.

¹⁶ O GAT, Gabinete de apoio técnico de gestão da linha de crédito da China, foi incumbido de inspeccionar os projectos em numerosas áreas. O GAT foi responsável para administrar as obras públicas assim como ter certeza de que haveria empregados treinados o suficiente para que, depois da finalização dos projectos, pudessem exercer um trabalho específico.

Actualmente, Angola depende de modo indiscutível dos financiamentos provenientes da China para dar continuidade aos seus maiores projectos permitindo com que o Governo chinês tenha acesso a algumas reservas de petróleo do país como forma de pagamento. Importa evidenciar que este foi o método que Angola e muitos países africanos encontraram para liquidar estes financiamentos. Angola tornou-se um exemplo de base para muitos países africanos quanto à forma de relação económica da China com os países africanos. Tom Burgis enfatiza esta ideia dizendo que Angola foi o modelo e a pioneira deste mecanismo, de tal forma que os grandes negócios da China em África passaram a ser conhecidos como *Angola Mode* (Campos e Vicente, 2016).

Angola tornou-se o modelo de negócio chinês para os restantes países africanos e a relação estritamente comercial, fornecimento de pacotes de financiamento e a aplicabilidade do conceito *oil-for-infrastructure* é muito utilizado pela cooperação económica sino-angolana e desta forma torna-se um padrão a ser utilizado pela China com os demais países africanos.

A cooperação com a China dá a vantagem de os países envolvidos nesta cooperação decidirem os meios a utilizar para o pagamento destes financiamentos e o petróleo tem sido visto como a melhor forma. Este conceito enquadra-se de forma eficaz na relação sino-angolana, sobretudo no que concerne aos acordos estabelecidos entre estes dois Estados, tais acordos têm sido estabelecidos tendo em atenção aos recursos de cada país. Angola neste caso estabelece acordos com a China tendo em atenção as suas necessidades e a mesma vê Angola como forma de utilização dos seus meios e métodos para dar respostas à sua insuficiência em recursos naturais. Angola precisa de financiamento e a China de recursos, o que torna esta aliança ocasionalmente perfeita.

4. VERDADES E MITOS DA COOPERAÇÃO

Este capítulo corresponde à fase mais introspectiva e exploratória da nossa dissertação, em que procedemos à análise das relações entre estes dois intervenientes, evidenciando as verdades e os mitos desta cooperação.

Com uma ideologia baseada em ganhos mútuos, os dois Estados apresentam objectivos diferentes em relação a esta cooperação. A China procura com esta cooperação garantir primordialmente a obtenção de petróleo e a introdução das suas empresas no mercado angolano. Quanto a Angola, a reflexão desta cooperação corresponde na obtenção de financiamentos que lhe possam garantir desenvolvimento

interno das suas infra-estruturas. Embora, estes sejam o ponto de partida desta cooperação, ela traz consigo algumas verdades e mitos que pretendemos compreender.

4.1. Verdades

Após o fim do conflito armado o Estado angolano procurou dar respostas as necessidades básicas do país deparando-se com muitos desafios, entre os quais a reconstrução de infra-estrutura e modernização das mesmas, melhoramento do sector de energia e água, redução da pobreza e do desemprego, aprimoramento do sector da educação e da agricultura. Para todos estes projectos a China fez e tem feito parte desta nova fase angolana, porém, esta intervenção chinesa no desenvolvimento sectorial angolano tem trazido consigo algumas verdades e mitos na qual este estudo procurou desenvolver.

A maior parte da dívida externa do Governo angolano é composta pela LCC, na sua composição bilateral. Assim sendo, o Governo tem procurado investir em diversos sectores. O sector da construção e dos transportes bem como, o sector de energia e água têm sido os mais beneficiados com o financiamento chinês. Deste modo, em termos de verdades dos benefícios do financiamento chinês para Angola, podemos destacar:

- 1) Maior construção civil: com o financiamento chinês, o país alcançou um mercado com maior construção civil. O sector da construção é o sector em Angola que mais se beneficia do financiamento chinês. O financiamento chinês tem sido fundamental nos últimos anos para o progresso dos maiores projectos de infra-estruturas do país.

Segundo a Consultora Fitch Solutions, o sector da construção cresceu quase 17,5% ao ano entre 2008 e 2017 (Lusa, 2018).

- 2) Mais infra-estruturas: Angola tem sido um dos maiores beneficiários do financiamento chinês na África subsariana. A China é actualmente o maior financiador estrangeiro de infra-estruturas em Angola. Com o financiamento chinês Angola conseguiu dar início, a construção de mais escolas, mais hospitais, centros de saúde, quilómetros de estradas asfaltadas e uma tentativa de melhoramento do sector de saneamento básico, que abrangem sobretudo, os sectores de energia e água.

Com o financiamento chinês, o país tem procurado melhorar o acesso à água potável, energia eléctrica e potencializar as infra-estruturas do país, melhorar o sistema

de transportes, saúde e educação, entre outros. Os investimentos nestes sectores têm conhecido pontos positivos significativos.

O sector da água, por exemplo, tem conhecido grandes investimentos com o financiamento chinês. Para efeito, o Governo criou dois programas tendo em conta o financiamento chinês, o Programa Nacional de Água que procura identificar os problemas de acesso a água nas zonas urbanas, realizar balanços hídricos, caracterizar os recursos hídricos de Angola e a qualidade da água, entre outros objectivos. E o Programa Água para Todos, que centra na distribuição e o acesso à água das zonas rurais na perspectiva de que até 80% da população rural tenha acesso à água, uma vez que apenas 28% tem acesso a água potável nas zonas rurais.

Para melhorar o acesso à água, serão realizadas várias obras a cargo de empresas chinesas. Neste ponto, o padrão de financiamento chinês em Angola continua imutável, no sentido de que, para estes projectos de melhoria do acesso à água foi designada a empresa chinesa Sinohydro.

Entre outras obras para a melhoria do acesso à água as empresas chinesas são as principais construtoras. Para a estabilidade e regularidade no abastecimento de água em Luanda foi designada a construção do sistema de abastecimento do Quilonga Grande do Zango que será construído pela empresa chinesa Sinohydro num prazo de 605 dias. A mesma empresa será responsável pela construção do centro de distribuição de águas do Zango, orçado em USD 14.784.363,69 e a construção do reservatório no valor de USD 20.627.983,64. A Construção de edifícios e instalações auxiliares, as estações de captação de água no corredor de Bom Jesus-Icolo e Bengo para bombagem de água bruta e de tratamento de água e a conduta elevatória de água, têm um prazo de 1.080 dias no valor de USD 347.609.536,00 (Dias, 2017).

No que concerne o sector da construção, o Governo angolano elaborou um plano de acção para a reconstrução nacional, destacando-se a construção e reconstrução de quilómetros de estradas, portos e aeroportos, entre outros, o que provocou um aumento significativo das construções realizadas em Angola feita pelas companhias chinesas através do seu financiamento.

Realçar que a RPC nos últimos dois anos já disponibilizou cerca de mil milhões de dólares americanos com a finalidade de financiar o sector de construção civil em Angola (Angop, 2017). Este sector tem sido dos mais investidos pelo Programa de Investimento Público (PIP).

Desde o fim da guerra civil, as companhias chinesas têm estado nas maiores construções e reconstruções em infra-estruturas de Angola, desde a construção dos estádios de futebol ao novo aeroporto internacional de Angola, caminho-de-ferro, escolas, estradas, pontes, portos, hospitais e edifícios públicos entre outros. Assim sendo, o financiamento chinês tem possibilitado a reconstrução e melhoria das infra-estruturas no país.

- 3) Outra verdade a destacar, na estatística de 2015 com as linhas de crédito do Governo chinês, Angola conseguiu recuperar ou construir dois mil e oitocentos quilómetros de caminho-de-ferro, mais de mil quilómetros de estradas e 130 mil habitações sociais. Com o crédito da China, Angola construiu igualmente mil quilómetros de linhas de transmissão de energia eléctrica, 14 subestações de energia, 78 escolas, 39 hospitais e 10 mil hectares de projectos de irrigação agrícola¹⁷.

4.2. Mitos

Embora, a cooperação sino-angolana apresente consideráveis benefícios, esta cooperação também traz consigo alguns mitos que contrariam estas verdades. Deste modo, quais são os mitos da cooperação bilateral Angola e China?

- 1) Não há mobilização forte da moeda: como afirmou-se já no percurso deste trabalho, devido ao facto de o meio de pagamento do financiamento chinês ser sempre em petróleo, não permite com que haja uma mobilização forte da moeda.

A troca não sendo monetária, diminui o peso real da moeda angolana, e enfraquece a circulação monetária. Algo que já se verifica, visto que nos últimos quatro anos o Kwanza depreciou-se muito em relação ao Dólar e ao Euro, as principais moedas estrangeiras no país.

- 2) Contrapartida perigosa: a forma de pagamento dos financiamentos em petróleo pode ser uma contrapartida perigosa para Angola.

Dois pontos são importantes destacar, ao observarmos esta questão. Primeiro, o petróleo é um recurso natural não renovável e pode ser perigoso para Angola depender apenas dele para os pagamentos do financiamento chinês. O segundo ponto recai nas

¹⁷ Angop. (2015). *Angola é um parceiro estratégico da China em África – afirma*.

oscilações do preço do petróleo, que levou a uma crise económica em Angola nos últimos quatro anos, sobretudo, com a queda de quase 60% da produção de crude nacional que levou a um défice orçamental do país.

- 3) Empréstimo virtual: uma vez que é de a responsabilidade das empresas chinesas fazerem o pagamento dos projectos às empresas chinesas seleccionadas para a realização dos projectos em Angola através de um depósito no banco chinês, o dinheiro acaba por não chegar em Angola, uma vez que, nunca sai efectivamente da China, limitando a circulação monetária entre esses dois países.
- 4) O financiamento chinês em Angola não promove a industrialização: restringe o crescimento da indústria de construção nacional.

Pela importação de materiais de construção chinesa, pelo facto de as construtoras chinesas trazerem consigo o seu próprio material de origem chinesa, não leva ao desenvolvimento do sector nacional de manufacturas e faz com que o desenvolvimento da industrialização nesta área seja comprometido. Se as empresas que realizam tais obras devem ser chinesas as empresas de construção angolanas entram em desvantagens pois as maiores obras do país são dadas as empresas chinesas, o que torna o mercado nacional menos competitivo e competente. Diminui também a importação de materiais de construção por parte de Angola ao resto do mundo, tornando-a dependente dos materiais chineses.

- 5) Não reduz o desemprego: a importação de mão-de-obra chinesa leva a pouca criação de empregos locais, impossibilita a redução da pobreza.

Apesar de haver grandes obras em infra-estruturas no país, ao mesmo tempo, tais investimentos não promovem ao desemprego no país, pois a maioria da mão-de-obra dos projectos realizados em Angola através do financiamento chinês são de origem chinesa, ou seja, os chineses trazem consigo o seu próprio recurso humano, e alguns estudos indicam que os chineses não respeitam a cláusula de 30% de mão-de-obra angolana. *“The shortage of local skills and pressure to complete a job quickly, as in Angola, is one answer. Ease of communication is another issue, but there are others. Chinese people can stand very hard work”* (Brautigam, 2009, p.156). Estes alegam falta de habilidade local, dificuldade na comunicação devido a língua e os chineses têm um ritmo de trabalho diferente do habitual, eles começam mais cedo e terminam mais tarde o seu trabalho, alegando que os angolanos não aguentariam tal ritmo. *“Lack of education manifests itself as a problem, especially in terms of specialised skills. This is*

the rationale offered by most of the Chinese companies when questioned about their lack of local recruitment” (Corkin, 2008, p.188). A contratação acentuada de mão-de-obra chinesa na maioria dos projectos, sejam de grande envergadura ou não, não promovem uma redução do desemprego, nem possibilitam a inserção dos jovens na nova fase de reconstrução do país, reduzindo desta forma as inúmeras oportunidades de emprego aos nacionais.

Segundo os dados do INE, do Censo de 2014 o último realizado no país, a taxa de desemprego é de 24% em termos nacionais, atingindo a maioria da população jovem entre 15 e os 24 anos e que estão activos e à procura de emprego (Angop, 2016). “O uso intensivo de mão-de-obra chinesa no sistema não só não chega a criar empregos para angolanos como não propicia transferência de *know-how*” (Alves, 2007, p.66). Este autor afirma que, o facto de a China celebrar contratos que prevêm a entrada de trabalhadores chineses em larga escala, amplia a projecção de poder que passa por promover e disseminar valores culturais, procurando-se uma “ideologização” aplicando a forma de *soft power*. Ao mesmo tempo, causa reduzida produtividade nacional, sobretudo nas áreas com maior investimento com o financiamento chinês, reduzida troca de experiência técnica, tornando Angola dependente do conhecimento chinês.

- 6) Falta de *Know-How*: insuficiente troca de conhecimentos. Devido a reduzida inserção dos jovens angolanos nas grandes obras em infra-estruturas realizadas com o financiamento chinês no país, leva a pouca troca de conhecimento de topo. Ou seja, o financiamento chinês em Angola, não traz consigo transferência nem de tecnologia, nem de conhecimento a mais alto nível.
- 7) Reduzido acesso a energia eléctrica: o sector de energia e estradas são um dos grandes sectores que mais se beneficiam com o financiamento chinês.

Embora o sector da energia tenha recebido grandes investimentos com o financiamento chinês, apesar desses esforços, o serviço de electricidade continua sem chegar a mais da metade da população que sofre com as falhas frequentes de electricidade, sobretudo na capital Luanda que representa cerca de 78% do consumo nacional em termos geográficos. Pelo facto de apresentar maior número da população angolana e onde se verifica a maior convergência de indústrias e serviços de todo o país (MINEA, 2014). Segundo as estatísticas de 2015 apenas 30% da população angolana tem acesso à electricidade (Rede Angola, 2015a). Apesar dos grandes investimentos

com o financiamento chinês nesta área, os benefícios destes serviços continuam reduzidos.

- 8) Reduzido acesso à água potável: dezassete anos de paz, quase dezassete anos de financiamento chinês, ainda há gravíssimas deficiências no acesso a água potável.

O sector das águas também se tem beneficiado grandiosamente com o financiamento chinês em termos de investimento, porém ainda há gravíssimas deficiências no acesso à água potável em Angola, sobretudo nas zonas periféricas, a água corrente a domiciliária é quase inexistente levando com que as populações recorram ao mercado informal. O acesso à água através de cisternas e chafarizes ainda constituem o principal meio de acesso de muitas famílias da periferia.

A falta de água canalizada também é dos grandes problemas do acesso à água potável no país, devido à incapacidade das redes públicas de abastecimento de água. O quadro a baixo elucida-nos esta realidade.

Quadro 4 - Padrões de acesso a água em Angola

Padrão	Forma de acesso
Padrão A	Ligações interiores de água
Padrão B	Ligações de água através de torneira à porta de prédio ou do prédio do vizinho
Padrão C	Populações do musseque sem serviço interior de água recorrendo a chafarizes
Padrão D	População não beneficiária de acesso a uma fonte apropriada de água para beber, recorrendo a cacimbas, nascentes, riachos, rios ou charcos, camião cisterna, água da chuva

Fonte: Programa Nacional de Água 2013-2014.

Neste sentido, em análise e de acordo com a realidade pode-se considerar o padrão C e D como os mais preocupantes, uma vez que, a maioria da população ainda se encontra enquadrada nestes dois pontos.

Apesar dos inúmeros investimentos, de acordo com a estatística de 2016, o país ainda apresentava números preocupantes quanto ao acesso à água potável. Segundo os dados da Unicef apenas 49% da população angolana tem acesso à água potável, o que significa que a outra metade da população não tem acesso ao precioso líquido, tratado e aceitável para consumo (Rain, 2016).

- 9) Qualidade duvidosa: finalmente levanta-se aqui a questão da qualidade das construções realizadas pelas empresas chinesas.

A construção chinesa passou a levantar dúvida com o incidente ocorrido no Hospital Geral de Luanda, o primeiro grande hospital a ser construído depois da guerra civil, pela construtora chinesa *China Overseas Engineering Group Company (Covec)* que depois de quatro anos de inauguração, passou a apresentar problemas estruturais tornando questionável as obras feitas pelas empresas chinesas. Porém, segundo a investigação feita na altura concluiu que o incidente foi gerado, por um lado, pelos chineses, que com a sua mão-de-obra não garantiram a qualidade da construção do hospital e, por outro lado, pelos angolanos responsáveis por prover dados geológicos em relação ao terreno para a construção do hospital. Chegou-se à conclusão que tais dados não foram primordiais levando ao fracasso do projecto, ou seja, a fiscalização da obra foi posta em causa. *“If there is not enough domestic financing (from a company or government) to finance the maintenance of a project, it might not yield economic returns because it would fall into disrepair. Similarly, if there is not sufficient technical expertise locally to run a project, it might not be viable”* (Christensen, 2010, p.19). Ou seja, o projecto não foi de longa duração, desperdiçando tempo e dinheiro.

O mesmo acontece com as estradas nacionais construídas por empresas chinesas. De Cabinda ao Cunene viajando pelas estradas de Angola são visíveis os inúmeros quilómetros de estradas asfaltadas que foram feitas através do financiamento chinês e por empresas chinesas, porém a maioria delas não apresenta a qualidade que é exigida e muitas com poucos anos que foram construídas já requerem manutenção antecipadas. A maioria apresenta buracos, falta de escoamento, fissura e falta de iluminação.

A falta de qualidade das estradas impossibilita uma mobilidade humana interna com maior qualidade, põe em risco a saúde pública pelo excesso de poluição e *stress* e aumenta a inflação. Uma vez mal conservadas as cadeias de transportes de pessoas e bens vêm-se obrigados a aumentar o preço dos seus serviços pelas dificuldades que as estradas apresentam.

A qualidade das estradas, ou seja, do asfalto em si, é fundamental visto que facilitam a circulação de pessoas e bens por diferentes regiões do país, tornando o desenvolvimento e a qualidade de vida complementadas. Pois, a utilização rodoviária pelo país ainda se mantém como tradicional para os transportes de mercadorias e pessoas. Não desmerecendo a importância da via ferroviária e aérea, uma vez bem-feita e fiscalizada, destacariam a qualidade dos bens transportados, diversificaria e

descentralizava a economia, ainda que, em pequena quantidade, diminuiria o tempo de ligações entre as regiões, os custos da mesma, reduziria a inflação quanto aos produtos transportados para outras localidades em particular na capital, possibilitaria o aumento das trocas comerciais interna e reduziria os acidentes de trânsito, segunda causa de morte em Angola, depois da malária.

A qualidade das vias aumentaria o investimento privado ligado ao sector dos transportes interprovinciais diminuiria os problemas que se vivem com a falta de fluidez no trânsito.

Um outro Mito a destacar na cooperação sino-angolana, recai no facto de a maioria destes acordos não serem do conhecimento geral, nem tão pouco as suas condicionalidades são conhecidas pela sociedade angolana. O facto de Pequim ignorar a forma de governação de alguns países africanos traz consigo falta de transparência sobre as características de financiamento em diversos projectos, como explicam Alden e Alves (2008, p.19): *“Problematic features of the relationship are the accompanying lack of transparency in financial support (primarily concessional loans) for investment projects, and the conduct of some Chinese companies (state and non-state owned) in violating labor and environmental standards in host countries”*.

Os projectos são feitos por um acordo entre os dois Estados, sem debate público sobre os passos destes acordos, bem como o valor a ser implemento, tão pouco quanto ao reembolso de Angola à China.

CONCLUSÃO

De acordo com os objectivos desta dissertação, inerentes à complexidade da temática abordada, importa efectuar as considerações finais sob a forma de carácter geral e de carácter específico que permitam situar os aspectos principais da investigação e relacionar com os resultados esperados.

As relações internacionais são compostas por interesses que regem as relações entre os Estados, com objectivos convergentes ou divergentes, mas que, no entanto, procuram reconhecer o valor do parceiro político ou económico.

Assim sendo, é necessário responder se de facto os objectivos que nos propusemos inicialmente na investigação deste trabalho foram alcançados.

Assim, em termos de considerações de carácter geral, estas assentam em catalogar os pontos-chave e conclusivos sobre o nosso estudo em questão. Cooperação Bilateral Angola e China: a cooperação Angola e China tem trazido desenvolvimento para o país, tendo em conta o seu financiamento?

I. Tendo em atenção os itens abordados ao longo do trabalho, a presença chinesa mudou, de facto, a tradicional visão daquilo que era Angola antes da presença veloz deste gigante asiático. No percurso da pesquisa percebemos um ponto-chave para a conclusão deste trabalho: a China hoje está presente nos principais sectores de actividade económica do país, seja em sectores públicos ou privados;

II. Desde 2002, que a China se tornou um parceiro estratégico para Angola com os seus financiamentos. A cooperação intensifica-se quando Angola se torna o maior fornecedor de petróleo da China, o que nos leva a ler a cooperação sino-angolana em duas visões directas: a China quer petróleo e Angola tem para dar, em contrapartida, Angola quer financiamento e a China tem para dar;

III. A investigação permitiu compreender como a cooperação sino-angolana, não somente permitiu que Angola obtivesse financiamento para os seus mais nobres objectivos ou projectos como também se percebeu que este mesmo financiamento se tornou uma via de exportação de empresas e mão-de-obra chinesa para Angola.

Tendo em conta estes pontos, se coloca a questão inicial. A cooperação Angola e China tem trazido desenvolvimento para o país? Em função de tudo que ficou dito, pode perceber-se que a cooperação sino-angolana acaba por trazer para Angola alto nível de

endividamento, grandes obras em infra-estruturas, mas que, no entanto, os seus benefícios ainda não estão a ser usufruídos na sua totalidade. O medo que se instala é que Angola possa a estar a gastar tempo e dinheiro (petróleo), neste caso, para os projectos em infra-estruturas, mas que, no entanto, não esteja a beneficiar-se corretamente destes investimentos com a China.

Quanto aos nossos objectivos específicos, podemos concluir:

IV. As aspirações passadas afirmavam que Angola se tornaria num dos principais parceiros comerciais da China. Actualmente Angola é o maior parceiro comercial da China em África, porém, Angola precisa tirar maior vantagem da sua nova posição;

V. Em termos de financiamento, Angola tem tido a possibilidade de contar com o financiamento chinês em várias vertentes de actuação, sendo a área de construção a mais evidente. No domínio da construção o país, de facto, evoluiu a uma escala imensurável. O país recebeu com o financiamento chinês inúmeras obras em diferentes áreas, o financiamento chinês permitiu a reabilitação de quilómetros de estradas, caminhos-de-ferro, escolas, centros de saúde e casas sociais entre outros. Toda a via, os financiamentos podem ser inúmeros, mas os benefícios não são totalmente evidentes. A falta de escolas, falta de saneamento básico, falta de acesso a água potável, corte constante de energia eléctrica, continuam sendo pontos preocupantes da falta de qualidade de vida da população angolana, que há mais de dezassete anos recebe da China os seus principais financiamentos;

VI. Angola tornou-se num mercado favorável para o escoamento de produtos chineses em diversos domínios, mostrando uma desvantagem de Angola na chamada cooperação *win-win*.

VII. Angola tornou-se um mercado favorável à mão-de-obra barata chinesa. Existe uma emigração massiva de mão-de-obra menos qualificada, principalmente imigração ilegal vindo da China que busca em Angola uma vida melhor, elevando uma competição desigual no mercado de trabalho angolano;

VIII. A existência do financiamento chinês é indispensável na fase em que Angola precisa irresistivelmente destes financiamentos para dar continuidade à reestruturação do país. Porém, existe pouca divulgação pública acerca destes financiamentos, montantes e áreas direccionadas levando a um desconhecimento da sua existência por parte da população em geral, o que eleva o número de críticas a respeito

dos mesmos, bem como a sua correcta aplicabilidade. Para tal, chamemos a atenção para que esses financiamentos sejam mais transparentes e divulgados;

IX. No domínio da agricultura de acordo com a nossa investigação existem poucos acordos consideráveis e direccionados para esta área. Sendo a agricultura um sector de grande importância para a economia de subsistência em África, particularmente em Angola, é necessário que a mesma conheça urgentemente um desenvolvimento considerável com o financiamento chinês. Embora as minas terrestres sejam um factor primordial para o tardio desenvolvimento da agricultura no país, por outro lado, as áreas já desminadas poderiam ganhar uma pujança maior com o financiamento chinês. A China possui um modelo de desenvolvimento agrícola bastante conhecido e apreciativo, o que poderia ser um modelo na qual Angola poderia procurar melhorar desenvolver a partir do *know-how* chinês;

X. Foi possível, a partir desta investigação de forma geral, identificar algumas verdades e alguns mitos acerca da cooperação Angola e China, no entanto, sabemos que a investigação científica deve ser contínua e ainda há muito o que se investigar sobre a cooperação bilateral entre estes dois países, vantagens e desvantagens.

XI. Por último, apesar de haver um esforço do executivo para o melhoramento e desenvolvimento do país, já não nos cabe ver o desenvolvimento de Angola como um processo, mas sim como facto que deve estar na agenda política do governo, dezassete anos de financiamento chinês é o momento de vermos resultados dos investimentos feitos nos últimos anos.

Face as lacunas existentes, recomendamos:

- A Revisão da cláusula acerca da contratação de apenas 30% de mão-de-obra angolana nas obras realizadas pelos chineses através do financiamento chinês, que é claramente desrespeitada pelos chineses alegando desqualificação da mão-de-obra nacional, o que impossibilita a redução do desemprego podendo causar mais pobreza, pois a pobreza está intrinsecamente ligada ao desemprego. A elevada mão-de-obra chinesa diminui as oportunidades de emprego aos nacionais jovens, sendo esta camada a que mais sofre com o desemprego.

A taxa de desemprego em Angola poderia conhecer indicadores ainda mais baixos, com o forte investimento chinês que o país tem recebido nos últimos tempos. O investimento chinês bem como o seu financiamento são possíveis canalizadores de

emprego, pois tais investimentos têm sido feitos em vários domínios, entre eles o sector da construção, o que falta é vontade política.

O acesso ao emprego representa o fortalecimento do desenvolvimento da vida humana, uma vez consolidada promove rendimento e meios de subsistência do indivíduo, dando ao mesmo a capacidade de participar na vida económica do país e da segurança da pessoa humana, pela redução da pobreza e da participação equitativa.

- A cooperação bilateral Angola-China é baseada em *oil-for-infrastructure*, método utilizado pela China na maioria dos países africanos. A contrapartida, onde Angola paga os financiamentos chineses em petróleo, em troca de infra-estrutura deve ser revista, pois sabemos que o petróleo é um recurso natural de carácter limitado na natureza, susceptível de acabar e as oscilações do preço do mesmo nos últimos quatro anos também corroboram esta nossa preocupação. Tornou-se urgente encontrar outras vias que facilitem o pagamento destes financiamentos e o petróleo não pode ser mais a base principal desta cooperação. A área agro-alimentar, agro-pecuária, a pesca e mesmo o turismo, por exemplo, poderiam ser meios viáveis para este fim, para dar resposta a esse financiamento, e investir em sectores capazes de trazer retorno para o pagamento destes financiamentos. A descentralização da economia poderá ser um ponto de partida para esta nova realidade;

- É necessário que os chineses tragam consigo o *know-how*, mas também o deixem para os nacionais futuramente darem continuidade às diversas obras. Deve haver maior transferência de conhecimento técnico ao mais alto nível, pois, a falta de qualificação da mão-de-obra nacional não pode ser desculpa para os chineses não empregarem nacionais. É preciso que haja participação de recursos humanos nacionais nas construções em larga escala e de alto nível técnico.

A falta de acesso ao emprego promove a procura de alternativas, neste caso do mercado informal, para os jovens desempregados e a procura sobretudo, do primeiro emprego. A camada jovem angolana tem conhecido esta realidade. O mercado informal abarca jovens angolanos à procura do primeiro emprego. Nas estradas de Luanda onde muitos recorrem à venda ambulante, é possível verificar esta procura, demonstrando o frágil acesso ao emprego estatal e privado, considerados estes como trabalhadores por conta própria. Este trabalho informal origina na sua maioria baixa remuneração e falta de protecção social pelo Estado.

- Para promover a participação destes jovens na vida económica e social do país é necessário canalizar com maior eficácia os investimentos e os financiamentos chineses

em Angola, promover a integração juvenil, população activa nos acordos sino-angolano, formulando políticas públicas que possam promover o emprego para se combater as desigualdades sociais excessivas no país.

- Também, é necessário um maior uso de equipamentos e materiais e incentivar a produção nacional nas construções realizadas pelos chineses. O facto de a China exportar os seus próprios materiais utilizados nas construções em Angola, desmerecendo os materiais nacionais com a desculpa de que são mais caros, a circulação de materiais chineses no país aumenta, reduzindo a possibilidade de evolução das indústrias de construção nacional bem como de outros parceiros estrangeiros. Aumenta, assim, a dependência de Angola em relação ao financiamento chinês.

- Ao longo da pesquisa sentiu-se a falta de um maior investimento, em sectores como, saúde, agricultura e educação. A construção de escolas e centros de saúde não são suficientes para dar resposta aos níveis de défices nestas áreas. É necessário que haja maior intercâmbio de conhecimento a nível de professores e médicos entre outros, para que nos anos que se seguem Angola possa seguir independente do financiamento e do conhecimento técnico chinês.

O papel essencial do investimento da China em Angola seria focado na promoção do desenvolvimento sustentável, do crescimento económico, da redução da pobreza, da criação de emprego, da expansão da capacidade produtiva nacional e do desenvolvimento humano, factores estes que não têm sido vistos na realidade, e que se tornaram apenas utópicos.

Em função de tudo o que ficou dito, pode perguntar-se se basta, como dizia o *slogan* de campanha de João Lourenço: “Melhorar o que está bem e corrigir o que está mal”. Por outras palavras, bastará, para tornar a relação sino-angolana mais equilibrada e simétrica, melhorar o que está bem e corrigir o que está mal?

Esta a pergunta fundamental que aqui se pode deixar, em jeito de *leitmotiv* de reflexão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Bola. (2017). *Estado Vai Financiar 85% da Construção do Porto de Águas Profundas de Cabinda* (on line). Recuperado de <http://www.abola.pt/africa/ver.aspx?id=650591>.

Alden, C. & Alves, A.C. (2008). *China and Africa's Natural Resources: The Challenges and Implications for Development and Governance* (on line). Recuperado de http://www.voltairenet.org/IMG/pdf/China_and_Africa_s_Natural_Resources.pdf.

Alves, A.G.M.P. (2010). *Os Interesses Económicos China Na África* (on line). Recuperado de http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/100621_boletim_internacional01_cap5.pdf.

Alves, D.B. (2007). A Presença Chinesa em África: o Caso de Angola. *Negócios Estrangeiros*, nº 10, pp. 56-71.

Angonotícias. (2005). *China assume em Dois Blocos de Exploração Petrolífera em Angola* (on line). Recuperado de <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/6650/china-assume-participacao-em-dois-blocos-de-exploracao-petrolifera-em-angola>.

Angonotícias. (2006). *Financiamento Chinês: Lei Obriga a Subcontratação de Empresas Angolanas* (on line). Recuperado de <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/9903/financiamento-chines-lei-obriga-a-subcontratacao-de-empresas-angolanas>.

Angonotícias. (2007). *Fim de Parceria entre Sonangol e Sinopec, Pequim Desvaloriza* (on line). Recuperado de <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/12710/fim-de-parceria-entre-sonangol-e-sinopec-pequim-desvaloriza>.

Angop. (2015). *Angola é um parceiro estratégico da China em África - afirma embaixador* (on line). Recuperado de http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2015/10/49/Angola-parceiro-estrategico-China-Africa-afirma-embaixador,65945ea4-7300-46fb-8953-ef9013ec7c90.html

Angop. (2016). *Angola: Taxa de Desemprego é de 24% a Nível Nacional* (on line). Recuperado de http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2016/4/19/Angola-Taxa-desemprego-porcento-nivel-nacional,d13ddfcf-d854-4a22-ac80-ff437dad1826.html.

Angop. (2017). *Angola: Financiamento Chinês Atinge Mil Milhões de Dólares na Construção Civil* (on line). Recuperado de http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2017/2/11/Angola-Financiamento-chines-atinge-mil-milhoes-dolares-construcao-civil,e27e1052-7ed6-4333-90f4-3f71b7c92a9b.html.

Bado, A.L. (2004). Das vantagens comparativas à construção das vantagens competitivas: uma resenha das teorias que explicam o comércio internacional. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, vol. 3, nº 5, pp. 5-164.

Brautigam, D. (2009). *The Dragon's Gift: The Real Story of China in Africa*. Oxford: Oxford University Express

Brautigam, D. (2011). *China and Oil-Backed Loans in Angola: The Real Story* (on line). Recuperado de <http://www.chinaafricarealstory.com/2011/10/china-and-oil-backed-loans-in-angola.html>.

Cambala, R. & Carvalho, J. (2017). *China Perdoa Parte da Dívida* (on line). Recuperado de http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/china_perdoa_parte_da_divida

Campos, A. & Vicente, I. (2016). *Negócios da China*. Alfragide: Sociedade Editorial.

Campos, I. & Vines, A. (2008). *Angola and China. A Pragmatic Partnership* (on line). Recuperado de http://s3.amazonaws.com/china_resources/11254/2013-06-08_00_23_40_-0400_080306_angolachina.pdf.

Canastra, F. & Haanstra, H. (2015). *Manual de Investigação Científica da Universidade Católica de Moçambique*. Beira: Instituto Integrado de Apoio à Investigação.

Capalandanda, A. (2010). *O Impacto do Investimento Chinês em Angola* (on line). Recuperado de <http://www.voaportugues.com/a/angola-china-09-10-2010-voanews102636489/1258659.html>.

Chang, D. (2016). *China Agradece a São Tomé e Príncipe Corte de Relações com Taiwan* (on line). Recuperado de <http://observador.pt/2016/12/21/china-agradece-a-sao-tome-e-principe-corte-de-relacoes-com-taiwan/~>

Christensen, B.V. (2010). *China in Africa a Macroeconomic Perspective* (online). Recuperado de https://www.cgdev.org/sites/default/files/1424567_file_Christensen_China_in_Africa_FINAL.pdf.

Corkin, L. (2008). China's interest in Angola's construction and infrastructure sectors. In: D.G. Guerrero & F. Manji (eds.), *China's New Role in Africa and the South. A Search for a New Perspective*. Oxford: British Library, pp. 157-190.

Cunha, L. (2007). China na ONU: A Nova Potência Global. *Negócios Estrangeiros*, nº11-1, pp. 311-333.

Dias, J. (2017). *Caminho Traçado para Eliminar o Défice no Abastecimento* (on line). Recuperado de http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/caminho_tracado_para_eliminar_o_defice_no_abastecimento.

Dicionário da Língua Portuguesa. (2010). *Acordo Ortográfico*. O antes e o depois. Porto: Porto Editora.

Dot, K. (2008). The Role and Impact of Chinese Economic Operations in Africa. In: D.G. Guerrero & F. Manji (eds.), *China's New Role in Africa and the South: A Search for a New Perspective*. Oxford: British Library, pp. 78-86.

Dougherty, J.E. & Pfaltzgraff, R.L. (2003). *Relações Internacionais: As Teorias em Confronto*. Lisboa: Gradiva.

Dreher, A.; Fuchs, A.; Parks, B. & Strange, A.M. (2017). *Aid, China, and Growth: Evidence from a New Global Development Finance Dataset* (on line). Recuperado de http://docs.aiddata.org/ad4/pdfs/WPS46_Aid_China_and_Growth.pdf

Duarte, P. (2012). *Soft China: o Carácter Evolutivo da Estratégia de Charme Chinesa* (on line). Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010285292012000200005&script=sci_abstract&lng=pt.

Esteves, D. (2008). *Relações de Cooperação China-África: O Caso de Angola*. Coimbra: Almedina.

Fernandes, S.C. (2015). *Os Acordos de Financiamento entre a China e Angola: Uma Reconstrução Pós-conflito sem Reformas Políticas* (Tese de doutoramento, Instituto Universitário de Lisboa-ISCITE). Recuperado de https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11192/1/Tese_Final_Abril_2015.pdf.

Figueiredo, J. (2015). *Refinaria do Soyo em Construção* (on line). Recuperado de http://jornaldeangola.sapo.ao/economia/investimentos/refinaria_do_soyo_em_construcao_1.

FOCAC [Fórum de Cooperação China-Africa] (s.d.). *The First Ministerial Conference of FOCAC* (on line). Recuperado de http://www.focac.org/eng/ljhy_1/dyjbzjhy_1/CI12009/t157577.htm.

FOCAC. (2009a). *Beijing Declaration of the Forum on China-Africa Cooperation* (on line). Recuperado de http://www.focac.org/eng/zywx_1/zywj/t606796.htm.

FOCAC. (2009b). *Programme for China-Africa Cooperation in Economic and Social Development* (on line). Recuperado de http://www.focac.org/eng/zywx_1/zywj/t606797.htm

Ganga, G.M.D. (2011). *Metodologia Científica e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Um Guia Prático de Conteúdo e Forma*. São Paulo: Atlas.

Gil, A.C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas.

Governo de Angola. (2015). *Angola e China assinam Novos Acordos* (on line). Recuperado de <http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=28047>.

Handson, S. (2008). *China, Africa and Oil* (on line). Recuperado de <http://www.washingtonpost.com/wpdyn/content/article/2008/06/09/AR2008060900714.html>.

IEA [International Energy Agency] (2014a). *Energy Supply Security 2014: Chapter 5: Emergency Response Systems of Individual IEA Partner Countries* (on line). Recuperado de https://www.iea.org/media/freepublications/security/EnergySupplySecurity2014_China.pdf.

IEA. (2014b). *Update on Overseas Investments by China's National Oil Companies* (on line). Recuperado de <https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/PartnerCountrySeriesUpdateonOverseasInvestmentsbyChinasNationalOilCompanies.pdf>.

IEA. (2016). *Boosting the Power Sector in Sub-Saharan Africa. China's Involvement* (on line). Recuperado de https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/Partner_Country_SeriesChinaBoosting_the_Power_Sector_in_SubSaharan_Africa_Chinas_Involvement.pdf.

INE [Instituto Nacional de Estatística] (2015). *Relatório Sobre o Comércio Externo de 2015* (on line). Recuperado de http://www.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=ine&xpgid=publications_detail&publication_s_detail_qry=BOUI=34665547.

Jornal de Angola. (2014). *Banco Concede Crédito para Imobiliária* (on line). Recuperado de http://jornaldeangola.sapo.ao/economia/banco_concede_credito_para_imobiliaria.

Jornal de Angola. (2015). *“Queremos continuar a realizar ações conjuntas”* (on line). Recuperado de http://m.jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/artigos/queremos_continuar_a_realizar_accoes_conjuntas.

JN [Jornal de Negócios] (2016a). *China Financia Angola em mais de 7.000 milhões* (on line). Recuperado de

<http://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/detalhe/china-financia-angola-em-mais-de-7000-milhoes>.

JN. (2016b). *Eduardo dos Santos Anula Contrato para Acessos ao Aeroporto de Luanda* (on line). Recuperado de http://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/detalhe/eduardo_dos_santos_a_nula_contrato_para_acessos_ao_aeroporto_de_luanda

Lee, H. & Shalmon, D. (2008). Searching for Oil: China's Oil Strategies in Africa. In: R.I. Rotberg (ed.), *China into Africa. Trade, Aid and Influence*. Washington, D.C: Brookings Institution Press, pp. 109-136.

Lusa. (2015). *Angola e China com Isenção de Alguns Vistos a Partir Deste Sábado* (on line). Recuperado de http://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/angola-e-china-com-isencao-de-alguns-vistos-a-partir-deste-sabado_19088950.html.

Lusa. (2016a). *China já Financiou Angola com 13,4 Mil Milhões de Euros Desde 2004* (on line). Recuperado de http://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/china-ja-financiou-angola-com-13-4-mil-milhoes-de-euros-desde-2004_21478589.html.

Lusa. (2016b). *Chineses com mais 24 Obras Públicas em Angola Adjudicadas por 1.115 MEuro* (on line). Recuperado de https://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/chineses-com-mais-24-obras-publicas-em-angola-adjudicadas-por-1-115-meuro_20850075.html.

Lusa. (2017). *Banco Chinês Financia em 85% Construção de Central Angolana de Ciclo Combinado* (on line). Recuperado de http://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/banco-chines-financia-em-85-construcao-de-central-angolana-de-ciclo-combinado_21788661.html.

Lusa. (2018). *Pagar Empréstimos Chineses com Petróleo Angolano traz Riscos, diz a Fitch* (on line). Recuperado de <https://www.google.com/amp/s/observador.pt/2018/09/23/pagar-emprestimos-chineses-com-petroleo-angolano-traz-riscos-diz-a-fitch/amp/>.

Macauhub. (2008). *Angola e China assinaram Acordo de Financiamento* (on line). Recuperado de <https://macauhub.com.mo/pt/2008/07/04/portugues-angola-angola-e-china-assinam-acordos-de-financiamento/>.

Macauhub. (2009). *Inaugurado Estádio do Lubango Construído Pela Empresa Chinesa Sinohydro Corporation* (on line). Recuperado de <http://www.macauhub.com.mo/pt/2009/12/30/8324/>.

Macauhub. (2012). *Empresa Chinesa Iniciou Construção do Novo Hospital Geral de Luanda* (on line). Recuperado de <http://www.macauhub.com.mo/pt/2012/01/18/empresa-chinesa-iniciou-construcao-do-novo-hospital-geral-de-luanda/>.

Macauhub. (2015). *Empresas da China Iniciam Construção de Refinaria em Angola* (on line). Recuperado de <http://www.macauhub.com.mo/pt/2015/06/04/empresas-da-china-iniciam-construcao-de-refinaria-em-angola/>.

Marconi, M.A. & Lakatos, E.M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.

Martins, M. (2016). *Entre Dragões e Palancas Negras: O Apoio Chinês na Independência de Angola* (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências e Letras - UNESP). Recuperado de https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/139442/martins_m_me_arafcl.pdf?sequence=3&isAllowed=y

Melo, L. (2009). *A Bíblia da Mulher que Ora: Salmo 23*. São Paulo: Mundo Cristão.

Mendes, C.A. (2010). *A China e a Cooperação Sul-Sul* (on line). Recuperado de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164591992010000200003.

Milani, C. & Carvalho, T. (2013). *Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no Continente Africano. Estudos Internacionais*, vol. 1, nº 1, pp. 11-35.

MINEA [Ministério da Energia e Águas] (2014). *Angola Energia 2025. Visão de Longo Prazo Para o Sector Eléctrico* (on line). Recuperado de <http://www.angolaenergia2025.com/pt-pt/conteudo/evolucao-da-procura>.

MINFIN [Ministério das Finanças] (2016a). *Obras e Projectos do Governo* (on line). Recuperado de <http://www.minfin.gov.ao/PortalMinfin/faces/materiasderealce/obraseprojectosdogoverno>.

MINFIN. (2016b). *4,5 Mil Milhões de Dólares para Financiar Hidroeléctrica de Caculo Cabaça* (on line). Recuperado de <http://www.minfin.gv.ao/servicos/noticias/visualizar/PortalMinfin/2497>.

MINFIN. (2017). *Banco de Desenvolvimento da China realiza visita de trabalho* (on line). Recuperado de <http://www.minfin.gv.ao/servicos/noticias/visualizar/PortalMinfin/2597>.

MINPET [Ministério dos Petróleos] (2014). *Leilão de blocos em terra* (on line). Recuperado de <http://www.minpet.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=21341>.

Morais, H. (2011). *Envolvimento Multifacetado da China em Angola* (Dissertação de Mestrado em Gestão de Estratégia, Universidade Técnica de Lisboa). Recuperado de

https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2960/1/Envolvimento_Multifacetado_d_a_China_em_Angola.pdf.

Novo Jornal. (2016). *Falta de Pagamento Retira Chineses de Bloco Petrolífero em Cabinda* (on line). Recuperado de <http://www.novojornal.co.ao/artigo/70898/falta-de-pagamento-retira-chineses-de-bloco-petrolifero-em-cabinda>.

Observador. (2017). *Banco Chinês Financia em 85% Construção de Central Angola de Ciclo Combinado* (on line). Recuperado de <http://observador.pt/2017/01/18/banco-chines-financia-em-85-construcao-de-central-angolana-de-ciclo-combinado/>

Odell, P.R. (1974). *Petróleo Mola do Mundo*. Rio de Janeiro: Record.

Oliveira, D.R.B. (2015). *China Vs Potências Ocidentais em África: A Questão do Neocolonialismo em Angola e Moçambique* (online). Recuperado de https://ria.ua.pt/bitstream/10773/16572/1/China%20Vs%20potências%20ocidentais%20em%20África_a%20questão%20do%20neocolonialismo%20em%20Angola%20e%20Moçambique.pdf.

Oliveira, M.S.; Paiva, J.; Carvalho, C.E. & Sousa, A.M.M. (2012). Diplomacia Económica Chinesa. *Revista Economia Ensaios*, vol. 26, nº 2, pp. 63-80.

O País. (2016). *China Quer Alterar Relação com Angola* (on line). Recuperado de <http://opais.co.ao/china-quer-alterar-relacao-com-angola>.

Pan, E. (2006). *China's Soft Power Initiative* (on line). Recuperado de <http://www.cfr.org/china/chinas-soft-power-initiative/p10715#p6>.

Pautasso, D. (2009). *A Política Externa Chinesa e a 4ª Conferência do Fórum de Cooperação China-África* (on line). Recuperado de <http://www.mundorama.net/2009/11/28/a-politica-externa-chinesa-e-a-4%C2%AA-conferencia-do-forum-de-cooperacao-china-africa-2009-por-diego-pautasso/>.

Pautasso, D. (2010). A Economia Política Internacional da China para Angola e os Caminhos da Transição Sistémica. *Revista Século XXI*, vol. 1, nº 1, pp. 107-129.

Pessini, L. (2005). VIII Congresso Mundial de Bioética Comentários e reflexões. *Revista Bioética*, vol. 13, nº 2, pp. 133-140.

Pinto, J. (2009). *Estratégia da ou Para Lusofonia. O Futuro da Língua Portuguesa*. Lisboa: Prefácio.

Portal de Angola. (2016). *China quer alterar relação com Angola* (on line). Recuperado de <https://www.portaldeangola.com/2016/10/21/china-quer-alterar-relacao-com-angola/>

Portal do Cidadão. (2015). *Angola pretende reforçar cooperação com a China* (on line). Recuperado de <http://www.cidadao.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=28030>.

Público. (2009). *O que diz o Tratado de Simulambuco* (on line). Recuperado de <https://www.publico.pt/2001/03/16/jornal/o-que-diz-o-tratado-de-simulambuco-155629>

Quintão, A. & Santos, R. (2011). *Mitos e Percepções Sobre as Empresas Chinesas Entre os Trabalhadores Angolanos* (on line). Recuperado de <https://www.cmi.no/publications/file/4018-mitos-e-percepcoes-sobre-as-empresas-chinesas.pdf>

Rain, A. (2016). *Guiné Equatorial e Angola Entre os Países com Pior Acesso a Água Potável* (on line). Recuperado de <http://observador.pt/2016/06/28/guine-equatorial-e-angola-entre-os-paises-com-pior-acesso-a-agua-potavel/>.

Rede Angola. (2015a). *Apenas 30% da População tem Acesso à Electricidade* (on line). Recuperado de <http://www.redeangola.info/apenas-30-da-populacao-tem-acesso-electricidade/>.

Rede Angola. (2015b). *Reabilitação da Rede Ferroviária Nacional Custou USD3,5 Mil Milhões* (on line). Recuperado de <http://www.redeangola.info/reabilitacao-da-rede-ferroviaria-nacional-custou-usd-35-mil-milhoes/>.

Ribeiro, J.R. (2014). *Angola Eleita para o Conselho de Segurança da ONU* (on line). Recuperado de <https://www.publico.pt/2014/10/16/mundo/noticia/angola-eleita-como-membro-naopermanente-no-conselho-de-seguranca-da-onu-1673156>.

Rodrigues, L. (2015). *China Em África - A Política Externa Como Meio de Legitimação do Partido Comunista Chinês* (on line). Recuperado de <https://statebuildingmonitor.files.wordpress.com/2012/08/china-em-c3a1frica-luc3ads-rodriques.pdf>.

Rosa, K. (2015a). *A China é um parceiro imprescindível* (on line). Recuperado de: http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/a_china_e_um_parceiro_imprescindivel.

Rosa, K. (2015b). *Novo Aeroporto à Vista* (on line). Recuperado de <http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/novo-aeroporto-a-vista>.

Silva, A.O.E. (2016). *Angola, Principal Destino do Investimento Chinês em África* (on line). Recuperado de <http://pt.euronews.com/2016/08/01/angola-principal-destino-do-investimento-chines-em-africa>.

Sílvia, M.M.D. (2007). *A Independência de Angola*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

Stead, S. (2007). China and Southern Africa: Old Story, New Strategies? In: M. Franco (coord.), *Estratégia e Segurança na África Austral*. Lisboa: Fundação Luso-americana para o Desenvolvimento, pp. 141-156.

Taylor, I. (2005). *Beijing's Arms and Oil Interests in Africa* (on line). Recuperado de

http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31333038/cb_005_021.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1494690485&Signature=qcJtIsWFe8nO7a5%2BoAEt5QDlvE%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DSudan_Chinas_Outpost_in_Africa.pdf

Thompson, D. (2005). *China's Soft Power in Africa: From the "Beijing Consensus" to Health Diplomacy* (on line). Recuperado de http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31333038/cb_005_021.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1494690485&Signature=qcJtIsWFe8nO7a5%2BoAEt5QDlvE%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DSudan_Chinas_Outpost_in_Africa.pdf

Triviños, A.N.S. (1987). *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas.

Visentini, P.G.F. & Oliveira, G.Z. (2012). *As Relações Sino-Africanas: (Muitos) Mitos e (Algumas) Realidades* (on line). Recuperado de https://www.researchgate.net/profile/Guilherme_Ziebell_De_Oliveira/publication/263367442_AS_RELACOES_SINO-AFRICANAS_MUITOS_MITOS_E_ALGUMAS_REALIDADES/links/00b7d53aac7ecae83d000000/AS-RELACOES-SINO-AFRICANAS-MUITOS-MITOS-E-ALGUMAS-REALIDADES.pdf?origin=publication_detail.

Xinhua português. (2017a). *Cinturão e Rota, China se Torna Maior Contribuinte ao Investimento Directo Estrangeiro na África, diz Relatório* (on line). Recuperado de http://portuguese.xinhuanet.com/2017-05-03/c_136254295.htm.

Xinhua português. (2017b). *Vendas de Veículos de Passageiros da China Caem no Primeiro Trimestre* (on line). Recuperado de http://portuguese.xinhuanet.com/2017-04-11/c_136200339.htm.

Xu, W. (2008). Sino-African Relations: New Transformation and Challenges. In: D.G. Guerrero & F. Manji (eds.), *China's New Role in Africa and the South: A Search for a New Perspective*. Oxford: British Library, pp. 67-77.

Zhang, H.M. (2004). A Política Chinesa na África. In: B. Bellucci (org.), *abrindo os Olhos Para a China* (pp. 233-295). Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Universidade Cândido Mendes, pp. 233-295.

ANEXOS

Anexo I: Obras e Projectos do Governo

Obras e Projectos do Governo

Aqui apresentamos uma resenha das obras que o Governo de Angola vem empreendendo, com base nos financiamentos provenientes da China e de Portugal.

I. INTRODUÇÃO AOS PROJECTOS FINANCIADOS PELO EXIMBANK DA CHINA

Para o financiamento de Projectos constantes do Programa de Investimento Público, o Ministério das Finanças assinou com o Eximbank da China três Acordos de Crédito nos dias 2 de março de 2004, 19 de julho de 2007 e 28 de setembro de 2007, nos valores de 2 bilhões de USD, 500 Milhões e 2 bilhões respectivamente.

O primeiro financiamento está a ser implementado em duas fases cada uma no valor de USD 1 bilhão, estando os projectos enquadrados, com excepção dos contratos do sector de energia e águas incluídos na II fase, em execução.

O Acordo de Crédito no valor de USD 500 Milhões está a ser utilizado para financiar acções complementares aos projectos enquadrados na I fase, minimizando assim os efeitos relacionados com a deficiente preparação dos mesmos (elaboração de Estudos, Projectos Executivos e Cadernos de Encargo) e insuficiente identificação das diversas componentes tais como acessos, água e energia.

Relativamente ao segundo pacote de USD 2 bilhões, já foram propostos alguns projectos e estão a ser identificados outros para a sua posterior inclusão.

No presente relatório está reflectido o ponto de situação física e financeira dos projectos enquadrados na Linha de Crédito do Eximbank da China, bem como as principais actividades desenvolvidas pelo Gabinete de Apoio Técnico – GAT ao longo do II Trimestre de 2008.

II. PONTO DE SITUAÇÃO DOS PROJECTOS

II.1. I FASE DO FINANCIAMENTO

Dos 50 projectos engajados, 44 foram concluídos (1 do sector dos transportes, 6 da Agricultura, 8 da Energia e Águas, 20 da Educação e 9 da saúde) e os restantes 6 estão em fase de desembolso (Vide anexo 1).

II.2. ACÇÕES COMPLEMENTARES

Estão engajados na facilidade de crédito dos USD 500 Milhões 18 Contratos, sendo 3 do Sector da Saúde, 7 da Educação, 5 da Energia e Águas, 1 das Pescas, 1 dos Correios e Telecomunicações e 1 das Obras Públicas, que totalizam USD 546.717.590,98 (Vide anexo 2).

Dos 18 contratos engajados, já tiveram início os desembolsos de 4 dos sectores da saúde (3) e correios e telecomunicações (1), 13 com condições precedentes por completar (Visto do Tribunal de Contas, emissão das garantias bancárias de bom desempenho, licenciamento de capitais) e aguarda pela aprovação do Eximbank da China 1 contrato do sector das pescas.

II.3. II FASE DO FINANCIAMENTO

Foram enquadrados na II fase do financiamento da Linha de Crédito em referência 18 Contratos (57 Projectos), sendo 1 do Sector da Saúde (7 projectos), 3 da Educação (33 projectos), 4 da Energia e Águas (4 projectos), 3 das Pescas (3 projectos), 4 dos Correios e Telecomunicações (4 projectos), 2 das Obras Públicas (2 projectos) e 1 da Agricultura (4 projectos), que totalizam USD 1.104.931.344,19 (Vide anexo 3).

Dos 18 contratos enquadrados, 14 encontram-se em execução (educação, saúde, obras públicas, pescas, correios e telecomunicações e agricultura), 3 do sector da energia e águas com condições precedentes por completar (visto do Tribunal de Contas, emissão das garantias bancárias de bom desempenho e 1 (energia e águas) aguarda aprovação do Eximbank da China.

II.4. III FASE DO FINANCIAMENTO

No âmbito do segundo pacote de financiamento da Linha de Crédito do Eximbank da China, no valor de 2 biliões de USD, destaca-se o enquadramento de Projectos para a reabilitação e expansão das redes eléctricas de Luanda (fase 4), Benguela, Huambo, Bié, Lubango e Namibe, reforço do sistema de abastecimento e melhoria de água à cidade de Luanda – Pacote IV, aquisição de 1.500 viaturas (II fase), construção de Infra-estruturas integradas em Cabinda, Zaire e Malange, bem como para a construção e apetrechamento do Centro de Produção da TPA-II fase.

Os documentos que se seguem, abordam elementos ligados às actividades concernentes à Linha De Crédito com o Eximbank Da China. As secções contidas nos anexos, evidenciam os montantes alocados á cada projecto, o grau de execução física dos mesmos e previsões de conclusão, a composição do quadro de pessoal, etc.

Fonte: Portal de serviços do cidadão de Angola <http://www.cidadao.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=31306>.
Visto em 06 de dezembro de 2016

Anexo II: Angola e China reforçam cooperação com assinatura de novo acordo

18/10/2016 10:55 (MINEC)

Angola assinou na última terça-feira, 11, com a China, em Macau, um acordo de cooperação técnico e económica, visando reforçar as relações bilaterais.

Angola assinou nesta terça-feira, 11, com a República da China, em Macau, um acordo de cooperação técnico e económica, visando reforçar as relações bilaterais existentes entre os dois países.

Os acordos assinados, no âmbito da realização da 5ª Conferência Ministerial do Fórum para Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, tiveram como signatários o ministro angolano da Economia, Abrahão Gourgel e o ministro do Comércio chinês, Gao Hucheng.

Após a assinatura do acordo, o ministro da Economia, Abrahão Gourgel, sublinhou, que a importância deste convénio, porquanto a China é um parceiro com o qual Angola tem já um histórico de relacionamento de apoio à reconstrução e ao processo de diversificação da economia.

Segundo o ministro, este instrumento vai facilitar o processo de investimento das empresas privadas chinesas em Angola.

“Estamos a falar do investimento directo chinês de empresas privadas”, esclareceu.

Disse tratar-se de um processo que vai permitir a criação de parcerias entre empresas privadas chinesas e empresas angolanas, além do aprofundamento das acções ao nível do sector público (empresas públicas), programas de desenvolvimento, apoio ao nível de financiamento.

“Efectivamente estamos a projectar fazer em novembro um fórum económico empresarial com empresas chinesas e angolanas, e vamos assim poder começar um novo momento que é do investimento privado chinês em Angola”, disse.

Com a realização deste fórum em Luanda, já no mês de novembro, disse que o Governo pretende, nesta ocasião, rubricar também o acordo de promoção e protecção recíproca de investimentos.

Associado a esse instrumento, disse ser pretensão do Governo angolano rubricar o acordo para evitar a dupla tributação, mas tudo dependerá do evoluir das negociações.

“Queremos assinar estes dois instrumentos em Luanda”, concluiu.

Além de Angola, o gigante asiático assinou acordos de cooperação com a Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde e Timor Leste.

O Fórum de Macau foi criado em 2003 e surgiu da necessidade de reforçar os laços de cooperação Económica e Comercial entre a China e os países lusófonos. O último realizou-se em novembro de 2013.

O fórum reserva para esta quarta-feira a realização de uma reunião de negócios entre empresários chineses com homólogos dos Países de Língua Portuguesa.

Fonte: Portal de serviços do cidadão de Angola <http://www.cidadao.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=31306>.

Visto em 06 de dezembro de 2016